



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

**ROBERTO APARECIDO MANCUZO SILVA JUNIOR**

**MST DESTERRITORIALIZADO:  
UM NOVO OLHAR SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO  
A PARTIR DO FOTOJORNALISMO E DO HIPERESPETÁCULO**

---

Londrina  
2010

**ROBERTO APARECIDO MANCUZO SILVA JUNIOR**

**MST DESTERRITORIALIZADO:  
UM NOVO OLHAR SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO  
A PARTIR DO FOTOJORNALISMO E DO HIPERESPETÁCULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Miani

Londrina  
2010

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

S586m Silva Junior, Roberto Aparecido Mancuzo.  
O MST desterritorializado : um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperespetáculo / Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior. – Londrina, 2010.  
142 f. : il.

Orientador: Rozinaldo Antonio Miani.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) – Aspectos sociais – Teses. 2. Fotojornalismo – Análise de imagens – Teses. 3. Reforma agrária – Mídia (Publicidade) – Teses. I. Miani, Rozinaldo Antonio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

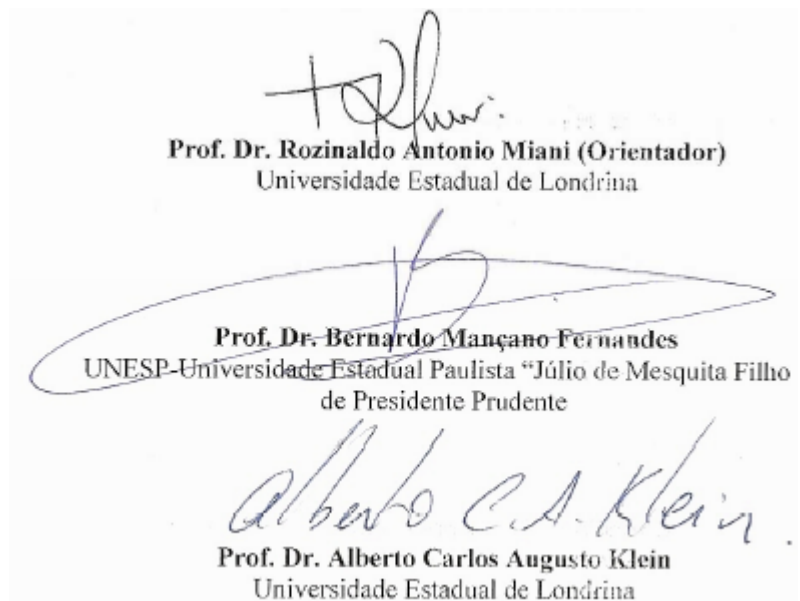
CDU 070:77.044

**ROBERTO APARECIDO MANCUZO SILVA JUNIOR**

**MST DESTERRITORIALIZADO:  
UM NOVO OLHAR SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO  
A PARTIR DO FOTOJORNALISMO E DO HIPERESPETÁCULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**



Londrina, 15 de maio de 2010..

*A Carol e Maria.*

## AGRADECIMENTOS

Muitas foram as estradas percorridas até aqui no desenvolvimento desta pesquisa e muitos momentos de encruzilhadas e indecisões. Tive apoios fundamentais que ora me colocaram no rumo certo, ora me acalmaram e incentivaram a seguir mesmo diante de tantas barreiras. Pelas diferentes formas de apoio, muito obrigado.

Primeiro a Deus pela luz, fé e disposição. Dizem que religião e ciência são como água e óleo, não se misturam. Mas se o meio científico desconsidera a fé que rege a vida dos homens, prefiro ignorar e tirar dela a força para construir um caminho sólido de conhecimento.

Aos professores do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) pelo ensino e direção necessários para organização dos pensamentos contidos nesta dissertação. Trilharam nesta primeira turma um caminho sólido e nos colocaram nele como companheiros na busca por explicações sensatas e contributivas do mundo e das relações entre pessoas e imagens. Aos integrantes do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (Nera), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Presidente Prudente, em especial ao professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes, pela disposição em colaborar prontamente com esta pesquisa.

À minha família, meu pai Roberto, minha mãe Bete e irmão Carlos Henrique pela consciência que adquiri em casa de que não estamos no mundo para vivê-lo e sim descobri-lo a cada passo. Sobretudo, pela educação oferecida a mim sem que esforços fossem medidos, pela força e pelas orações. A tia Rose por acreditar sem ressalvas em minha veia científica.

Aos amigos, tantos nestes anos de caminhada num mundo diferente e tão vasto. Em especial a Thaisa Bacco, companheira a quem devo o respeito incondicional não só pelo profissionalismo, mas especialmente pela amizade sincera e comprometida.

A Carol, pessoa tão fundamental neste trabalho e em minha vida. A ela os maiores agradecimentos pela amizade, amor, compreensão, debate de idéias e pensamentos. Esta pesquisa nada seria sem este amparo tão fundamental.

Roberto Mancuzo Junior

“O teórico pode elaborar suas teorias somente a partir daquilo que o prático estava fazendo no dia anterior. Amanhã, o prático fará algo diferente exatamente por causa dessas teorias.”

Gregory Bateson

SILVA JUNIOR, Roberto Aparecido Mancuzo. **O MST desterritorializado: Um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperespetáculo.** 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.

## RESUMO

A partir da qualificação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como um movimento socioterritorial, que disputa espaços jornalísticos para adquirir força de visibilidade, o estatuto contemporâneo da fotografia e do fotojornalismo, e como estes elementos interagem em uma sociedade hiperespetacular que preza pelo consumo voraz das imagens, esta dissertação adiciona um novo entendimento sobre como a imagem do movimento foi construída e desconstruída junto ao público consumidor de produtos jornalísticos, com ênfase no jornal impresso. Trata-se de um olhar politizador, compreendido agora a partir dos aspectos culturais midiáticos, obtido a partir da releitura de obras que tratam do assunto e uma nova verificação da situação por meio de análise de imagens fotojornalísticas sobre a atuação do MST no Pontal do Paranapanema, publicadas no jornal Folha de S. Paulo nos anos de 1995 e 2002. Para tanto, usa-se como metodologia a pesquisa qualitativa com uso de bibliografia específica nas áreas de fotografia, fotojornalismo, comunicação e cultura midiática e geografia agrária; pesquisa de campo com coleta de dados; uso da fotografia como objeto de pesquisa; bem como os métodos de análise de conteúdo e desconstrução analítica da imagem.

**Palavras-chave:** Fotografia. Fotojornalismo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Território. Sociedade hiperespetacular.

SILVA JUNIOR, Roberto Aparecido Mancuzo. **Deterritorialized MST: A new look at the criminalization in the movement starting from the photojournalism and hyperspectacle.** 2009. 146 p. Thesis (Master`degree in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

### **ABSTRACT**

Starting by the characterisation of the rural workers in the landless movement (MST) as a socio-territorial movement, that is disputing journalistic spaces to have visibility power, the status of the contemporary photography and the photojournalism, and how these elements can interact in a hyper spectacular society that has the focus on the very big consumption of images, this work has as objective to add a new understanding of how the image of the movement was constructed and deconstructed by the consumer public in the journalism, products with emphasis in the newspapers. This is a politicised view that now is understood from the cultural media, obtained from a revaluation of some works and books that are about the subject and a new verification of the situation starting by an analyses from some photojournalism images from the action of the MST in the Pontal do Paranapanema, published in the newspaper Folha de S. Paulo in 1995 and 2002. For this purpose, it is used as methodology a qualitative research with the use of specific literature in the photography areas, photojournalism, media culture and communication and finally geography agrarian; field research with data collection, the use of photography as a subject in the research, and the methods of content analysis and analytical deconstruction of the image.

**Keywords:** Photography. Photojournalism. Movement of the Rural Workers (MST). Territory. Hiperspetacular society.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> – Conflitos no campo entre 1985 e 1999 .....	60
<b>Figura 02</b> – Ocupações do MST no Pontal entre 1988 e 2007 .....	66
<b>Figura 03</b> – MST entra na fazenda Giacometti, no estado do Paraná .....	84
<b>Figura 04</b> – José Rainha posa na piscina da fazenda São Bento .....	93
<b>Figura 05</b> – Negociação de MST e Polícia Militar.....	109
<b>Figura 06</b> – Criança toma banho de torneira em acampamento sem-terra.....	111
<b>Figura 07</b> – José Rainha abraça sua esposa, Diolinda, e seu filho .....	113
<b>Figura 08</b> – Bloqueio à MST na rodovia Assis Chateaubriand.....	117
<b>Figura 09</b> – Prisão de José Rainha Junior.....	119
<b>Figura 10</b> – MST monta acampamento no Pontal.....	121

## **LISTA DE SIGLAS**

- ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- CEB** – Comunidades Eclesiásticas de Base
- CIMI** – Comissão Indigenista Missionário
- CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- GEBAM** – Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas
- GETAT** – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
- GS** – Gabinete de Segurança Institucional
- IBOPE** – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
- IDEC** – Instituto de Defesa do Consumidor
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- UDR** – União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS APLICADOS .....	24
<b>2 MST: UM MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL</b> .....	36
2.1 UM MOVIMENTO PARA NASCER.....	42
2.1.1 Conjunturas motivadoras do MST.....	46
2.1.2 Um movimento nasce e se territorializa .....	53
2.1.3 O MST no Pontal do Paranapanema.....	62
2.2 FORMAS DE RESISTÊNCIA .....	67
<b>3 FOTOGRAFIA E FOTOJORNALISMO</b> .....	74
3.1 A GÊNESE DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E IMPACTO NA SOCIEDADE.....	75
3.2 DA NATUREZA AO ATO FOTOGRÁFICO .....	79
3.3 FOTOJORNALISMO: GERAÇÃO DE SENTIDO E CAMPOS DE CRIAÇÃO .....	86
<b>4 MST E IMPRENSA: TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO</b> .....	99
4.1 O MST FOTOGRÁFICO NO PONTAL DO PARANAPANEMA .....	109
<b>5 O MST NA SOCIEDADE DO HIPERESPETÁCULO</b> .....	123
5.1 CULTURA DO LAZER E SOCIEDADE DO ESPETÁCULO .....	124
5.2 O MST E A CRISE DA VISIBILIDADE .....	127
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	134
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	137

## 1 INTRODUÇÃO

Ao proceder nesta dissertação a uma análise em fotografias jornalísticas publicadas no jornal Folha de S. Paulo nos anos de 1995 e 2002 a respeito de ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, região oeste do Estado de São Paulo, foi possível comprovar uma realidade nacional, tema de debates no meio científico há alguns anos: a variação de sentidos da “personalidade” do movimento junto ao público consumidor de produtos jornalísticos. A base desses estudos está na constatação de que durante a trajetória de 25 anos do movimento, num primeiro momento o MST foi visto como um ator social importante porque lutava por uma causa justa: a terra para viver. Situação que se inverteu posteriormente ao recair sobre ele a criminalidade de suas ações. O principal recorte temporal citado na maioria das obras a este respeito versa sobre os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002). De fato, de acordo com Fernandes (2007) este momento apresentou um marco divisório quanto aos reflexos da atuação do MST na questão agrária. No primeiro mandato de governo, FHC anunciou o fim do problema agrário brasileiro entendendo que bastaria para isso apenas assentar as famílias que estavam acampadas. No entanto, como o movimento não entendia a reforma agrária desta maneira, ou seja, uma distribuição compensatória de terras, o número de ocupações em todo Brasil, que em 1995 era de 146, saltou para 398 em 1996 e atingiu seu maior pico na história do movimento em 1998, com 599 ocupações. O número de famílias envolvidas acompanhou a crescente. Em 1995 participaram de invasões 30.476. Em 1996 o número foi de 62.880 e em 1998, 76.482. (FERNANDES, 2000) Importante acrescentar que neste período, entre 1995 e 1998, ocorreram dois massacres: em Corumbiara (RO) em 1995 e Eldorado dos Carajás (PA) em 1996, motivados justamente pelo aumento das ações promovidas no campo pelo MST.

Estes fatos proporcionaram ao MST uma visibilidade na imprensa extremamente importante em dois sentidos: colocou a questão da reforma agrária em pauta ao mesmo tempo em que se tornou um ator político com força e voz, já que para a maioria dos meios jornalísticos interessava a noticiabilidade do confronto entre membros organizados da sociedade e governo. A pauta “Reforma Agrária” na verdade era uma das principais dos veículos. Tanto é que entre 1995 e 1998 somente nos dois maiores jornais de São Paulo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, foram publicadas 5.313 reportagens a respeito da questão,

pouco mais de três matérias por dia em média, segundo o acervo Dataluta Jornal, do projeto Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta) desenvolvido no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente.

A situação do movimento se inverteu no segundo mandato de FHC, a partir de 1999, quando o governo instituiu uma política agrária bem mais agressiva. Segundo Fernandes (2007, p.156) “[...] criminalizando a luta pela terra e promovendo a mercantilização.” No que se refere à mercantilização, bom afirmar, entende-se a imersão do país numa política onde o mercado financeiro é o grande regulador das ações sociais, reduzindo-se nestas a participação do estado, mas exigindo dele o controle de toda e qualquer insurreição contra ordem pública, à pretensa e falsa estabilidade. O refluxo dos movimentos que agiam no campo foi imediato e o número de ocupações e assentamentos também. Somente na região do Pontal do Paranapanema, de 95 ocupações em 1998 o índice caiu para 38 em 1999, 21 em 2000, 17 em 2001 e teve um ligeiro aumento para 32 em 2002. (RELATÓRIO..., 2007)

Três razões explicam esta queda. O governo apresentou duas medidas provisórias que determinavam que as áreas ocupadas não poderiam mais ser vistoriadas e as famílias que participassem de ocupações saíam do cadastro nacional da política de assentamentos. A terceira teve como alvo a imagem do MST: a criminalização das ocupações, ou como Fernandes (2007, p.157) coloca, a “judicialização da luta pela terra”. Tanto como no primeiro mandato, a imprensa acompanhou de perto o desenvolvimento desta questão e por força de noticiabilidade novamente, os fatos que geraram repercussão davam conta da prisão de líderes do movimento e situações de resistência que na visão dos veículos agora ameaçavam a ordem pública como marchas, atos de protesto, ocupações de prédios públicos e privados, bloqueios em estradas, além das próprias ocupações de terra. A visibilidade adquirida pelo MST num primeiro momento e que lhe havia sido útil, junto com outros fatores que serão expostos em momento oportuno neste trabalho, para construção de sua imagem perante o público, agora apresentava resultados desfavoráveis. O estereótipo criado pelo Poder Judiciário a partir das ações penais empregadas é assimilado pela imprensa, que passa a enxergar os membros do MST sob outra ótica. Um referente deslocado da realidade.

Todo este contexto histórico e a variável da criminalização já fora aplicada e verificada, a partir do uso de métodos tradicionais como a análise do discurso ou conteúdo verbal, por diversos autores como Souza (2005), Berger (1998), Bertol (2003) e Câmara

(2003). Porém, em meu entendimento descartaram eles ou não deram o devido aprofundamento a variáveis importantes. Agora, ao levar em conta a categorização do MST como um movimento socioterritorial, que disputa inclusive espaços jornalísticos para adquirir força de visibilidade, o estatuto da fotografia contemporânea e do fotojornalismo, e como esta relação se deu em uma sociedade que preza pelo consumo voraz das imagens, esta dissertação propõe como objetivo central adicionar um novo entendimento sobre a questão. Uma construção de pensamento que se debruça sobre a cultura midiática a partir da fotografia jornalística aplicada no período, o que se justifica porque além de usá-la para comprovar novamente a já referida variação de significados que o movimento teve em sua trajetória durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mesmo que num recorte espacial restrito ao Pontal do Paranapanema, atesta para uma compreensão do fato que vai além de questões políticas e sociais. Diante da profusão de informações a respeito de um personagem, o consumidor de material jornalístico se informa sobre os acontecimentos, mas ao observar imagens muitas vezes calcadas no imaginário e descontextualizadas de história também se projeta e não encontra a referência posterior que tinha para se espelhar. Apoiando-se em Baudrillard (1991), Debord (1997) e Silva (2007), além das conformações ocorridas no fotojornalismo que dão conta de sua própria espetacularização como aponta Persichetti (2006), surgem considerações importantes no sentido de entender porque o MST agora é apenas um simulacro de violência e não mais um referencial de busca por uma sociedade mais justa.

Para tanto, esta dissertação parte da necessidade de lançar um olhar apurado, político e reflexivo no que considero dois elementos emblemáticos: a fotografia jornalística e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quais as relações entre esses dois atores e como áreas de conhecimento diferentes podem ajudar a explicar o fenômeno de construção e desconstrução de uma imagem perante a sociedade através da imprensa, em especial a partir das fotografias jornalísticas? Porque o MST se tornou sinônimo de baderna, crime e violência e não mais um ator importante na sociedade democrática?

Toda esta reflexão se desdobra primeiramente no recorte teórico intencional dos objetos e no entendimento da própria gênese da fotografia e do MST. E para que tal debate não corra o risco de cair no senso comum ou na ciranda de diversas pesquisas que já se debruçaram em esforços para compreender esta relação, suas presenças só se tornam contributivas neste trabalho se forem analisadas a partir de um olhar mais atento na história. Da fotografia, ao identificar um ponto em comum nas mais diversas discussões empreendidas

desde seu surgimento, que se resume em entender o seu estatuto bem como as variáveis de representação ou recriação do real, ficção ou não-ficção e como isso se dá e com quais consequências a partir do fotojornalismo; e do MST, ao entendê-lo como um ator diferenciado no cenário político e social brasileiro, que conseguiu a partir de sua essência pontuar na agenda pública contemporânea o debate secular da questão agrária.

Neste ponto, entende-se aqui uma justificativa para apresentar novas reflexões a cerca dos objetos citados, que promovam o avanço da ciência e quiçá inspire o exercício do fotojornalismo, uma atividade complexa, influenciada por vários fatores em sua execução. Para tanto, somente conhecendo a história e aprofundando-se no conhecimento teórico é que se têm condições de entender um processo, uma dinâmica, uma ideologia empregada, um ato constituído. Senão vejamos alguns fatos anteriores, subjetivos a mim, que remetem à própria fotografia e a forma em como o MST é apresentado na imprensa.

A hibridez da imagem fotográfica sempre me foi uma incógnita a partir do momento em que passei a estudá-la no Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina (UEL)<sup>1</sup>, no ano de 2008. Da mesma maneira em que entendia sua função de comunicação, desdobrava-se um desconforto que se resumia em não acreditar fielmente na imagem resultante do ato. Que contradição é essa de um artefato que ao mesmo tempo em que aponta para o real, o desconstrói e o recria e causa no espectador repulsa ou acolhimento? Qual a função social, então, de quem produz a mensagem, o que deve ser levado em consideração além de seu próprio ato? Apesar de compreender e aceitar o abismo existente entre a intencionalidade do ato fotográfico e sua geração de sentido no receptor, quais influências podem incidir e repercutir decisivamente no trabalho final?

O aprofundamento em sua própria gênese e estatuto e a contextualização com a sociedade contemporânea refém das imagens técnicas abriram as portas para o papel, a ação e as consequências do seu uso no fotojornalismo enquanto uma relação social. Barthes (1984, 1990), Schaeffer (1996), Dubois (1994), Sontag (2004), Machado (1984), Kossoy (2007) e Martins (2009) garantiram o meu primeiro entendimento da natureza do ato fotográfico ao mesmo tempo em que Persichetti (2006; 2009) e Sousa (2000; 2004) fizeram a ponte com o fotojornalismo. Ao mesmo tempo, estudos amparados em Flusser (2002, 2007, 2008), Debord (1997), Silva (2000; 2007), Baitello (2005) e Klein (2006; 2008), no que denomino aqui para entendimento próprio de corrente de autores da Cultura Midiática,

---

<sup>1</sup> [www.uel.br/pos/mestradocomunicao](http://www.uel.br/pos/mestradocomunicao)

balizaram a percepção da sociedade imagética, suas correlações e consequências, o surgimento das sociedades do espetáculo e do hiperespetáculo e a crise da visibilidade. O resultante disso é uma construção de pensamento onde a fotografia é alçada à condição de (re) criação do imaginário que, envolvida em uma realidade onde a imagem é intensificadora de emoções e reduzida a bem de consumo, inclusive na imprensa, pode gerar sentidos contraditórios conforme as intencionalidades aplicadas tanto por parte do fotógrafo quanto do espectador.

Desta forma, a fotografia assume aqui o papel de principal documento de análise e observação de um contexto. Até porque, como instrumento de pesquisa revela relações importantes a partir do momento em que não se trata apenas de um exercício arcaico de observar o que de fato aconteceu, mas sim quais as tramas envolvidas e que se sobrepõem à face superficial do documento. Quando do início dos trabalhos que resultaram nesta dissertação, um fator era claro: a fotografia seria o *corpus* fundamental para desenvolver as reflexões posteriores e até mais, decisiva, ao poder mostrar o MST enquanto ator social e político e que percorreu na imprensa uma trajetória em que ora fora alçado à condição de movimento justo, ora fora criminalizado. O entendimento é que este caminho só se faz por conta da natureza do próprio ato fotográfico e de sua natural apropriação pelo fotojornalismo onde o referente atesta a realidade de momento, mas por ser também fruto do imaginário é deslocado e apresentado vezes mais conforme aponta o discurso comum do momento.

Para chegar a esta conclusão, além de tratar a fotografia como instrumento, é necessário encará-la também como “objeto” de pesquisa. E aqui é importante delimitá-la assim e não exatamente como “fonte”, como prevê Kossoy (2007), porque se trata de estudo histórico e teórico específico, amparado também em modelo metodológico de interpretação como contributo para aferir a realidade a ser testada.

Analisada como objeto, parte-se da história da fotografia e a evolução técnica que se descortinou em seguida, bem como seu impacto social e da própria natureza do ato fotográfico a fim de se obter a compreensão de sua essência. São as fotografias o reconhecimento de um momento que já passou e que segundo Kossoy (2001, p.55) presta-se “[...] à descoberta, análise e interpretação da vida histórica.” Muitos autores já se debruçaram na tese falsa de que a fotografia é o “espelho do real”. Mas tais considerações, que partiram da condição fotográfica de mera ilustração, embora tenham indicado o rastro histórico de um acontecimento ou seus indícios externos, não abordam em si o aspecto cultural e mais oportuno, o ficcional, que há no documento.

Kossoy (2007, p.53) fala em “construção de realidades”, a partir do momento que o imaginário toma conta do ato criativo das imagens. “A fotografia resulta sempre desta construção, seja ela realizada enquanto expressão do autor (sem finalidades utilitárias), seja como registro fotojornalístico ou meio de criação publicitária, não importando se obtidas segundo tecnologias tradicionais ou digitais” (KOSSOY, 2007, p.53).

Estas construções, como se refere Kossoy (2007), também remontam a outro aspecto a ser abordado no documento fotográfico e que é revelador de situações como a que se pretende neste trabalho. “Ao mesmo tempo em que tem preservado as referências e lembranças do indivíduo, documentado os feitos cotidianos do homem e das sociedades em suas múltiplas ações, fixando, enfim, a memória histórica, ela também se prestou – e se presta – aos mais interesseiros e dirigidos usos ideológicos” (KOSSOY, 2007, p.31)

Encontrar estes dois vieses no documento fotográfico não é tarefa simples porque a observação superficial pode revelar apenas uma realidade primeira como aponta Kossoy (2001), face inocente da fotografia. Reside aí a necessidade de desmontá-la, desconstruí-la em seus elementos de significação para que se tenha acesso às articulações engendradas pelo homem na produção da cena, lembrando que o foco neste trabalho está no processo gerativo da imagem influenciado vezes mais pelo momento cultural vivido e em sua interpretação, que darão subsídios para as considerações propostas.

Quanto ao MST, atuei de 1996 a 2005 em veículos de jornalismo diário na cidade de Presidente Prudente (SP) – em parte o período que compreende a análise de fotografias jornalísticas realizada neste trabalho – o que garantiu experiência prática em coberturas da questão agrária na região do Pontal do Paranapanema, que sempre refletiu também, com variações de gravidade e aspectos culturais, o resto do país. Foi possível distinguir dois momentos bem claros no trato de notícias quando o principal personagem era o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No início, não nego uma aproximação muito forte com a própria causa do movimento. Entendia que pessoas que passam por tanto sofrimento deveriam receber aquilo que pleiteavam em sua justeza. Esta percepção talvez seja resultado de uma formação humanista tanto em âmbito universitário ou na própria família. A aproximação com aquela realidade me levava sempre a ter certa inclinação com a causa, embora conflituada com o pressuposto de isenção da ação jornalística que sempre impediu a exposição direta desta preferência. Pelo menos não deliberadamente. Passados alguns anos, esta relação começou a ser questionada. Muitas dúvidas começaram a surgir e o próprio senso comum da grande imprensa, a qual acompanhava com regularidade extrema, fizeram-me

olhar este personagem de outra maneira. Entre os principais questionamentos estavam três clássicos: se o governo quer negociar, se o assentamento é ofertado, porque eles se negam? Porque um movimento que se diz social manipula tantas pessoas em um acampamento sem o mínimo de condições de higiene, moradia e alimentação? O que justifica a destruição de um patrimônio público ou livre trânsito das pessoas em uma estrada? Na verdade, estava eu sendo levado por uma noção comum de que a realidade era aquela, ou seja, não há motivo para tal reivindicação. Não tenho dúvidas ou medo de afirmar que esta reavaliação do movimento passou a ser empregada em minhas edições. Não enxergo nenhuma deliberação nisso, volto a dizer, era de fato o acompanhamento de um discurso hegemônico que me levava a crer naquele contexto. Serva (2001, p.47) pontua bem a recorrência de discursos que são capazes de amortizar fatos e criar o senso comum. “[...] dentro da própria lógica que organiza o espaço da imprensa, uma infinidade de manchetes deixaria de se justificar. No entanto, o jornalismo também nega a capacidade de perceber esta outra dimensão àqueles que observam o desenvolvimento da história apenas pela lente que ela oferece.”

Novamente a história, o contato com membros do movimento e sua qualificação foram capazes de fazer entender o que este personagem representa e assim ele passa a ser representado neste trabalho como pressuposto das considerações futuras. Uma experiência pessoal deu início a esta mudança de percepção. Em janeiro de 2007 matriculou-se no curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” de Presidente Prudente (Facopp), pertencente a Universidade do Oeste Paulista (Unoeste<sup>2</sup>), Diolinda Alves de Souza, uma das mais atuantes líderes do MST na região do Pontal do Paranapanema, companheira de José Rainha Junior, outro expoente do movimento. Como professor da faculdade, no curso de Jornalismo, tive a oportunidade de travar inúmeros debates informais a cerca da questão agrária e de como a imprensa revelava os acontecimentos neste campo. Foi um momento importante por duas razões. Uma delas dava conta da nossa própria participação ativa nos acontecimentos entre os anos de 1996 e 2005 na região do Pontal do Paranapanema. Ela como integrante do movimento e eu como repórter ou editor em jornal e televisão. Erros e acertos, de ambas as partes – imprensa e MST – eram discutidos com frequência. Depois, por fim, pelo discurso de Diolinda corroborar com a descoberta que eu teria mais tarde ao estudar e pesquisar com rigor científico a questão agrária. De fato, autores das Geografias Crítica e Agrária como Santos (2004, 2000), Raffestin

---

<sup>2</sup> [www.unoeste.br](http://www.unoeste.br)

(1993), Haesbert (2006), Martins (1984, 1981), Oliveira (2001) e Fernandes (2000, 2003, 2005, 2007, 2008) proporcionaram a noção de que o MST é um movimento que tem como um dos objetivos principais a luta pela vida a partir da conquista da terra. Não só ele, mas a sua diferenciação para outros, no seio das teorias que tratam destes atores, reside no fato do movimento ser mais do que social. É socioterritorial, onde os conceitos de espaço e território da Geografia Agrária devem ser fatores fundamentais para seu entendimento.

Ainda diante da intenção de usar estas premissas teóricas foi importante a minha participação em uma pesquisa de campo e a realização de técnicas de observação estruturada e não-estruturada no Território Cantuquiriguaçu<sup>3</sup>. Nesta localidade foi possível ter a percepção da luta pela terra, pelo território e, sobretudo, pela soberania dos camponeses. O Território Cantuquiriguaçu comporta 20 municípios, nas mesorregiões geográficas Centro-Sul e Oeste do Estado do Paraná. Tal ação, através da convivência com os colonos durante um ciclo de debates e em visitas ao assentamento rural Ireno Alves dos Santos<sup>4</sup> ao Colégio Iraci Salete Strozake<sup>5</sup> e a propriedades rurais camponesas, se mostrou fundamental porque conseguiu apresentar de forma clara e inequívoca como as territorialidades e os reflexos territoriais se constituem a partir da espacialização da luta.

O MST é um movimento socioterritorial porque se faz e se ajusta na sociedade a partir da espacialização e da territorialização. Em outras palavras, é a busca por um espaço onde, a partir de relações sociais e conflitualidades diversas, abre-se a possibilidade de geração de identidades e o reflorescimento da noção de pertencimento. O MST luta por uma terra que no seu entendimento lhe foi usurpada ao mesmo tempo em que só vê ali um território justo para desenvolvimento do modo de vida camponês. Tanto é que sua gênese se faz a partir do momento em que as formas de resistência foram a única maneira encontrada pelos trabalhadores de lutar por seus direitos. Esta prerrogativa joga por terra, portanto, a falsa ideia de que o movimento quer apenas um pedaço de chão e que suas ações se justifiquem pela desordem ou desestabilização de governos constituídos. Pelo contrário e

---

<sup>3</sup> Pesquisa efetuada em maio de 2009 como parte da disciplina “Teorias dos Territórios e da Questão Agrária”, oferecida pelo Programa de Pós Graduação em Geografia – 2009, da Unesp – campus de Presidente Prudente, sob a responsabilidade do Professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes, de março a junho de 2009.

<sup>4</sup> O assentamento Ireno Alves dos Santos foi organizado pelo MST na antiga fazenda Giacometti, no município de Rio Bonito do Iguçu, no Paraná. Mais de 1500 famílias estão assentadas.

<sup>5</sup> O colégio Iraci Salete Strozake está localizado dentro do assentamento Marcos Freire e oferece aos filhos de assentados além de ensino fundamental e médio, o trabalho de Educação para o Campo, voltado ao ensino de valores, técnicas e cultura do próprio camponês, além de ser a escola base para as unidades de ensino itinerantes do movimento.

apesar de sua crítica veemente ao caráter exploratório e expropriatório do capital, elas ocorrem pela necessidade que se tem de ocupar espaços e formar territórios próprios em várias camadas da sociedade, inclusive na imprensa numa tentativa de se territorializar também junto à opinião pública.

Essas duas linhas de pensamento sobre os objetos de estudo amparadas nas áreas da Fotografia, Cultura Midiática e da Geografia são teorizadas aqui e não são excludentes. Espera-se que uma complete a outra e deem, portanto, um novo parâmetro para um olhar mais amplo, político como prevê Arendt (1998) e que, por isso, gera a contradição ou provocação pretendida, e interdisciplinar sobre o processo de criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na imprensa, que por sua vez será exposto nesta dissertação de duas formas. Primeiramente ao traçar uma trajetória do MST nos veículos jornalísticos em geral, tendo como amparo trabalhos já executados na área. Num segundo momento, como foi dito logo no início desta apresentação, faz-se um recorte desta mesma situação especialmente no jornal impresso.

O bloco imagético de um jornal impresso, aliás, apresenta-se hoje com uma importância fundamental na elucidação e reconstrução da realidade observada. Um espaço que o fotojornalismo há tempos perseguiu e que foi incorporado definitivamente quando estes próprios meios de comunicação entenderam sua eficácia no auxílio ou como carro-chefe no encaminhamento da percepção e interpretação de inúmeros fatos.

Desta forma, esta dissertação parte do pressuposto também de que é preciso compreender a imprensa como um espaço social e por isso a escolha de um jornal impresso para pesquisa. Só assim é possível ter condições ou um campo de estudo para entender o que se produz e o que se transforma e o quais são as origens desses processos. É o MST territorializado e referência social no jornal, visto como uma luta justa, em 1995. É o MST, desterritorializado<sup>6</sup> e despersonalizado, visto como um pária da sociedade, em 2002.

O espaço social é a dinâmica da própria sociedade, que se constrói e se relaciona nele. Não se fala aqui em equivalência. Fala-se em formação. Esta relação social é importante porque proporciona ao pesquisador a possibilidade de entender como os confrontos entre as formas de organização da sociedade se constituem. No que se refere ao MST, por exemplo, nos jornais as páginas viram espaços de luta por espacialização porque é

---

<sup>6</sup> Por desterritorializado entende-se não apenas a perda material do espaço físico pelo indivíduo ou instituição organizada, mas também a exclusão de suas identidades culturais e sociais, que transitam no campo da imaterialidade e são fundamentais para a manutenção de uma vida própria e independente.

ali que o movimento traz a público sua intenção, que é a conquista da terra e da vida camponesa. Assim como é o acampamento também. O espaço jornalístico é uma extensão do acampamento, da ocupação, da marcha e a fotografia a janela que permite aos espectadores o confronto com a situação instalada.

A Folha de S. Paulo foi escolhida dentre outros como fonte para comprovar a criminalização que ampara as considerações posteriores por sua representatividade junto à imprensa nacional e pelo foco direcionado às ações do MST no Pontal do Paranapanema durante os anos pesquisados, 1995 e 2002. Da mesma forma, por ser um veículo diário de abrangência nacional, a Folha de S. Paulo<sup>7</sup> consegue projetar o personagem no contexto territorial brasileiro. Especialmente nos anos pesquisados, 1995 e 2002, o jornal também se apresentou líder em tiragens em todo Brasil. Além deste fator, um outro proporcionou a escolha unitária da Folha de S. Paulo nesta pesquisa. Sua linha editorial no tratamento da questão agrária se mostrou de forma mais isenta diante de outros jornais paulistas de cunho nacional como O Estado de S. Paulo e até mesmo dos periódicos regionais de Presidente Prudente, Oeste Notícias e O Imparcial. Tal aferição se deu de forma empírica a partir da análise de fotografias no arquivo de periódicos da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente, envolvendo os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Oeste Notícias e O Imparcial. Uma razão para isto também foi tirada das palavras de Arbex Júnior (2001, p.142) ao relatar as mudanças ocorridas no jornal após implantação nos anos de 1980 do Projeto Folha, que traçava a linha editorial do periódico. “Desde o início, o Projeto Folha caracterizava a notícia como mercadoria, destinada a gerar lucros. Essa perspectiva exigia obviamente, o fim da ‘politização’ da redação, uma das características mais fortes do jornalismo até então praticado no Brasil.” Obviamente que não era uma política tão isenta, como mesmo atesta Arbex Júnior (2001). As intenções políticas e econômicas sempre estiveram presentes, mas sua caracterização *a la* imprensa americana e como “mídia neoliberal”, voltada para economia de mercado, proporcionou o seu desligamento das alas mais conservadoras do país, fato que não ocorreu com o jornal O Estado de S. Paulo.

---

<sup>7</sup> Fundada em 1921, com o nome Folha da Noite, a Folha de S. Paulo é o jornal mais vendido no país, com circulação de 290.276 exemplares em dias úteis e 343.281 aos domingos. De acordo com a própria Folha, o Jornal se consolidou na posição de mais vendido durante a campanha pela redemocratização do Brasil em 1984 quando empurrou o movimento das eleições diretas para Presidente. (<http://www1.folha.uol.com.br/foalha/conheca/circulacao.shtml> - Acesso em 28/11/2009)

Recorreu-se nesta pesquisa posteriormente, para seleção do material a ser analisado, ao acervo do projeto Dataluta Jornal do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (Nera) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus Presidente Prudente. Este projeto está inserido no Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta), desenvolvido desde 1995, a partir da tese: “Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro. Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)”<sup>8</sup>, de autoria do pesquisador e professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes, do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente, responsável pelo Nera. Este acervo reúne, organiza e sistematiza jornais impressos que apresentam notícias relacionadas à questão agrária, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Até o dia 11 de março de 2009, havia no acervo 24.298 recortes de jornais, que variam entre os mais diferentes gêneros jornalísticos: informativo, interpretativo e opinativo.

A partir de observação estruturada feita para esta pesquisa, nota-se que tal acervo contém em suas pastas, recortes dos jornais: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Brasil de Fato, Jornal do MST, Pastoral da Terra, Oeste Notícias e O Imparcial, sendo estes dois últimos em escala regional, incluindo o Pontal do Paranapanema, sediados em Presidente Prudente. Ele está dividido de forma simples em duas partes: física e digital. O procedimento metodológico da organização física inclui a leitura completa dos jornais citados, com especiais atenções a cadernos específicos. Em O Estado de S. Paulo, cadernos “Economia”, “Aliás”, além de suplementos especiais. Na Folha de S. Paulo, cadernos “Dinheiro”, “Cotidiano”, “Mundo”, “Brasil” e suplementos especiais. Já nos jornais Brasil de Fato, Pastoral da Terra e Jornal do MST, as notícias relacionadas ao tema se encontram em todas as páginas. Nos jornais regionais, a verificação é feita nos cadernos “A” e “B” de O Imparcial e “Local” e “Regional” do Oeste Notícias.

Desta leitura, deriva o recorte dos periódicos para arquivamento, sendo que este procedimento se dá a partir da identificação nas matérias jornalísticas de palavras específicas que tenham ligação direta ou indireta com a questão agrária. Vale salientar que toda a página onde está identificada a notícia é recortada, o que facilita posteriormente o processo de digitalização e também a identificação precisa para fins de pesquisa da data, seção ou editoria do jornal. Neste caso, ficam também arquivadas as fotografias

---

<sup>8</sup> Esta tese está disponível em documento eletrônico no endereço: <http://www4.fct.unesp.br/nera/ltd.php>

correspondentes. A deposição do material coletado é feita em envelopes identificados pelo mês referente e levado em seguida para pastas numeradas ou codificadas por números. Antes, porém, cada recorte é catalogado em um banco de dados próprio no programa Excel (Windows) do Dataluta Jornal, onde é discriminado o número da pasta, a data de publicação, o título da matéria, o resumo da matéria, nome do jornal e número da página. Mais recentemente, o acervo do Dataluta Jornal adotou nova metodologia de arquivo. O material disponível desde 2007 vem recebendo tratamento diferente e além das discriminações citadas, agora é acrescentada uma outra, baseada em cores específicas que identificam o teor central da reportagem. Por exemplo, matérias que tratam de ocupação de terras recebem a identificação vermelha; aquelas que retratam negociações com o governo, azul, e assim por diante.

Depois do processo de varredura feito no acervo de jornais da Biblioteca da Unesp em Presidente Prudente, no primeiro semestre de 2008, a pesquisa desta dissertação no acervo Dataluta Jornal buscou primeiramente as reportagens que foram publicadas no jornal Folha de S. Paulo, entre os anos de 1995 e 2002, que diziam respeito ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Foram encontradas 3.922 reportagens. Como a comprovação da ocorrência de variação de sentidos da imagem do MST na região do Pontal do Paranapanema diz respeito apenas aos anos de 1995 e 2002, foi feita nova identificação, ainda dentro do acervo relacionado à Folha de S. Paulo, e foram encontradas então 530 ocorrências. Destas, para nova redução visando material específico do Pontal do Paranapanema, surgiram 122 matérias entre os dois anos delimitados, sendo 71 em 1995 e 51 em 2002. Nem todas, porém, apresentavam fotografias. Imagens fotojornalísticas foram encontradas em 41 (27 em 1995 e 14 em 2002), sendo que as ocorrências ficaram restritas aos meses de abril (7), junho (1), julho (1), setembro (5), outubro (17), novembro (31) e dezembro (9) em 1995 e aos meses de janeiro (3), março (1), maio (2), setembro (5), outubro (1) novembro (2) em 2002, independentemente de serem capas ou se situarem em editorias internas.

Levando em consideração o tamanho da amostra optou-se por fazer uma escolha a partir de duas variáveis: o conflito e as formas de resistência do MST em sua espacialização e territorialização na luta pela terra. A delimitação do que é conflito, e a conflitualidade que lhe é inerente, neste trabalho também ultrapassa a simples noção de violência, como é exposto no capítulo 2. Desta maneira, um acampamento ou um assentamento em todas as suas rotinas, uma marcha ou ato público, são considerados como

elementos discriminadores e validados para fins de escolha das imagens. Ao todo, portanto, tem-se a análise de 6 fotografias publicadas no jornal Folha de S. Paulo, nos anos de 1995 e 2002, tendo como tema central o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dentro das variáveis “conflitos e formas de resistência”.

Ao observar o modo que o MST foi exposto é possível compreender que a exemplo do que ocorreu em outros veículos jornalísticos, também na Folha de S. Paulo, em matérias específicas sobre o conflito agrário no Pontal do Paranapanema, houve a territorialização do movimento no espaço físico dos jornais a partir da construção de imagem positiva como movimento que carrega uma bandeira de luta justa, e sua posterior desterritorialização, causada pela insistência de imagens que levaram à sua desfiguração social.

Na estrutura deste trabalho, todas estas visões estão delimitadas. O ponto de partida foi estudar no capítulo 2 a gênese e o que vem a ser o movimento, tanto em âmbito nacional quanto na região do Pontal do Paranapanema. Neste mesmo espaço, abre-se a exposição do elemento que leva a uma nova visão sobre a presença midiática do MST: o conceito de território, apoiado no referencial da Geografia Agrária<sup>9</sup>.

No capítulo seguinte, é aberto espaço para a consideração teórica sobre a fotografia. Traçado seu histórico, ao mesmo tempo é debatido seu impacto na sociedade e a geração de sentido que a imagem provoca, bem como sua presença nas páginas de jornais a partir do ofício do fotojornalismo, sua linguagem e sua contribuição ao espetáculo midiático da visualidade. Ressalta-se que o documento fotográfico é considerado neste estudo não apenas um objeto, mas um instrumento que provoca a possibilidade de ver e pensar o mundo e os homens, a partir da consciência de que é ele próprio, homem, produtor e espectador, que (re) cria e interpreta o mundo para tentar entendê-lo.

No capítulo 4, o MST é apresentado como um personagem midiático que busca seu espaço de forma deliberada nos meios e que teve sua imagem transformada no decorrer dos anos, em especial nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal fato é também em seguida observado apenas na mídia impressa, a partir dos fragmentos jornalísticos imagéticos do jornal Folha de S. Paulo verificando-se como o movimento foi apresentado nos anos de 1995 e 2002.

---

<sup>9</sup> Estudo geográfico do campo que abarca não só as produções agropecuárias, mas também as relações sócio-econômicas, capitalistas e de produção, e de luta pela terra que incidem nestes processos. (FERREIRA, 2002; OLIVEIRA, 2005)

No capítulo 5, esta mesma exposição e consequências são avaliadas na ótica da sociedade do hiperespetáculo, ajustando o personagem MST dentro de uma sociedade que se cria e recria a partir das imagens, sobretudo nas fotojornalísticas. Espera-se desta forma lançar, ao final, novas considerações a título de compreender o objeto MST e sua condição socioterritorial, bem como sua necessidade de espacialização em todos os meios que possam traduzir sua intenção, em especial no jornal impresso. Ao mesmo tempo, obstante a fotografia ser de fato uma (re) criação do imaginário, faz um alerta ao fotojornalismo de imagens espetaculares e hiperespetaculares que promovem a condição do receptor das mensagens fotográficas de assumir discursos ficcionais extremos, apoiados no senso comum.

### **1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS APLICADOS**

Problemas fenomenológicos, necessidades de novos entendimentos ou incertezas quanto à natureza da realidade percebida são elementos fundamentais para dar início a uma pesquisa científica e estes foram explicitados anteriormente. Porém, a realização deste trabalho de caráter científico apoia-se primeiramente no uso da pesquisa qualitativa amparada em pesquisa bibliográfica e no método de análise de conteúdo, entendido este último como “[...] um método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados” (HERSCOVITZ, 2008, p.126-127).

A análise de conteúdo tem preferência neste trabalho porque proporciona ao pesquisador inferências ao material que ficou gravado ou impresso nos meios de comunicação jornalísticos. Desta forma, conseguem-se obter preferências ou enquadramentos emitidos pelos veículos ao tratar de um tema específico.

Atualmente, o caminho tomado pela análise de conteúdo tenta não considerar a distinção do que é quantitativo ou qualitativo. A ideia é de junção, como propõe Herscovitz (2008, p.126) “[...] de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido.”

Os significados implícitos e/ou explícitos que surgem dos documentos fotográficos, por exemplo, podem sugerir e apontar tendências, interesses, conflitualidades e ideologias. Ao cruzá-lo com uma observação atenta dos elementos constitutivos da imagem, a partir da linguagem fotográfica empregada, entende-se que irá fornecer subsídios de referência para aferir a presença midiática do MST no jornal impresso. “[...] teóricos da metodologia de pesquisa preferem apostar no termo intersubjetividade, ou seja, a capacidade de diferentes investigadores de concordar em suas observações e conclusões” (HERSCOVITZ, 2008, p.128).

A análise de conteúdo é usada aqui também, por força de suas prerrogativas, justamente por permitir um roteiro claro de trabalho, especialmente ao exigir com antecedência a definição dos objetos de estudo do trabalho, ou seja, neste caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Fotografia, bem como o contexto onde estão inseridos, as delimitações e alvo das inferências.

Retornando à pesquisa qualitativa, e reforçando que se trata ela de uma metodologia apoiada em técnicas específicas, a preocupação num primeiro momento também é deixar claro o objeto de estudo, a partir de ações interpretativas e analíticas, de uma realidade, aferindo assim comportamentos, condutas, falas e fenômenos. Descarta-se também a representatividade numérica do grupo pesquisado, ao mesmo tempo em que se aprofunda a compreensão de um grupo social e de sua trajetória. É um processo também intuitivo que depende muito da sensibilidade e experiência do pesquisador. É a partir do aprimoramento de ideias, que leva a reflexões provocativas, que a pesquisa começa a tomar seu corpo e a exigir que sejam delimitados caminhos a serem percorridos (LAKATOS; MARCONI, 1991)

A compreensão e o desenvolvimento de um *corpus* teórico que sustente a visão obtida a partir da pesquisa escolhida, no entanto, necessitam de seu enquadramento metodológico e na seleção de métodos, cujo primeiro já foi explicado, e técnicas de investigação. Busca-se com isso ter uma base importante para responder às perguntas formuladas e testar as hipóteses levantadas. É um processo de estratégia, onde táticas são usadas para se chegar a um consenso e instrumentos de coleta de dados são vistos como fundamentais. No caso deste trabalho, quatro são os tipos escolhidos: pesquisa bibliográfica, pesquisa ou análise documental, pesquisa de campo e observação. Todos eles permitem a exploração e o aprofundamento do assunto, bem como a devida descrição de processos e sua compreensão. Antes de detalhá-los, porém, é preciso deixar explícito que segundo Demo (*apud* DUARTE, BARROS, 2009, p.62) “[...] os dados não são apenas colhidos, mas também

resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade”. O que se revela, então, é a construção de um pensamento, tendo como pressuposto a teoria e como fator de impulso a metodologia e suas técnicas ou métodos que irão classificar o debate na interpretação do que se estabelece. Isto tudo tende, claro, a não ser neutro, pode apresentar um viés de engajamento do pesquisador. Por outro lado, se aceita a prerrogativa da intencionalidade, como expõe Searle (1995), ao analisar o discurso corrente apresentado pelos materiais selecionados nos jornais para decidir por outro caminho que não aquele adotado de forma hegemônica pelos ditos formadores de opinião [meios] que se apoiam no senso comum e oferecem aos seus interlocutores verdades indissolúveis. Esta intencionalidade tem na intenção a minha forma de condução e que leva à imparcialidade ou a uma verdade própria, uma proposição de conteúdo intencional que garante ao pesquisador a satisfação necessária e a contribuição de um novo olhar sobre os objetos e o mundo. Ademais, é um exercício que se aproxima das intencionalidades que são de fato propositais. “Uma emissão pode ter Intencionalidade, da mesma forma como uma crença tem Intencionalidade, mas enquanto a intencionalidade da crença é intrínseca a da emissão é derivada.” (SEARLE, 1995, p. 37) Por fim, para lançar mão de mais um motivo intencional, é importante salientar que as (re) construções de pensamentos neste trabalho a partir da metodologia e métodos optados seguem o avanço para novas conjunturas, que segundo Derrida (2002), é a busca pelas diferenças e que leva a desconstruções que vão combater ou afirmar e alertar para visões sistêmicas e totalitárias.

A pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador em contato direto com o material teórico existente a cerca do tema como livros e artigos científicos e, mais importante que isso, estabelece focos de reflexão. Já a observação “[...] é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.190). Dois tipos de observação são utilizados neste estudo: primeiro a não-estruturada, feita de forma espontânea e informal, que consistiu em recolher e registrar fatos da realidade sem o emprego de meios técnicos especiais; e por fim, a estruturada, onde o pesquisador sabe o que procura.

Em relação à pesquisa documental, é fonte rica de dados e sua busca se dá quando o referencial bibliográfico não dá conta de corresponder aos anseios da pesquisa. Desta forma, materiais *online*, documentos públicos, imagens e jornais da época pesquisada são fundamentais como matéria-prima para o desenvolvimento da investigação e da análise

dos objetos de estudo. Andrade (2003, p.125) estabelece muito bem a diferença entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental em um trabalho científico.

Os procedimentos, ou seja, as maneiras pelas quais se obtêm os dados necessários, permitem estabelecer a distinção entre pesquisas de campo e pesquisas de fontes “de papel”. Nesta modalidade incluem-se a pesquisa bibliográfica e a documental. A diferença entre uma e outra está na espécie de documentos que constituem fontes de pesquisas: enquanto a bibliográfica utiliza fontes secundárias, ou seja, livros e outros documentos bibliográficos, a dita documental baseia-se em documentos primários, originais. Estes, chamados “de primeira mão”, ainda não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa: dados estatísticos, documentos históricos, correspondência epistolar de personalidades etc.

Porém, como as considerações principais deste trabalho estão amparadas também na interpretação da imagem a partir de seu processo gerativo, optou-se por fazer esta análise onde se verifica e atesta uma realidade existente a partir da desconstrução analítica da fotografia. Em termos práticos, segundo Boni (2000, p.114), trata-se da descrição da imagem, a identificação dos recursos técnicos e da linguagem fotográfica utilizadas para, em seguida, discutir a geração de sentido. Por também conhecer o efeito dos fatos, é que se busca a causa, e neste momento, “[...] desconstruir um discurso é mostrar como ele mina a filosofia que afirma, ou as oposições hierárquicas em que se baseia, identificando no texto as operações retóricas que produzem o fundamento de discussão suposto, o conceito chave ou premissa.” (CULLEN, 1997, p.101) Ao proceder desta forma, surge a possibilidade de discussão de resultados a partir da certeza de que o documento fotográfico deixa de ser apenas meio de expressão uma vez que as marcas de sua enunciação podem ser dirigidas a um fim específico. “É na escrita que os desastrosos aspectos da mediação se fazem aparentes. A escrita apresenta a língua como uma série de marcas físicas, que operam na ausência do locutor. Elas podem ser altamente ambíguas ou organizadas segundo engenhosos padrões retóricos.” (CULLEN, 1997, p.106)

As fotografias, formas de escrita, aliadas a outras interferências, conferem sentido a partir do uso da linguagem fotográfica que é “[...] formada por todos os elementos que constituem as fotografias, quer sejam óticos, mecânicos, químicos – técnicos – e mesmo ideológicos/conceituais que servem para constituir sua visualidade.” (CAMARGO, 1999, p.110) Como aponta Machado (1984, p.76), ao isolar um recorte do visível, a fotografia valoriza a enunciação desejada. “Toda visão pictórica, mesmo a mais “realista” ou a mais

ingênua, é sempre um processo classificatório, que joga nas trevas da invisibilidade extraquadro tudo aquilo que não convém aos interesses da enunciação [...]”

Um repórter, ao escrever sobre determinado acontecimento, usa âncoras (fontes, números, estatísticas, gráficos e outros) para dar consistência e sustentabilidade creditícia à narrativa, e lustres (ilustrações, comparações, adjetivos qualificativos, técnicas de aproximação e distanciamento, e outros) para dar a ênfase persuasiva na enunciação, formando um discurso. Da mesma forma, o fotógrafo, ao eger um recorte espaço-temporal para tentar traduzir o todo, usa os recursos técnicos como suporte de narrativa e os elementos da linguagem fotográfica como instrumentos enunciativos do seu modo de pensar. Na somatória da narrativa com a enunciação, ele também cria um discurso. E nele manifesta implícita e explicitamente sua intencionalidade de comunicar (BONI, 2000, p. 51).

Boni (2000, p.61) diz que a recorrência aos elementos da linguagem fotográfica permite ao fotógrafo a marcação de seu “estilo de fotografar”. Mas estilo é, a meu ver, uma imputação branda. Tais desejos são marcados também ideologicamente, e concorda-se com Machado (1984, p.76) neste ponto, quando este diz que “Toda síncope do quadro é uma operação ideologicamente orientada [...]”.

Os elementos da linguagem fotográfica que contribuem para a enunciação da mensagem são diversos e sua apresentação e conhecimento se tornam relevantes como pressupostos para as análises de qualquer material fotográfico. Boni (2002), Sousa (2006) e Machado (1984) apresentam nomeações técnicas que não são excludentes e contribuem para uma observação crítica:

**Planos de tomada** – é o distanciamento da câmera fotográfica para o objeto e suas características principais dizem respeito à aproximação ou ao afastamento da cena e neste caso podem ser panorâmico, grande geral, geral, médio, americano, primeiro plano ou detalhe. “É o plano que determina o ‘dentro de campo’ e o ‘fora de campo’. É no plano que se materializam os restantes elementos que contribuem para a leitura da imagem e para sua significação.” (SOUSA, 2006, p. 294) Ou como Machado (1984) aponta, é neste jogo de fora e dentro que as marcas enunciativas são reveladas, assim como as vontades e deliberações dos produtores ou manipuladores.

**Composição e Equilíbrio** – é um processo de seleção do fotógrafo que intenta obter o equilíbrio da cena. Dispondo corretamente os elementos no quadro, o fotógrafo garante beleza e, no caso do fotojornalismo, informação. Boni (2002, p.176) ressalta que neste caso os detalhes da imagem adquirem, a partir do uso de outros elementos da linguagem, um peso diferenciado. Estes pontos de apoio se referem ao uso da regra dos terços, que segundo o

autor, consiste em dividir o visor em terços, de modo que tudo que fique nas intersecções tenha mais relevância; da perspectiva, que trabalha a ilusão de profundidade da cena e pode auxiliar na leitura da imagem; e do foco, quando se trabalha a homogeneidade ou a seletividade do quadro. Quando o fotógrafo opta por determinada composição, porém, na visão de Machado (1984, p.121), há uma obrigatoriedade sendo lançada para o espectador. “O papel da “boa composição” é justamente reforçar essa transferência de subjetividade, através de uma disposição dos motivos que favoreça a ocorrência da projeção perspectiva.” Ligada à composição, o equilíbrio diz respeito à disposição natural e harmônica de todos os elementos em cena. Levando-se em conta que a imagem fotográfica é bidimensional e não tri, a visualização é limitada e a falta dele pode comprometer a presença de um ou outro elemento em cena. Importante ainda, neste quesito, levantar apontamentos a cerca da posição em que personagens e objetos são dispostos no campo visual. Para Guimarães (2007) há uma importante relação a ser observada entre esquerda-direita, que ele classifica tão poderosa quanto os tradicionais conceitos claro-escuro, alto e baixo e dentro e fora. Desta forma, a questão aqui é o movimento de leitura que se faz da cena e sua apreensão.

Ao organizar os signos para leitura da esquerda para direita, estamos disparando o olhar para primeiramente “ler” em processo de escaneamento que culmina com a ênfase no hemisfério especializado na linguagem, o esquerdo; nas grafias mais pictogramáticas como as orientais, que dependem mais da imagem, a leitura se faz no sentido contrário, disparando o olhar para projetar a escrita para o hemisfério especializado na estrutura da imagem [...] Ao olhar um campo visual, o elemento da esquerda recebe, portanto, tratamento inicial mais intuitivo e com mais margens a uma precisa definição a partir das experiências primárias (portanto, já adquiridas); o elemento da direita, por sua vez, é lido primariamente pelo hemisfério esquerdo, capaz de criar narrativas mais complexas e, portanto, de ser construído de forma mais maleável (GUIMARÃES, 2007, p.192).

**Profundidade de Campo** – É o espaço nítido na imagem. Quando o fotógrafo realiza o foco em seu objetivo, tudo que estiver nítido atrás e a frente deste objeto é considerado profundidade de campo. Boni (2000, p.178) ressalta que “Quanto mais próximo o motivo estiver da câmera, menor será a profundidade de campo. Porém, quanto mais distante o motivo estiver da câmera, maior ela será”.

**Foco Seletivo e Planos de Foco** – Relacionados intimamente com a profundidade de campo, nestes casos o fotógrafo pode escolher, entre as opções do quadro, uma delas para ser focada com exatidão e os elementos da imagem são selecionados a partir do foco ou nitidez empregada em detrimento a outra parte desfocada. São importantes porque conseguem fazer com que o observador detenha-se apenas no que o fotógrafo quis mostrar. O

grande reflexo disso é a valorização imediata deste objeto em relação aos outros que não estão focados. Para Machado (1984, p.117) trata-se de uma ruptura, uma quebra da perspectiva existente “[...] separando essencial para os interesses da enunciação do supérfluo ou do acessório.” e que pode levar a observações e inferências únicas a partir do que se quis mostrar. Isto é importante entender porque o ser humano é fisiologicamente incapaz de prestar atenção simultânea a todos os estímulos que recebe de uma estrutura complexa. Apenas alguns conseguem ser abarcados pela atenção num determinado momento. Quando alguém observa uma fotografia, a zona de imagem que se diferencia das demais, graças à atenção com que o observador a vai destinar, designa-se foco de atenção. A organização dos estímulos é uma das condicionantes da amplitude temporal, ou seja, do tempo durante o qual a atenção do sujeito é mobilizada para o foco de atenção. Só depois de atingir a saciedade perceptiva é que o sujeito vai atentar noutros focos onde possa ir buscar novas informações (SOUSA, 2006, p. 295).

Sousa (2006) ainda delimita fatores que vão agir no foco de atenção explicado. Entre eles estão a intensidade dos estímulos provocados como a cor, surpresas, tamanhos de formas etc; a incongruência pelo fato de determinado elemento não contribuir com o quadro todo; o isolamento, ou nada mais do que o foco seletivo, e a repetição de elementos que acabam por fixar determinados conceitos.

**Ângulo** – De fundamental importância para garantir a intencionalidade, os ângulos de tomada nada mais são do que a visão do fotógrafo diante do objeto a ser fotografado. Pode ser dividido em Normal (quando a câmera estiver na mesma altura do motivo), Mergulho (quando a máquina estiver acima) ou Contra-Mergulho (quando estiver abaixo). O ângulo de contra-mergulho valoriza o sujeito, pois o deixa em maior evidência e o contrário ocorre com o ângulo de mergulho. Machado (1984, p.103) vê no ângulo de tomada novamente a influência da ideologia e adverte que sua escolha interfere de fato na geração de sentido da imagem sem que o espectador se dê conta disso por força até mesmo das posições que o fotógrafo assume para captura da cena.

**Movimento** – Refere-se ao caráter estático ou de ação de motivo fotografado. De forma estática, preferivelmente usada em paisagens, a fotografia transmite serenidade, conforto, paz. O formato horizontal é o mais indicado. Ao contrário, o aproveitamento dos recursos técnicos para obtenção de movimento resulta em dinamismo, deslocamento, rapidez, itens que são mais amplificados se o formato da imagem for vertical.

**Cavalgadura** – Ligado ao movimento é uma técnica antiga em que o fotógrafo usa velocidades lentas no obturador para captar os detalhes em movimento do motivo. Aqui não há congelamento e sim uma espécie de borrão, que apresenta uma sensação clara de ação na imagem.

**Textura** – Numa superfície plana, a criação de efeitos que permitam ao leitor dar conta do relevo da imagem significa em dar à fotografia uma grande expressão. Uma imagem onde a textura foi bem aproveitada dá a sensação de toque evidente.

**Iluminação e Contrastes** – Tons e luzes apresentam diferenças na imagem. Isto é contraste, que pode ser normal, alto ou baixo. Se for resultado da iluminação, diz-se que o contraste é luminoso e aqui se refere à diferença entre luz e sombra. Se for resultado da variação cromática, o contraste é tonal, facilmente percebido em imagens em cor, onde uma se sobressai em detrimento de outra. Os recursos de iluminação empregados em uma cena fotografada podem revelar detalhes e ocultar outros ao mesmo tempo em que permite a percepção positiva ou negativa de determinado objeto se ele estiver iluminado ou não.

**Tonalidades** – É o efeito resultado de uma cor evidente. O fotógrafo pode aproveitar-se de uma cor que possa ressaltar o motivo e dar mais destaque a ele. Pode ser classificada, segundo Boni (2000), em escura, normal ou suave, levando em conta ainda que em fotografias em preto e branco a diferença de tonalidade se observa pelas variações da cor cinza.

**Preto e Branco/Cor** – O uso e a percepção das cores no documento fotográfico requerem atenção e não podem ser classificadas de maneira inequívoca. Boni (2000, p.183) diz que “As cores traduzem fielmente a realidade para o leitor. Ele vê, a todo momento, o mundo colorido”. Por isso, não se pensa em outra possibilidade quando a necessidade da fotografia é estética. A foto em preto e branco também possui grande expressão, mas dedica-se a ela a sensação de realidade. Problemas sociais são melhor observados nesta perspectiva e quase sempre a falta de cor em uma fotografia é sinônimo de fatos negativos. Guimarães (2000, p.137) apresenta ressalvas importantes que precisam ser levadas em conta quando da análise de uma cena. A cor como informação pode apresentar resultados satisfatórios se esta for a intenção prévia e pode revelar e gerar sentidos, mas o autor entende também que “[...] não é possível um domínio absoluto da cor. Ela é, de todas as manifestações do mundo visível, a que mais escapa ao nosso controle. E quando os desvios da sua expressividade se alteram [...] o conteúdo significativo das cores torna-se um texto aberto.” Tal afirmação, contida na obra “A cor como informação” (2000) serve como base de alerta

para as incursões analíticas que por ventura sejam feitas em imagens fotográficas. O autor, porém, entende que não sendo reduzida a uma simples classificação, a observação das cores é importante para verificação de mensagens transmitidas pela imprensa.

Ao incorporar valores positivos ou negativos às cores, é possível transferir tais valores a determinada informação, fato, pessoa ou entidade (partidária, empresarial, social etc.) [...] Ao passar por todo o processo de produção e de recepção de imagens, a cor pode incorporar valores, regras e códigos constituídos [...] (GUIMARÃES, 2006, p. 2-3).

**Forma** – Boni (2000) explica que uma fotografia possui diferentes maneiras de ser apresentada, entre os formatos quadrado, panorâmico, horizontal ou vertical. A moldura natural de uma imagem também pode influenciar na recepção uma vez que delimita a ação.

**Elementos de significação** – Presentes no quadro a ser fotografado, o fotógrafo faz uso desses elementos para compor sua intencionalidade. Na cena de um crime, por exemplo, a presença da arma ou sangue no chão pode revelar sem muitas dificuldades ao observador que algo aconteceu. Boni (2000) pede bom senso ao se aproveitar de tais elementos, sob o risco de manipulação da realidade a ser fotografada.

Esses componentes de linguagem se articulam no conjunto da imagem fotográfica jornalística e podem dar a ela também um caráter polissêmico, que irá redundar obviamente, e como há muito já se fala, em interpretações diferentes por parte dos espectadores, dotados eles de bagagens culturais diferentes. Doravante, a imagem apresenta-se no jornalismo impresso em um conjunto e embora não seja este o foco de análise deste trabalho, é importante citá-lo mesmo que resumidamente porque os elementos verbais de uma publicação impressa e sua disposição também contribuem para lhe conferir sentido.

Moretzsohn (2002, p.88) entende que não há inocência na publicação de uma fotografia pelos jornais.

O estudo da maneira pela qual os grandes jornais do país editam o noticiário indica, porém, que essa “ilustração” não é nem um pouco inocente. E mostra, igualmente, que todos eles utilizam os mesmos recursos para produzir efeitos como a ironia, o duplo sentido ou a sedimentação de consensos, com conseqüências éticas relevantes. A simples seleção de determinadas fotos para publicação ou a relação estabelecida entre elas na edição sugere a busca desses efeitos.

Erbolato (1991, p.243) define o termo edição como o “trabalho de preparar as matérias, selecionando os principais assuntos ou desenvolvendo outros e tornando-os

prontos para divulgação em espaço previsto, acompanhadas ou não de fotos ou gráficos.” Ao editor cabe a responsabilidade de manter não só o processo de escolha de material, mas também de atuar previamente na discussão do que será produzido. Pereira Junior (2006, p. 22) atesta que “Editar significa valorizar a informação, dar peso à notícia. Hierarquizar.” E no jornal impresso é o que se faz ao:

- definir um espaço (se a informação merecerá página inteira, meia ou uma nota);
- determinar seu lugar (se alto da página, rodapé, lateral em uma coluna, etc);
- considerar se haverá foto (e de que tamanho) e qual o número de retrancas secundárias;
- privilegiar, e até premiar, o trabalho feito no tempo e no espaço estipulado (PEREIRA JUNIOR 2006, p. 22).

Para Serva (2001, p.59), no entanto, este procedimento nada mais é do que uma organização do caos e tudo precisa ser, efetivamente e intencionalmente, arrumado.

O objetivo do trabalho jornalístico de edição é apresentar um cardápio inteligível de notícias ocorridas em tempo recente, permitindo ao leitor compreender o que ocorre em seu mundo. Os fatos devem ser levados ao espectador, cada um com seu lugar no plano jornalístico. Mas nem por isso o leitor detém a essência do fato narrado.

A edição fotográfica, segundo Pereira Junior (2006, p.117), segue o mesmo procedimento, mas é importante entender que o cuidado especial neste caso é relevante porque fotografia e texto estão sempre em diálogo. “O texto, a legenda, o título, portanto, é o que irá ancorar um sentido específico.” Não deixa de ser uma asserção correta, porém, somente se analisada a partir das relações do verbal com o não-verbal. Tal fato só tem sucesso quando o leitor de fato se debruça e se propõe à leitura destes elementos como forma de complemento da imagem. Se, e se somente se, a fotografia for analisada, terá também ele condições de captar sentidos.

Moretzsohn (2002, p.84) também assinala ser relevante o casamento texto-foto. Ao citar Roland Barthes<sup>10</sup>, embora ele próprio entenda que texto e imagem devam ser primeiro analisados separadamente, a autora tenta justificar este pensamento.

---

<sup>10</sup> A autora faz menção a BARTHES, Roland. O Óbvio e o Obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

Segundo ele, a fotografia era uma mensagem e o canal de expressão “o próprio jornal, ou, mais exatamente, um complexo de mensagens concorrentes, cujo centro é a fotografia, mas cujos entornos são constituídos pelo texto, pelo título, pela legenda, pela diagramação” e até pelo nome do jornal, que “interfere na leitura da imagem propriamente dita” [...]

Por outro lado, Moretzsohn (2002) também ressalta, e aí se concorda com ela, que o perigo de analisar gerações de sentido das fotografias na imprensa levando em conta todo o conjunto gráfico da página está no fato de que nem sempre as diagramações projetadas conseguem fazer a articulação concreta do que diz a fotografia e o que é a notícia em si, ou seja, sua veracidade. “A objectividade da imagem é apenas uma ilusão, e as legendas que a comentam podem alterar totalmente sua significação.” (FREUND, 1995, p.154) É fácil lembrar, então, que tal alento é recorrente em muitos jornais em que a reportagem sinaliza para um contexto e a imagem ilustrada traduz outro.

Ao se pensar a imagem através do verbal, acaba-se por descrever, falar dela, dando lugar a um trabalho de segmentação. A palavra fala da imagem, a descreve e traduz, mas jamais revela sua matéria visual. Por isso mesmo, uma “imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer [...] É a visualidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal” (SOUZA, 1998).

Souza (1998), que também é citada por Moretzshon (2002), ao defender tal ponto de vista refere-se a um dos movimentos resultantes na análise da relação entre texto e imagem no jornalismo, o qual ela classifica como “dissenso”. Ou dar conta de silenciá-la ou subjugá-la perante o texto.

Reduz-se a imagem a um dado complementar, a acessório (ou cenário), destituindo-lhe o caráter de texto, de linguagem, uma vez que a imagem, ao ser traduzida através de sua verbalização, se apaga como elemento que pode se tornar visível. É o verbal que supõe ao não verbal (SOUZA, 1998).

Para Guimarães (2007, p. 190), qualquer análise imagética precisa reconhecer este dissenso, até porque a imagem está quase sempre à frente do texto. “[...] no jornalismo, mais que nas artes, o tempo do perceber e interpretar é menor, tempo culturalmente cada vez menor. Desta forma, a imagem, muitas vezes se antecipa ao texto e a presentidade da imagem se antecipa a seus conceitos.” Tais concepções apontadas são então relevantes na prática da análise de imagens publicadas no recorte espaço/temporal proposto neste estudo. Isso não só permite a identificação de quais elementos da linguagem fotográfica foram utilizados, mas também as opções de geração de sentido. Não se trata de adivinhações,

uma vez que os jornais não conseguem prever a leitura que o público fará das fotografias, mas poderá indicá-la no momento em que a recorrência e a sucessão delas no mesmo sentido podem construir um discurso próprio. Isso é importante porque parte-se do princípio de que a fotografia é também uma extensão do imaginário e ao espectador recai a noção de necessidade de sempre correlacionar dados, ou seja, ao olhar uma fotografia vem-lhe além daquela, outra imagem e assim sucessivamente de acordo com o contexto apresentado. E esta construção se faz a partir dos componentes da linguagem fotográfica adotada.

Estando sempre atento que esta sensação final não quer dizer que seja a única, a análise poderá responder algumas questões. Os leitores que tiveram acesso às imagens puderam ter a noção exata do acontecimento? Qual direcionamento ideológico perceptivo? Uma imagem institucional pode ser construída num momento e desconstruída em outro a partir de seu emprego no discurso de senso comum? Quais as conseqüências disto aos atores sociais retratados?

## 2 MST: UM MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

Descrever e entender um dos objetos de estudo desta pesquisa, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incorre em compreender inicialmente sua raiz política e social e neste campo adentra-se à análise dos movimentos sociais. A definição, porém, do que vem a ser este elemento constituinte das sociedades não é tarefa simples e mostra-se um tanto contraditória.

Esta concepção pode ter duas origens: a própria população ou os cientistas sociais. No nível das não-pretensões científicas, ou seja, da coletividade absoluta, um movimento social é visto de maneira uníssona como algo reivindicador de uma demanda. Àqueles, porém, que se dedicam ao estudo de suas faces mais específicas recaem considerações mais detalhadas que não levarão em conta apenas a dimensão de conteúdo, mas também crenças, valores e políticas.

É de se entender, portanto, que a falta de uma teoria única imprime ao conceito “movimento social” um caráter difuso. Gohn (1997) não considera o termo “litígio político” como determinante para o entendimento da questão uma vez que ele embarcaria a designação e a diferenciação entre o que é uma ação coletiva e o que vem a ser um movimento social. A autora rebate este entendimento porque ele leva à conclusão de que em sua essência incide a necessidade de uma dominação entre poder e subalternos.

Neste sentido, há de se concordar com a postulação de Gohn (1997, p. 245) uma vez que a um movimento não se pode enxergá-lo apenas sob a ótica de dominantes e dominados.

Discordamos de tais colocações porque entendemos que os movimentos se constituem justamente na contracorrente das relações de dominação-subordinação (tais relações também podem ocorrer entre diferentes grupos membros das elites) e, fundamentalmente, porque elas não são os elementos mais importantes para explicar ou definir um movimento social.

Da mesma forma, um movimento é diferente de um agrupamento interessado em algum objetivo. Trata-se de um coletivo social, com identidade e metas em comum. Além disso, os eixos temáticos do termo dão conta de conflitos entre atores e não entre classes. Uma pessoa pode, por exemplo, ser de uma classe social e lutar por outros ideais. Por classe social, é importante ressaltar, entende-se aquela formada na luta. Elas

agrupam indivíduos, tornam-nos produtores e recriadores, mas nem sempre são atores sociais que pensam na problemática de uma classe social. Muitas vezes, o debate acontece entre eles próprios dentro de uma sociedade.

Gohn (1997, p.251) sistematiza então uma definição de movimento social que aqui se adota também no sentido de iniciar o entendimento do que vem a ser o objeto de estudo deste capítulo.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos, pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre os temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade.

As ações sociopolíticas citadas acabam por encerrar uma identidade própria ao movimento e esta vai ser construída pela necessidade em comum e por sua atuação em um espaço não-institucionalizado, até porque se assim não fosse se transformaria em uma organização social. Não obstante a isso, veem-se os movimentos sociais amparados em suportes da sociedade civil onde a política é o principal norteador de suas ações porque vai reunir e disseminar práticas próprias, respeitando as fronteiras delimitadas.

No conjunto de atores que formam os movimentos, há diferenças, embora em sua gênese os princípios abordados sigam sendo os mesmos. Há aqueles identitários, que reúnem excluídos e lutam por direitos socioeconômicos e políticos como portadores de necessidades, imigrantes, mulheres, etnias diferentes. Há ações globalizadas em torno de discussões comuns “[...] que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. [...] essa forma de movimento constitui a grande novidade deste novo milênio” (GOHN, 2008). E surgem no seio da sociedade também aqueles que procuram por melhores condições de vida, trabalho e independência de pensamento, constituindo-se em indivíduos autônomos, mas ao mesmo tempo identificados com seus pares e suas causas e que buscam, sobretudo, ao reivindicarem melhores condições de vida, autonomia. É fácil se lembrar de Engels<sup>11</sup> (1985) neste caso porque estas pessoas produzem e fazem o seu caminho e suas próprias condições de existência ao não entenderem ou não suportar e se conformar com uma realidade. Ou, como mostra Chauí (2004, p.118), quem pode dismantelar uma

---

<sup>11</sup> Friedrich Engels (1820-1895) era filósofo alemão e um dos principais parceiros de Karl Marx. Especialista em filosofia e economia política.

situação ideologicamente instituída é somente “[...] uma prática política nascida dos explorados e dominados e dirigida por eles próprios.”

Tais considerações são importantes para compreender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas para fins contributivos deste estudo não bastam e entende-se este componente como um movimento que não se faz apenas por conta da exploração, mas também por sua necessidade de uma conquista espacial que fora usurpada. Neste sentido, trata-se de colocar um olhar que vai além do social, mas avança no campo geográfico em suas acepções agrárias e especialmente críticas. A recorrência a este viés ampara-se em estudos recentes que começaram na segunda metade da década de 1990 e que veem os movimentos sociais também dotados de uma necessidade ímpar de se espacializar e de se territorializar. Autores como Santos (2004, 2000) Raffestin (1993), Haesbert (2006) e Fernandes (2000, 2003, 2005, 2007, 2008), corroboram este pensamento. É uma leitura geográfica que contribui para uma assimilação coerente do que vem a ser estes seres sociais em sua plenitude e como eles agem na busca por sua autonomia.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para a transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento. Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios (FERNANDES, 2005, p.30).

É oportuno reafirmar que se trata aqui de enxergar o território não apenas como espaço físico, mas gerador de identidades e como local onde floresce em plenitude a noção de pertencimento. Caso se analise esta ótica apenas em seu viés absoluto adentra-se a uma estrada perigosa e muito próxima do que vem a ser os elementos que explicam a lógica do capital.

Então, de um lado, as externalizações do trabalho (proletário urbano e/ou rural, camponês, arrendatário, posseiro, sem terra, desempregado), e por outro lado do capital (grande proprietários de terra, latifundiários, capitalistas), e ainda o Estado (representado pelos ministérios, secretarias, órgãos de inteligência e de fomento, etc.), têm-se os elementos centrais e conceitualmente estruturantes das diferentes formas geográficas. Assim, o trabalho diante delas, quando territorializado numa determinada condição (ex: camponês), desterritorializado e assumindo outra

identificação (ex: diarista e trabalho eventual), quando reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições (ocupações de terras públicas ou improdutivas), expressa, pois, estágios distintos da luta de classe, e níveis diferenciados de consciência de classe (THOMAZ JUNIOR, 2002).

A definição do que é um território passa obrigatoriamente pelo que se pode entender de espaço. Fala-se aqui não de área, superfície, embora também o seja, mas sim de seu aspecto social que vai complementar, no decorrer de sua evolução, a área geográfica. Esta relação é importante porque a sua materialização não se dá sem a presença do sujeito. É o espaço vivido pelos homens, advertido por Santos<sup>12</sup> (2004), que ainda ressalta sua constituição envolvendo ações e objetos. Fernandes (2008, p. 276) sistematiza o pensamento ao esclarecer ali, a natureza e a sociedade. “Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade”. Este esclarecimento é oportuno porque revela o caráter intencional das relações provocadas no interior do espaço, que irão gerar por fim territórios bem definidos.

Estas mesmas relações sociais transformam o espaço, produzindo nele dimensões materiais e imateriais e só assim é que podem ser entendidos.

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. [...] Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade (FERNANDES, 2005, p.26).

Isso significa dizer que o espaço é local da vida (LEFEBVRE, 1992), onde se desenvolvem todas as coisas que nos determinam e que por razões extremas condicionam diversas relações de interatividade, conflitos, completitudes e, especialmente, identitárias. Neste ponto sucede a presença de intencionalidades que irão culminar com a fragmentação do espaço, reforçando seu aspecto multidimensional. Para Searle (1995), novamente, intencionalidade é direcionalidade. Ela só se constitui se houver uma resposta a que se deseja e deste modo, por exemplo, estar nervoso não se caracteriza como tal porque não é vontade.

---

<sup>12</sup> Milton Santos (1926-2001) é referência nos estudos da Geografia no Brasil. Desenvolveu amplos trabalhos e conceitos que repercutiram fortemente no campo da Geografia Agrária e Urbana.

Tampouco esta ideia está relacionada com a consciência, porque dela decorrem outros fatores como estar ciente de algo e não o querer. “[...] os estados Intencionais imbuídos de um conteúdo proposicional e de uma direção de ajuste representam suas diversas condições de satisfação [...]”. (SEARLE, 1995, p.15)

Fernandes (2008, p.277-278) adiciona tais pensamentos à discussão atual:

A intencionalidade compreendida como propriedade de pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e, por conseguinte, a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. [...] Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais.

A intencionalidade é uma forma de poder que leva à fragmentação do espaço e constitui um outro específico, que pode ser tanto social quanto geográfico: o território. Este é criado, então, por relações sociais e mantido por uma forma de poder tal que redundando em conflitualidades que lhe são também inerentes. Neste sentido, também o é sempre multidimensional porque nele devem incidir leituras globais e não fracionadas. Ainda, é o território um espaço, que pode ser geográfico, político ou cultural, e sendo assim um pode sobrepor-se a outro, levando então à idéia de multiterritorialidades em um mesmo local. (HAESBERT, 2006) A imprensa, por exemplo, constitui um centro onde há possibilidade de surgir mais de um território, como o espaço jornalístico existente nas páginas de um jornal ou a sua capacidade de formar opiniões a partir da posse de uma audiência delimitada. São soberanos, mas constantemente ameaçados e em disputa por grupos sociais, políticos e econômicos que tentam impor suas convicções ou ocupar seus espaços de acordo com suas intencionalidades. É uma disputa material e imaterial.

Reafirmamos, o território é uma totalidade mas não é uno. [...] Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades (FERNANDES, 2008, p.282).

Pluralidade é a palavra usada por Fernandes (2008, p.282-283) como defesa do entendimento de que o território material não é uno. Neste caso, o pesquisador trata de qualificar diferentes tipos.

Em nossa análise, consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades privadas não capitalistas; o terceiro território, formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder.

Ao território material incide o território imaterial, ou seja, todas as relações sociais de poder e políticas, além do conhecimento, que irão influir de modo significativo e constitutivo no primeiro, levando ao entendimento de que não são excludentes. Pelo contrário, dependem de si próprios. Neste estudo, ter esta noção é importante porque a própria imprensa possui territórios onde conflitualidades se desenvolvem constantemente, seja por aderência ao espaço jornalístico físico, seja para chamar atenção da audiência, na tentativa de influenciar em sua opinião.

No meandro destas considerações, é possível afirmar então que o MST é social porque passou por fases que o constituem como tal, assim como define Gohn (1997). A saber: as carências de ideias ou metas, formulação de demandas originadas em lideranças e reunião de pessoas com mesmos fins, a criação de estratégias para atingir reivindicações geradas pelas demandas e a sua difusão, as práticas de socialização política em reuniões e assembleias e a prática de negociação e consolidação de seu ser. Estas faces serão melhores explicitadas e comprovadas no próximo subitem quando se apresentará a gestação do MST, mas elas representam processos e mudanças que se constituem elementos fundamentais para entender um movimento social em toda sua dinâmica. Também eles, surgem da *práxis* e ao MST isso foi inerente porque a luta pela terra e a resistência são procedimentos históricos e não previamente elaborados. Neste sentido é que aqueles denominados expropriados e explorados, destituídos de sua raiz, conscientes de sua situação, elaboraram e desenvolveram ocupações em massa, uma forma de luta em busca de uma geografia que lhes foi tirada. “É a vocação pela terra. Antes eles eram arrendatários, meeiros, filhos de agricultores que ainda moravam no fim da roça do pai. Agora eles não conseguem mais se reproduzir no campo, estão sendo expulsos da terra. Então resolvem se organizar e lutar para continuar como agricultores nos seus estados de origem” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p.18)<sup>13</sup> Ao agir assim, não estabilizando a luta apenas na conquista de um trecho de terra, o MST deixa de ser

---

<sup>13</sup> João Pedro Stédile, uma das maiores lideranças do MST no Brasil e o geógrafo e doutor Bernardo Mançano Fernandes assinam em conjunto o livro *Brava Gente*, que teve sua primeira edição em agosto de 1999 e sua terceira reimpressão em setembro de 2005, pela editora Fundação Perseu Abramo (São Paulo). A obra traz uma entrevista em profundidade de João Pedro Stédile a Bernardo Mançano Fernandes e constitui-se um dos mais importantes referenciais a cerca da história e do que vem a ser o MST.

somente social e assume o termo socioterritorial, ou como explica Fernandes (2000, p.288), movimento social territorializado porque a sua forma de organização permite a espacialização da luta na busca por frações de territórios em todos os campos, material e imaterial.

Isto, nada mais significa, e é importante insistir, que ele próprio também se fundamentou em uma base principal que é a busca pela territorialidade em todas as suas multidimensionalidades, ou um espaço geográfico material próprio, não livre de conflitos, mas soberano, onde se constrói a base de um ideal camponês. “Os camponeses são resilientes e criativos em situações de crise. Estão mais fortes e aptos a sobreviver.” (SHANIN, 2008, p.17) Neste sentido, consolida-se também a sua busca pelo viés imaterial, ou seja, de seu ideal fixado num campo próprio. Esta acepção está na gênese do movimento e também foi propulsora de um conjunto de atores que surgiu no Brasil na luta contra a exploração e a expropriação.

## **2.1 UM MOVIMENTO PARA NASCER**

A imprensa ao noticiar qualquer ação originada da questão agrária não dá a dimensão exata de uma questão secular. O entendimento do que vem a ser o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus objetivos principais enquanto membros de uma sociedade remontam a considerações históricas importantes. No cenário do campo brasileiro são relevantes as constantes repressões que se realizaram e se executam até hoje na tentativa de conter a luta por um pedaço de chão autônomo e legítimo.

A história do MST é a luta de posseiros, rendeiros, arrendatários, camponeses desterrados que enfrentaram, sucumbiram e, sobretudo, resistiram à concentração fundiária, à exploração de sua mão de obra e à expropriação de direitos “alienáveis” de desenvolver a própria cultura e, conseqüentemente, identidade no lugar onde nasceram, foram criados, possuem raízes. Decorrem daí as lembranças das invasões ainda no Brasil Colônia das terras indígenas, a escravidão e a seguinte adoção da agricultura capitalista no campo.

Com fins de memória e para entendimento do objeto de estudo atual é significativo lembrar as resistências indígenas entre 1500 e 1700 em conflitos como a

Confederação dos Tamoios<sup>14</sup> e dos Trinta Povos Guaranis, que na região sul do Brasil, fronteiras com Argentina, Paraguai e Uruguai, dizimou, após anos de batalhas e lutas, populações inteiras tendo em Sepé Tiaraju o grande nome que mais tarde viria a inspirar movimentos socioterritoriais país afora. A escravidão dos negros significa também ponto inspirador no momento em que se relembra a formação de quilombos, ainda nos séculos XVI e XVII, sendo os mais lembrados aqueles que se reuniram na divisa entre Alagoas e Pernambuco, na União dos Palmares. Eram espaços de resistência e sua permanência significava um risco para classe dominante e por isso precisavam ser eliminados.

Como foram dizimados também aqueles que se denominaram e caracterizaram como sem-terra. Fernandes (2000) classifica o contexto nada mais do que a luta pela terra quando da mudança estrutural significativa que se abateu sobre a mão de obra existente. Dos escravos livres e imigrantes surge a força de trabalho que era vendida no sistema capitalista ao fazendeiro.

Ao mesmo tempo, enquanto trabalhadores fizeram a luta pela terra, os ex-senhores de escravos e fazendeiros grilaram a terra. E para realizarem seus interesses por meio da trama que construiu o domínio das terras, exploraram os camponeses. Estes trabalharam a terra, produziram novos espaços sociais e foram expropriados, expulsos, tornando-se sem-terra. (FERNANDES, 2000, p.27)

Assim também se formaram os latifundiários, que a partir do registro duvidoso de áreas imensas provocaram o que o autor (2000, p.27) chama de “[...] territorialização da propriedade capitalista no Brasil”. Aqueles que resistiram ou tentaram reaver suas áreas foram eliminados do cenário e recolocados na condição de excluídos de uma realidade que prometia desenvolvimento. A Lei de Terras<sup>15</sup> de 1850 só colaborou para a intensificação desses processos ao dispor nas mãos dos mais abastados, da nobreza, as maiores porções de território.

Mas disso tudo, fica a lição arraigada na gênese dos movimentos que lutam pela terra: a resistência e a ocupação são preponderantes. Canudos<sup>16</sup> não resistiu bravamente

---

<sup>14</sup> A Confederação dos Tamoios representou a união de povos indígenas do litoral norte paulista e sul fluminense contra a invasão de suas terras pelos portugueses, entre 1554 e 1567

<sup>15</sup> A lei 601 ou Lei de Terras de 1850 surgiu logo após a abolição da escravatura com fins de regularização do campo e incentivo agrícola, mas gerou inúmeras controvérsias e concentração fundiária. Com ela, não seria mais reconhecida nenhuma ocupação de terras e aquelas consideradas devolutas só poderiam ser adquiridas mediante compra junto ao governo.

<sup>16</sup> “A guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa no Brasil. Conselheiro e seus seguidores instalaram-se na fazenda canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da

no final da década de 1890 por conta de um pedaço de chão. Resistiu pela vida, pela dignidade. (VILLA, 1995) Da mesma forma, os trabalhadores que moravam na região do Contestado entre Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1900 e 1914, também buscaram seus ideais camponeses e foram eliminados em busca deste ideal.

Bem mais tarde, na década de 1950, as Ligas Camponesas tentavam no nordeste do Brasil resistir à organização latifundiária e especialmente à expropriação, à destituição de suas terras e ao assalariamento “escravo”, que mantinha qualquer trabalhador dependente exclusivamente de seus patrões. Fernandes (2000, p.33) traça um alinhamento importante com os movimentos atuais que lutam pela terra. “A atuação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupação.” Estas organizações autônomas foram reprimidas em vários momentos e em condições violentas até sucumbirem efetivamente ao poder controlador do Estado com o golpe militar de 1964.

A dinâmica específica das lutas agrárias talvez seja a luta pela terra, enquanto ação coletiva com o objetivo de preservar, conquistar ou reconquistar a terra, concebida como o espaço de produção e reprodução da vida social. [...] Assim, a apropriação direta da terra surge como uma estratégia de construção de uma identidade social na qual se viabiliza a liberdade da diferença. (TAVARES DOS SANTOS, J. V., 1985, p.13)

Martins (1981, p.62), de fato, define todos estes homens e mulheres que ajudaram a construir a reivindicação pela terra como um conjunto homogêneo em sua razão que “[...] acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria.”

Um elemento, porém, segundo Martins (1984) se soma a este contexto e é relevante para toda a trajetória histórica do MST e neste trabalho recebe atenção especial por conta de sua variável analítica: a militarização, que não poupou esforços em combater violentamente qualquer tipo de reivindicação. Trata-se de um inimigo histórico dos camponeses que se revelou ator principal em batalhas históricas. Na Guerra do Contestado (FERNANDES, 2000), em dezembro de 1914, “[...] sete mil homens do exército, mil policiais e trezentos jagunços iniciaram um conjunto de ataques. Aviões foram utilizados para

---

comunidade. [...] Acusados falsamente, de defender a volta da monarquia, foram atacados por expedições militares de quase todo Brasil. Mais de cinco mil soldados combateram contra os sertanejos de Conselheiro. De outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos.” (FERNANDES, 2000, p.29-30)

levantamento das localizações dos redutos camponeses.” Canudos também simboliza este enfrentamento. “Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis, ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, combater os republicanos tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e militares.” (FERNANDES, 2000, p.30)

Assim também o período das Ligas Camponesas até o golpe de 1964 foi marcado no cenário rural brasileiro pelos constantes embates em vários estados. Fernandes (2000) ao fazer um relato das principais lutas refere-se ao contingente militar repressor em diversos momentos, agindo ora sozinho, ora com apoio de jagunços e pistoleiros contratados, mercenários que faziam a “limpeza da área”, especialmente quando da presença de posseiros em terras que seriam griladas. Torturas, assassinatos, sufocamentos de toda espécie das resistências, cercos militares, expropriações e expulsões foram a tônica do momento. São referências históricas algumas dessas lutas, como no Paraná, na cidade de Porecatu, quando na década de 1950 posseiros e camponeses eram constantemente expulsos da área e tinham suas casas e pertences queimados; ou no Maranhão, região do Bico do Papagaio, área até hoje considerada uma das mais violentas, que entre 1950 e 1960 recebeu famílias sem-terra e que junto com posseiros constituíram áreas de plantio e foram posteriormente expulsas.

A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão, que é o jagunço da força privada [...] A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão-somente os interesses dos latifundiários. Aumentaram os números da violência e colidiram com a relutância camponesa, que não se entregou e a cada dia realizava novas lutas. (MARTINS, 1984)

O governo ditatorial de 1964 e a militarização empregada na solução dos problemas existentes no campo provocaram uma revolta que se antes estava contida em cada excluído, mais tarde redundaria em uma “explosão humana”, consciente de que valia a pena lutar e ao mesmo tempo retomar o ideal camponês. Era um reflexo importante que, segundo Martins (1984), havia sido criado pelo próprio Estado na tentativa de controlar a questão agrária. Um tiro pela culatra. A esta variável que ajuda a entender a formação dos movimentos socioterritoriais na busca pela terra somam-se outras que merecem consideração por serem concomitantes neste processo.

### 2.1.1 Conjunturas motivadoras do MST

No Brasil nunca se estabeleceu uma política de reforma agrária que se sustentasse na diversidade cultural, no trabalho camponês e na redistribuição de terras griladas, devolutas ou desapropriadas para tal. É possível entender que a questão agrária no Brasil sempre foi, portanto, tratada com intenções voltadas a grandes fazendeiros, grileiros e capitalistas de modo geral e ignorada em muitos momentos quando da ascensão de movimentos que buscavam fixar-se ou permanecer na terra. “[...] o que se entende e deve entender por ‘reforma agrária’ nas atuais circunstâncias do país, é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida” (PRADO JR., 1981, p.88-90). O termo ainda assume significações em diversos autores, mas possui um ponto em comum: a criação e a recriação do modo de vida camponês em uma terra própria, abastecida de condições dignas como assistências médicas, técnicas e possibilidades de negociação justa de sua produção.

O desenvolvimento agropecuário empregado pelo governo brasileiro é fator decisivo para entender também o surgimento de lutas constantes no meio rural. Até 1964, o Estado tratou de conter de maneira violenta, paliativa e sem diálogo qualquer tipo de insurreição que atentasse contra a propriedade privada concentrada nas mãos da classe dominante.

Nos governos pós-64, a política que surge está centrada no privilégio absoluto de grandes empresas e na expansão quantitativa de áreas agriculturáveis e da pecuária extensiva. Dinheiro não era problema e nem terra porque os financiamentos eram fáceis de conseguir e as áreas a serem ocupadas poderiam ser retomadas de quem quer que ali estivesse.

A modernização capitalista no campo possibilitou por um lado, o incremento de novas áreas de cultivo e um aumento na produtividade do trabalho agrícola; contudo, a mecanização e a industrialização das atividades privilegiaram as culturas de exportação e os grandes e médios estabelecimentos agrícolas. Com isso, em vários países, nas últimas décadas, aumentou a exploração dos assalariados rurais, a marginalização dos pequenos produtores, a adoção de inovações tecnológicas deletérias, a crise na produção de alimentos, etc (TAVARES DOS SANTOS, 1985, p.11).

Segundo Fernandes (2000), a política agrária pós-64 era amparada por um projeto político que mais tarde redundaria no Estatuto da Terra. A forma de controle sobre a terra e a sua complexidade a favor dos fazendeiros e do próprio Estado inviabilizava qualquer ação que pudesse ser de fato considerada como reforma agrária.

O Estatuto da Terra era instrumento desarticulador de conflitos por terra. “O Estatuto está no centro da estratégia do governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco e desativação dos conflitos, das reivindicações e das lutas sociais”. (MARTINS, 1984, p.35) Neste sentido, e como exemplo destes elementos, apesar de prever desapropriações, estas só eram feitas mediante urgências como a resolução de um confronto iminente ou acontecido. Fora isso, a constituição do Estatuto acenava ainda para a colonização de regiões pioneiras. Avançar sem mexer com propriedades privadas no Sul e Sudeste era o que restava para milhares de trabalhadores que desejavam um pedaço de chão. O que começava errado terminaria pior ainda por conta do envio de milhares de pessoas para as regiões norte e centro-oeste do país, em áreas sem a mínima infraestrutura.

A tática de colonização foi usada para “esfriar” muitos enfrentamentos país afora e serviu também como causa da explosão dos movimentos por terra, entre eles o MST. As promessas eram feitas durante os conflitos e resistências e muitas vezes aceitas pelas famílias que se deslocavam num movimento migratório intenso até se depararem com a realidade: fome, doenças, mata fechada, terra arenosa etc. Muitas delas não conseguiam mais voltar, pois não tinham dinheiro para passagem de volta às suas cidades de origem. Outros tantos foram mortos em confrontos com jagunços ou até mesmo com posseiros já existentes e muitos mais avançaram para as cidades, contribuindo assim para aumentar a grande massa desempregada, que marcou o cenário brasileiro no final do governo militar em meados dos anos de 1980.

Os estados que receberam projetos de colonização pública foram Pará, Rondônia, Acre, Roraima e, em parte, Mato Grosso, que se caracterizou pela presença da colonização privada. Dessa forma, índios, posseiros, colonos e grileiros passaram a constituir personagens dos conflitos. Em defesa dos índios nasceu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e na dos posseiros e dos colonos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A violência, que se voltava indistintamente contra os posseiros, colonos e índios, passou a atingir também seus defensores: padres, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais ou não (OLIVEIRA, 2001, p.192).

Fernandes (1995) ressalta que este montante humano era enviado a projetos de colonização não para terras próprias, mas para se tornar mão de obra de grandes empresas

capitalistas que recebiam áreas imensas na região norte e centro-oeste. Terras da Amazônia, aliás, segundo o autor (1995, p.34), eram vistas com fins nacionalistas e para que “supostamente” não sofressem intervenções estrangeiras, era melhor que estivessem ocupadas e produzissem riquezas. “Como o objetivo era colonizar para não reformar, o problema da terra jamais seria resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, pois o que estava por trás desse processo era uma estratégia geopolítica de exploração total, dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais.”

É neste momento que se compreende que a ditadura militar além de não pretender resolver a questão agrária, entendia ainda esta como sendo uma válvula de escape para permitir a entrada no campo de um sistema de produção extremamente desenvolvimentista, mas predatório. Fernandes (1995, p.37-38) revela que a política fundiária do momento se iniciava com a implantação de grandes projetos agropecuários tanto na Amazônia como nas regiões Centro-Sul e Nordeste. Os meios para garantir estes procedimentos eram os usuais.

Em 1980, o governo militar criou o Grupo Executivo das terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e o Grupo Executivo de terras do baixo Amazonas (Gebam), para ocupar o espaço vazio criado pela repressão ao crescimento das forças políticas de luta pela terra e, também, pelo confisco do poder das oligarquias regionais, do poder local dos coronéis, excluídos da política econômica e fundiária. A aliança governo militar/empresários precisava de sustentação do poder local para realização de sua estratégia geopolítica de controle do território. É assim que a aliança pretendia, de forma hegemônica, controlar o território: primeiro militarmente, depois economicamente.

Em outras palavras, o governo militar realizou uma transformação do campo modernizando-o sem mexer em nenhum momento com a estrutura fundiária. Empresários tinham agora terras à disposição e mão de obra oriunda de vários projetos de colonização. Concorda-se com Graziano (1980, p.102) que diz neste contexto que “O capitalismo brasileiro mostrou no campo uma face do seu desenvolvimento profundamente prejudicial e parasitária, não só do ponto de vista dos trabalhadores, mas também da sociedade no seu conjunto.”

Fernandes (1995, p.30) aponta a contradição como elemento instigador na leitura deste cenário. “À proporção que acontece o desenvolvimento do capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos.” O capital apropria-se do trabalho livre para se manter. O trabalhador por sua vez precisa vender sua mão de obra para sobreviver. “Cria-se assim a propriedade capitalista e o trabalho assalariado”. Criam-se também o explorador,

explorados e expropriados, uma reinvenção de um personagem que agora é usurpado de todo e qualquer direito. Oliveira (2001, p.185) reafirma a noção apresentada.

Dessa forma, penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.

A falta de uma saída leva ao homem à subordinação de todos os seus modos de viver e afasta-o de sua cultura, promovendo assim a sua desterritorialização. É o campesinato em perigo. Paulino (2006, p.50) reforça que deste modo “[...] deixarão de ser camponeses ao incorporarem a lógica capitalista, expressa na exploração do trabalho alheio e privilegiamento da acumulação do capital.” Melo (1980, p.16) ao interpretar o filósofo alemão Karl Marx explica a contradição do sistema e o entendimento do termo “proletário”, que sobrepôs o termo camponês neste período.

Assim, o processo “objetivo” de sua expropriação e a crença “subjetiva” em suas possibilidades de apropriação – irremediavelmente contraditórias – constituem a figura do proletário, definem sua posição e seus atos no sistema social, determinam sua diferença essencial face a outros trabalhadores.

Martins (1984, p.152), porém, alerta ainda para que esta diferenciação se concretize porque ao se falar em capitalismo no campo é preciso cuidado para não generalizar uma questão bem mais profunda. “O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformando em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar.” Neste caso não pode haver, claro dominação. É um arbítrio livre. “[...] a produção propriamente dita se dá no interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção” (PAULINO, 2006, p.103).

Em terras paulistas, a modernização da agricultura aconteceu de forma extraordinária e seguindo moldes pré-determinados do sistema econômico vigente. Isto não é diferente dos dias atuais. Um exemplo é a continuidade de uma marca própria: a monocultura. Segundo Fernandes (1995) o campo paulista foi marcado entre as décadas de 1970 e 1980 por uma política de desenvolvimento voltada ao capital externo que resultou em um profundo

êxodo rural, queda do trabalho familiar e aumento dos assalariados, tanto no campo quanto nas cidades. Mas esta mesma realidade foi precursora de outra que veio a seguir.

Neste contexto, a volta para o campo, ou mesmo, a resistência para permanecer nele, não se transferindo, neste último caso, para as periferias das cidades, vão se colocar como alternativas possíveis para muitos trabalhadores com poucas perspectivas de inserção no mercado de trabalho urbano. Em outros termos, quando as cidades não se colocam mais como uma alternativa viável de sobrevivência digna, a volta ao campo ou a permanência nele vão constituir-se em possíveis saídas buscadas pelos trabalhadores. Daí a importância crescente das ocupações, dos acampamentos, enfim da retomada, no início da década de 1980, da luta efetiva pela terra no Brasil (COLETTI, 2005, p.29).

Em outras palavras, agir em nome de uma autonomia é a decisão a ser tomada a partir da consciência de proletariado, destituído de valores básicos. Konder (2002, p.34) revigorou a questão.

A burguesia tem monopolizado todas as formas economicamente mais importantes da propriedade e tem impedido que a massa de trabalhadores participe da posse dos grandes meios de produção. [...] Ela se vê desafiada a insurgir-se contra o sistema como um todo, de maneira radical.

A radicalidade é saída ao mesmo tempo em que impõe reflexões, avanços e recuos. Mas é solução quando nada mais resta.

A expropriação e a exploração são decorrentes da modernização do campo, de uma agricultura monopolista e uma pecuária que exige áreas extensas. Aos trabalhadores que ali estavam e que foram destituídos de seus bens, o mais precioso sendo a terra, restavam poucas alternativas. Lutas de resistência ocorreram e em algumas delas, floresceram a vontade e a consciência de que valia a pena lutar. Nos espaços de socialização foram fomentados planos e discutidas alternativas. Era hora de rever aquilo que havia sido usurpado. Era hora de restituir a terra e a família.

Estas questões apresentadas anteriormente permeavam no campo brasileiro. Mais do que isso, elas fermentavam diferenças e contradições. Conscientes ou não de seus direitos, a massa trabalhadora rural achava-se perdida e desmobilizada, totalmente a par de qualquer desmando e interferência de grandes empresários e donos de propriedades capitalistas. Havia um desejo: ficar ou recuperar a terra que lhes havia sido tomada e ter dignidade para viver ao lado de sua família, com condições mínimas de uma produção subsistente. Nas leituras de autores que tratam a questão agrária e a formação de movimentos de luta pela terra no Brasil é certo que o período de 1975 a 1985 foi marcado por estas contradições. Isso, porém, não

impedia o surgimento de lutas isoladas, porém significativas, que tomaram corpo efetivamente com o apoio da Igreja Católica, do novo sindicalismo rural e a formação de consciência da classe operária nas grandes cidades, que mais tarde deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>17</sup>. (FERNANDES, 2000)

No fundo, o trabalhador rural expropriado e explorado só precisava de alguém que lhe dissesse e convencesse que era possível lutar, ou seja, que era possível trabalhar na terra e modificar uma estrutura que lhe rebaixava. Das organizações que atuaram neste sentido na formação da consciência do homem do campo, a Igreja Católica foi uma das mais decisivas, como será detalhado logo em seguida. Primeiro com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no começo dos anos 1960. Segundo Betto (1981) elas foram locais de reflexão sobre a condição humana no campo e pontos de partida de muitas ações. Tornaram-se espaços de socialização política que foram fundamentais para a constituição do MST. Segundo Fernandes (1995, p.44) em 1975 a Igreja criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). “Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar”.

O entendimento de sua condição propiciou ao homem explorado e expropriado a noção de luta por seus direitos. Era uma reação pela inabilidade do governo em lidar com a questão agrária, que permitiu a expansão do capitalismo e se recusou a realizar uma reforma agrária por igual, voltada ao desenvolvimento humano. Fernandes (2000, p.44) refere-se a três frentes de luta neste período.

As lutas dos assalariados por melhores condições de trabalho e reivindicações salariais. As lutas de resistência dos posseiros contra a grilagem e rapinagem dos latifundiários e das grandes empresas capitalistas, e as lutas crescentes dos sem-terra, no final da década de 70, na realização de ocupações, acampamentos, caminhadas e conquista da terra.

Oportuno aqui destacar dentro destas três classes – assalariados, posseiros e sem-terra – a definição do sem-terra. Martins (1984, p.88) define o termo como sendo alguém destituído da possibilidade de ter uma terra de trabalho e de onde passa tirar seu sustento. Expropriado, é obrigado a se sujeitar ao trabalho exploratório. Excluído de qualquer direito,

---

<sup>17</sup> Sobre movimento sindical: COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**. Campinas (SP): Editora da Unicamp: Centro de Memória - Unicamp, 1998.; ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves de 1978/80**. São Paulo: Ensaio, Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1988.

ele luta para reaver ou se recriar no espaço que lhe é de direito. Fernandes (2000, p.45) sistematiza de forma justa o termo apoiando-se em Martins (1984).

Os sem-terra são camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça.

Das resistências e lutas, vem a noção de coletividade. O MST surge no cenário político-agrário brasileiro para ser o efetivador de um projeto de mudança social profundo e concreto. De ser o ator da reforma agrária e não um simples camponês, no conceito reduzido de homem do campo, e sim alguém que visa além da terra e da reforma agrária, uma mudança na sociedade.

Construir o MST foi o grande desafio dos sem-terra em todos os estados. Para tanto, foi fundamental tomar para si a responsabilidade do processo de luta que sempre fizeram. Essa condição foi e é determinante na construção da identidade do Movimento, de modo que a direção do processo de luta não pode ser de outras organizações. Saber pensar a luta concreta é, antes de mais nada, um procedimento de quem a faz e vive. Foi deste modo que os sem-terra criaram uma metodologia de luta popular. (FERNANDES, 2000, p.105)

Talvez a percepção mais forte que se tem do MST quando se adentra em sua história, é de que o movimento não se constituiu ao acaso ou por força de uma ou duas pessoas. Como foi visto, em razão dos inúmeros conflitos com fazendeiros, jagunços e polícia militar, promessas e ações desastrosas e a má-vontade por parte dos governos federal e estadual em promover uma reforma agrária consistente, uma grande massa de trabalhadores rurais teve despertado, com ajuda de assessores e intelectuais, sindicatos e igreja, a noção de luta por um bem que lhe era inalienável: a terra. Nesta consciência brotou também a forma de luta mais comum: a ocupação da terra. Uma forma de resistência e espacialização que se desdobra em diversas outras ações concomitantes dando a impressão de que o movimento está em todo lugar e retorna sempre que achar oportuno ou necessário. As palavras de Martins (1981, p.16) se encaixam aqui ao contextualizar o movimento. “[...] é um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com freqüência à terra retorna.”

### 2.1.2 Um movimento nasce e se territorializa

Fernandes (2000, p.49) traça um histórico que revela o contexto que levou ao surgimento do MST. Segundo o autor, “Na década de 1970, os governos militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios.” O reflexo foi a modernização do setor, mas ao mesmo tempo a dependência dele para as indústrias de insumos. Soma-se a isso uma outra decorrência:

De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc [...] (FERNANDES, 2000, p.49).

Uma cena se formava: a exclusão de grande parte dos trabalhadores da política agrícola implantada e expulsão dela da terra.

Essa política que ficou conhecida como modernização conservadora promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras (FERNANDES, 2000, p.49).

Mas o MST não nasceu do dia prá noite ou em apenas um lugar. Ele é fruto de conflitos e ações orquestradas em diversas partes e no decorrer de vários anos. É possível entender esta equação temporal de duas formas. Uma *lato*, que se refere à própria história brasileira onde a questão agrária mal resolvida é secular e se manteve à margem do progresso e de condições mínimas de trabalho na terra de milhões de trabalhadores. Por outro lado, *strictu*, entende-se a gestação do movimento estudado, como cunha Fernandes (2000, p.50), no período de 1979 a 1984.

Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná. Em 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem-terra realizaram o Primeiro Congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil.

Nestes anos que precederam à fundação do MST, alguns conflitos<sup>18</sup> foram determinantes na formação da conscientização dos trabalhadores. A luta dos colonos de Nonoai, na região noroeste do Rio Grande do Sul entre 1978 e 1979 e também o acampamento Encruzilhada Natalino, iniciado em 1980, também no noroeste riograndense, onde segundo Fernandes (2000, p.54) é possível notar um componente importante no processo estudado.

Essa política do governo privilegia o grande capital e tem conduzido os camponeses à expropriação, à expulsão da terra, à exclusão, à miséria e à fome. A política dos trabalhadores leva à resistência na conquista da terra e do trabalho, da dignidade, da cidadania, com a ressocialização dos camponeses sem-terra. Este conflito tem caráter histórico, porque a encruzilhada se tornaria o espaço político em que se encontram os sem-terra e os governos estadual e federal. E neste cruzamento de políticas opostas buscam-se soluções para os conflitos fundiários, desde a desapropriação da terra até as políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, como por exemplo: o crédito agrícola, a educação, o cooperativismo etc.

Não havendo entendimento nesses caminhos, há duas opções: retroceder escolhendo a via incerta ou lutar. A escolhida pelos sem-terra que estavam no acampamento próximo às cidades gaúchas de Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo foi a segunda. Enfrentaram fome, sede, cansaço, cercos militares, mas aprenderam a pensar em conjunto. “Apesar da precariedade das condições do acampamento, trataram de se organizar em grupos, setores e comissões, e de eleger uma coordenação. Dessa luta nasceu o Boletim Sem Terra, o primeiro órgão de comunicação do Movimento, e uma secretaria administrativa em Porto Alegre para buscar solidariedade” (MORISSAWA. 2001, p.125). Sem saber, estavam criando um cenário político, preponderante nos dias atuais, onde as diferenças são expostas e das conversas nascem a coletividade e a noção básica de conquista da terra na própria terra.

O conflito na Encruzilhada Natalino, pela persistência dos sem-terra, também alcançou a opinião pública que passou a acompanhar de perto o local a partir da ação da imprensa. Por outro lado, soma-se ainda a participação efetiva das igrejas cristã e luterana no acampamento. É oportuno lembrar que foi nesta época, especificamente em 1980, que o documento “A Igreja e Problemas da Terra”, resultante da 18ª Assembléia da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaiçi – SP (CNBB, 1980) repercutiu de forma vigorosa junto à sociedade. Era uma defesa clara de que o que estava em questão era uma

---

<sup>18</sup> Detalhes destes conflitos que marcam a gênese do MST podem ser conferidos em FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

terra de trabalho e não de exploração e deveria ser defendida para tal. Morissawa (2001, p.128) elege então os fatores que levaram a Encruzilhada a uma grande vitória política.

A luta da Encruzilhada natalino adquiriu expressão nacional por diversas razões:

- A luta e obstinação dos sem-terra que enfrentaram todo tipo de sacrifício e perseguição;
- A intervenção do estado, personificada na figura do major Curió;
- O apoio da sociedade brasileira, representada pelas igrejas cristãs, por várias entidades e personalidades;
- Sua transformação em símbolo da luta do campo contra a ditadura.

Além do Rio Grande do Sul, o enfrentamento e os processos de resistência ocorreram também nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul e outras unidades da federação<sup>19</sup>. Para Fernandes (2000), elas representaram um novo momento. Era o reinício das lutas camponesas pela terra, que haviam sido abafadas pela ditadura militar, e retornavam agora com mais força. Elas significavam na prática o sonho de cada trabalhador. Para tanto, reforça-se novamente o apoio recebido da igreja neste período.

Desde 1979 quando começaram as experiências, a CPT promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o País. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados. Em 1982, a CPT organizou encontros regionais em preparação ao primeiro encontro nacional para discutir o crescimento da luta pela terra no Brasil (FERNANDES, 2000, p.75).

O primeiro encontro regional aconteceu na cidade de Medianeira, no Paraná, em julho e reuniu trabalhadores de cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Dois meses depois, em Goiânia (GO), uma nova reunião agregou trabalhadores de mais unidades da federação, especialmente o Nordeste. A decisão mais importante foi a criação de uma comissão provisória que iria preparar o primeiro encontro nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que aconteceu em Cascavel, no Paraná, no ano de 1984.

[...] com a participação de 92 pessoas: sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores. [...] A CPT contribuiu com a organização do Encontro, que foi coordenado pelos sem-terra e dois assessores. [...] Também participaram representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo (FERNANDES, 2000, p.79-80).

---

<sup>19</sup> A este respeito ver: FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Os primeiros objetivos gerais, de acordo com o relatório composto ao final do primeiro encontro, davam conta de que os sem-terra estavam dispostos e deveriam lutar pela reforma agrária, uma sociedade mais justa, a partir do fim do capitalismo, reunir em sua categoria – dos sem-terra – trabalhadores rurais, meeiros, arrendatários etc, e ter a exata noção de que a terra é para quem nela trabalha e vive (FERNANDES, 2000).

Nos meandros destes objetivos, um mais específico dava conta daquela que seria uma das grandes armas dos sem-terra: “[...] sensibilizar a opinião pública para os direitos fundamentais do povo do campo.” (FERNANDES, 2000, p.83) Este ponto será melhor detalhado no capítulo 4 quando da exposição midiática do movimento.

Uma decisão importante tomada neste momento de nascimento foi a necessidade de serem autônomos politicamente. Fernandes (2000, p.84-85) explica que este passo foi fundamental para que o MST se consolidasse como uma ação social comandada pelos seus próprios atores, sem interferências ou direcionamentos que pudessem deslocar o foco de sua luta.

Desde sua gênese em 1979 até o seu nascimento em 1984, o Movimento foi se desenvolvendo pela sua práxis, procurando compreender e mudar suas realidades. Assim os trabalhadores construíram e conquistaram seus espaços políticos, enfrentando desafios nos debates e embates da luta. [...] O MST, em seu desenvolvimento, reúne o povo pobre do campo e da cidade disposto a lutar. Em suas leituras das realidades, nas suas práticas de luta e nos espaços de socialização política, os camponeses sem-terra foram percebendo que a luta pela terra e a luta pela reforma agrária só se desenvolvem se forem feitas no contexto da luta de classes. [...] Para garantir essa forma é preciso ter autonomia política como essência. Essa concepção é resultado da prática social e da leitura que os sem-terra fizeram da história dos movimentos camponeses.

O caráter coletivo também foi uma característica que nasceu com o próprio movimento. Desta forma, o MST não restringiu a entrada e a participação de outros elementos da sociedade que não estivessem trabalhando na terra. As contribuições eram sempre úteis, desde que respeitada a autonomia do movimento. Neste ponto é interessante lembrar que decorre daí o fato de não haver a figura de um presidente ou diretor geral. A direção é coletiva e consegue-se fugir, neste caso e apesar de ser fonte de críticas generalizadas por parte da imprensa e de fazendeiros, da repressão exercida por qualquer tipo de órgão. Esta forma de organização, porém, não exige o movimento de possuir suas coordenações em níveis nacionais, estaduais e municipais, constituídas nunca de uma só pessoa. Esta estrutura organizativa revela instâncias de representação que são considerados como fóruns decisórios, ou nas palavras de Fernandes (2000, p.183) “[...] momentos de construção, reflexão e

definição das linhas políticas do MST, que acontecem nos encontros estaduais e nacionais.” Resultantes desses momentos, as políticas deliberadas são postas em prática pelos setores de atividades e secretarias. Estas têm caráter administrativo e também executivo e agem especialmente em ações nos assentamentos e acampamentos.

Já os setores são caracterizados em diferentes escalas por agirem tanto localmente quanto junto aos governos federal e estadual. O objetivo é formar e opinar em políticas de desenvolvimento nos assentamentos e acampamentos. São setores mais comuns no movimento a educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças etc. Alguns coletivos fazem parte deste cenário organizativo. A “Mística”, ligada à noção de Cultura, se refere ao conjunto de motivações diárias na luta pela terra. “A mística é a motivação interna que sentimos em contato com o coletivo, que nos anima e aumenta nossa vontade de participar cada vez mais, seja nas reuniões, nas assembléias, nas ocupações, nas greves.” (MST, 1991, p.34) Desta forma, inseridos dentro do padrão de discussões e negociações, os membros do movimento sentem-se responsáveis e aprendem na prática a noção de coletividade e de política.

Todo esse processo que levou à constituição do MST representou, sem dúvida, um amadurecimento político-ideológico. Construíram um movimento de trabalhadores rurais com autonomia e heteronomia. Ou melhor, autonomia porque a direção política do Movimento não está subordinada a outras instituições, e heteronomia porque, na luta pela reforma agrária, envolveram outras organizações políticas, como sindicatos, Igrejas e partidos. (FERNANDES, 2000, p.87)

Não é difícil compreender que este momento, depois de 20 anos de ditadura e da tentativa desenfreada de empresários capitalistas, aliados ao governo da Nova República, de manter o rol de trabalhadores sem palavra, significa uma retomada. Lembra a noção de nação ativa e passiva cunhada por Santos (2000). A primeira tenta manter o mundo perverso a qualquer custo e a segunda (re) cria a utopia, um novo jeito de ser e agir socialmente. Nas palavras de Oliveira (2001, p.193), entende-se a razão deste novo momento.

[...] a negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação.

De 1985 a 1990, o MST se territorializou por dezoito estados brasileiros. A extensão reflete sua abrangência nacional ao mesmo tempo em que o coloca como o principal ator na reivindicação pela reforma agrária.

Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra especializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando suas realidades. (FERNANDES, 2000, p.171)

Já de 1990 a 1999 foram poucas as mudanças nas estruturas do movimento. Mas ele enfrentou desafios à sua territorialização e formação.

Nos dois anos e meio do governo Collor (1990-1992)<sup>20</sup>, a condução da reforma agrária no Brasil ficou por conta indireta da União Democrática Ruralista (UDR), uma organização que reúne em seu quadro fazendeiros e que havia sido criada de forma dispersa em vários estados brasileiros ainda na década de 1980 por conta do acirramento dos conflitos no campo. O que se seguiu nos governos à frente nada significou também em termos de solução do problema.

O ministro Antônio Cabrera Mano [no governo Collor] assumiu o Ministério da Agricultura e promoveu o abandono completo da Reforma Agrária. A queda de Collor e a ascensão de Itamar Franco praticamente nada mudou, pois ele era vice de Collor. Até 1994, o resultado da ação do Estado referente a assentamentos rurais foi: de 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1994, foram assentadas 140 mil famílias. (OLIVEIRA, 2001, p.200)

A era FHC (1995-1998/ 1999-2002) é determinante na trajetória do MST. Com o lema “Reforma Agrária: uma luta de todos!” o movimento adotou uma estratégia política importante, na visão de Oliveira (2001, p.197). “Tem a consciência de que é necessário o envolvimento do movimento articulado com a sociedade como um todo.” Não por menos é que no primeiro mandato de Fernando Henrique houve uma aproximação e um envolvimento da sociedade para com os ideais praticados no campo e nas cidades com a espacialização da luta. E tanto é que “Em meados dos anos 90, o MST estava organizado em 23 unidades federativas e era o principal movimento camponês na realização de ocupações de terra.” (FERNANDES, 2007, p.148)

---

<sup>20</sup> Eleito presidente da República depois de vencer nas urnas Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Collor de Mello foi acusado de corrupção e teve de deixar o poder após dois anos e meio de governo.

Em seu primeiro mandato, FHC assumiu logo de início que a reforma agrária seria de fato implantada e para isso entendia que bastava assentar as famílias acampadas. Não era uma política de reforma agrária e sim de assentamentos e muitos deles feitos em áreas onde o número de acampados era menor, como a região Amazônica.

É fato, porém, que a partir de 1995 o MST viu crescer sua base e isso graças a algumas situações de momento, entre elas os resultados negativos na economia e na classe trabalhadora das políticas neoliberais implantadas, o desemprego em todos setores da economia e a falência de muitos trabalhadores rurais, que engrossaram posteriormente as frentes de luta pela terra uma vez que a estes nada mais restava. (ALENTEJANO, 2007) Esta conjuntura resultou entre outras, no aumento das ocupações. Aliado a isto, o governo se viu acuado novamente pelos reflexos da violência empregada no campo contra os trabalhadores. Não bastava de fato só assentar quem já estava acampado.

[...] com os massacres de Corumbiara, no Estado de Rondônia, em 1995, e de Eldorado de Carajás, no Estado do Pará, em 1996, e com o crescimento das ocupações de terra durante o seu primeiro mandato, que passou de vinte mil famílias em 1994, para setenta e seis mil famílias em 1998, o governo FHC viu a sua tese cair por terra. (FERNANDES, 2003, p.14)

Durante o segundo mandato de FHC, o MST já se instaurava como o principal opositor do governo e iniciou nesta época uma luta direta contra a política neoliberal implantada no campo e que é bandeira de resistência até hoje.

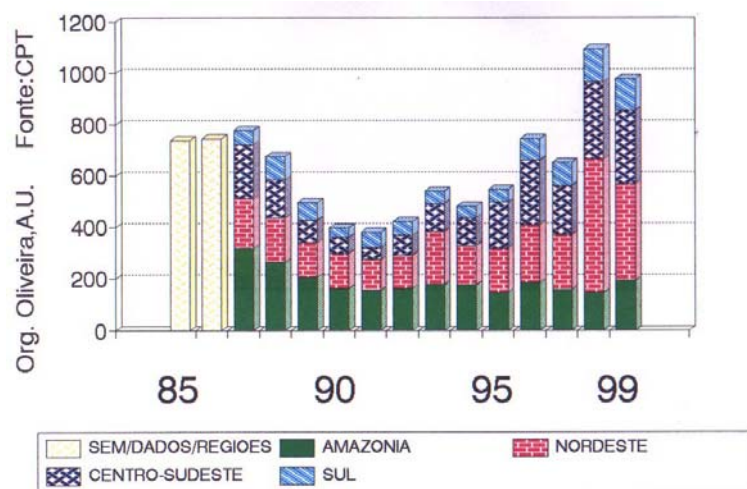
Os mecanismos do Estado para a agricultura foram sendo desmantelados um a um: o controle dos preços, o abastecimento, a pesquisa, a assistência técnica. Se antes eles eram acessíveis a poucos, hoje sequer existem. O neoliberalismo na agricultura foi abrindo caminho para que poucas empresas estrangeiras - todas pertencentes aos bancos estrangeiros -, passassem a controlar nossa agricultura. Desde as sementes à comercialização. Incorporaram terras, agroindústrias, supermercados... Definem preços de alimentos nas bolsas de valores e transformam novamente nosso país em uma grande colônia. No lugar de alimentos, as terras passam ser ocupadas pela cana-de-açúcar - para combustível nos Estados Unidos, por soja - para ração de animais na Europa e pela celulose - para papel em todo o mundo. As monoculturas tomam e redividem nosso território, inflam o preço da terra, reduzem a produção de alimentos e geram uma grande crise mundial de alimentação. (MST, 2009)

Segundo Comparato (2001), a conjuntura de críticas bem fundamentadas no segundo mandato de FHC, elevou o MST ao cargo de ator político na sociedade e que merecia atenção do governo.

[...] basta verificar a evolução da atenção que o governo federal tem dispensado ao movimento. Em 1994, ainda no governo de Itamar Franco, a *Folha de S.Paulo* informava que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não sabia quantas invasões tinham sido efetivadas nos anos anteriores (*Folha de S.Paulo*, 05/04/94). Cinco anos mais tarde, as informações sobre o MST passaram a ser sistematicamente compiladas por um gabinete de crises, ligado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, e instalado no quarto andar do Palácio do Planalto. Num grande mapa são periodicamente registradas as áreas ocupadas, os acampamentos, as escolas de formação de militantes e até as dissidências do MST (*Valor*, 09/06/2000) (COMPARATO, 2001, p.106).

Esta vigilância estatal se desdobrou em um período de problemas constantes do MST com a Justiça, iniciado a partir das intenções do governo FHC. “No segundo mandato, ele promoveu a “judicialização da luta pela terra”, quando criminalizou as ocupações.” (FERNANDES, 2007, p.157). O autor explica o termo “judicialização” como a forte presença do poder Judiciário no campo, que redundou em inúmeras prisões de lideranças, algumas até em caráter preventivo. Importante ressaltar que ocorreu justamente nesta hora a ruptura do movimento com a imprensa, que da mesma forma que encontrava força de noticiabilidade nas ações do MST, também a encontrou a partir das seguidas prisões de lideranças e ordens de despejo de propriedades.

Foi um momento de refluxo na luta pela terra. O segundo, aliás, depois que o governo Collor atingiu violentamente as bases dos movimentos sociais. No gráfico apresentado por Oliveira (2001) é possível verificar que a repressão teve como reflexo o aumento dos conflitos no segundo quinquênio da década de 1990, coincidindo com o governo de FHC.



**Figura 01** – Conflitos no campo entre 1985 e 1999

Fonte: OLIVEIRA, 2001, p.198

Foram mais de mil conflitos espalhados por todo Brasil no ano de 1998, contra 658 em 1997, segundo dados da própria Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1999). Foi um pico de uma situação que crescera a partir de 1995.

Ao mesmo tempo, restava ao governo também convencer de forma equivocada a opinião pública de suas ações.

Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade produziu pelo menos dois resultados lamentáveis: o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a cento e vinte mil famílias, e a precarização dos assentamentos implantados. [...] Para garantir as metas de propaganda de seu governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no segundo mandato de FHC. Esta tática criou uma balbúrdia, de modo que em 2003 nem mesmo o INCRA consegue afirmar, com certeza, quantos assentamentos foram implantados de fato (FERNANDES, 2003, p.15).

A entrada do governo de Luís Inácio Lula da Silva gerou de início muita expectativa. Os movimentos camponeses, em especial o MST, tiveram voz ativa na constituição do segundo escalão do governo e participaram dos debates para criação de políticas públicas para o campo. No entanto, segundo Fernandes (2003), a ação dos ruralistas, apoiados pelos meios de comunicação em geral, refrearam estas ações ao elevarem como pautas principais de discussão a modernização da agricultura e os conflitos agrários e não suas causas. Stédile (2009) relaciona o surgimento do agronegócio com a decepção causada pela política adotada no governo de Luis Inácio Lula da Silva na presidência. “Não houve reforma agrária no governo Lula. Ao contrário, as forças do capital internacional e financeiro, através de suas empresas transnacionais, ampliaram seu controle sobre a agricultura brasileira.” Ou nas palavras de Thomaz Jr:

Em termos gerais, o que está ocorrendo de forma articulada é a intensificação do expansionismo e da “grandiosidade” industrial/modernizadora dos grandes negócios, no setor agropecuário, intensificando-se, igualmente, a exclusão de camponeses e camponesas da terra, o desemprego direto de milhões de assalariados (dos campos e das cidades), a concentração da propriedade privada da terra nas mãos de poucos e a fome de bilhões de desterrados. (2008, p.8)

Deste fato a observação leva a compreender porque hoje a maior parte das riquezas do campo está subjugada a empresas transnacionais, que se aliam aos grandes proprietários e impõem ao pequeno produtor rural as condições de trabalho. “Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se

assegura o direito de extrair a renda.” (MARTINS, 1984, p.176) É a sujeição da renda a partir da compra da terra ou subordinação do camponês, como assegura o autor, que o capital avança. Daí a dificuldade no momento de se fazer a reforma agrária pela simples distribuição de terras. Como Martins (1984, p.176) avalia, que “Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão em sua essência.”

O inimigo mudou. Não é agora só o latifundiário, mas também quem o ampara. Em 25 anos de existência, o MST chega a 2009 com a noção de que a briga cresceu e que a luta pela terra é também uma luta contra o agronegócio, o próprio capital.

### **2.1.3 O MST no Pontal do Paranapanema**

A história do MST no Pontal do Paranapanema não pode começar a ser contada sem estabelecer uma conjuntura histórica importante: a grilagem<sup>21</sup> de terras. Tal fato, para Fernandes (1999) é de pleno conhecimento popular tamanha a artimanha e os excessos de contravenção empregados. “Até mesmo as principais avenidas de Presidente Prudente levam o nome de dois grandes grileiros: Manuel Goulart e Coronel Marcondes.”

Duas áreas em especial deram origem à região grilada. Uma delas, a fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com área de 238 mil alqueires, que segundo Fernandes (1999) teria sido registrada em maio de 1856 como propriedade de Antônio José Gouveia. Ainda neste ano, José Teodoro de Sousa registrou uma porção de terras de 356 mil alqueires em seu nome, a qual denominou Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Aguapeí. (SILVA, 1997; LEITE, 1981). Este ano foi o marco limite estabelecido pela Lei de Terras, feita pelo governo federal em 1850. O texto impedia novas ocupações, a não ser pela compra e quem já tinha a posse deveria registrá-la. As áreas que ficassem de fora destas duas possibilidades, seriam consideradas devolutas e deveriam ser devolvidas ao governo.

---

<sup>21</sup> Processo onde o título de posse da terra é considerado falso. O termo remete, segundo Stédile e Fernandes (2005), ao procedimento de guardar escrituras falsas em gavetas com grilos a fim de obter o efeito envelhecimento dos papéis.

Por inabilidade do estado e outras conjunturas, as duas fazendas foram sendo desmembradas com o passar dos anos e em seguida, revendidas sucessivamente. O governo do estado promoveu, ainda na primeira metade do século XX, inúmeras ações de regularização fundiária, mas a região persiste como sendo uma das principais do país onde há áreas a serem arrecadadas.

Segundo Fernandes (2000), embora o governo tenha tentado e ainda tente ajustar esta realidade, foi a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir da década de 1990, que promoveu a paralisação parcial – porque continuaram a acontecer – das vendas irregulares de terras e colocou em pauta a necessidade de uma discussão mais profunda sobre a questão fundiária na região oeste de São Paulo.

Importante ressaltar, porém, que a luta pela terra já se desdobrava nesta região desde a década de 1980, quando trabalhadores expropriados, à margem de condições mínimas de sobrevivência, fizeram as primeiras resistências. Fernandes (2000, p.110) ressalta que este processo se deu, em análise posterior, em condições semelhantes com a origem da luta pela terra em outras unidades da federação: a falta de uma saída viável e a conscientização dessas pessoas após o trabalho de organização efetuado por entidades diversas. “[...] é na elaboração dos determinantes ou fatores objetivos e subjetivos nos espaços de socialização política, que os sujeitos constroem o processo de formação de organização social, que se efetiva no dimensionamento do espaço construído/conquistado.”

A territorialização do MST na região do Pontal começou em 1990<sup>22</sup>, quando 700 famílias organizadas entraram na fazenda Nova Pontal, no distrito de Rosana, na cidade de Teodoro Sampaio. Em 1992, Rosana emancipou-se de Teodoro Sampaio. Era 14 de julho e os sem-terra eram oriundos de várias cidades do próprio Pontal e também do Paraná. Em 21 de julho, uma megaoperação policial foi montada e realizou o despejo das famílias, que foram para a rodovia SP-613 e montaram o acampamento denominado Nova Pontal. Como era de praxe, o acampamento como forma de resistência era também local de novas reflexões e novas ações. Os sem-terra saquearam um caminhão carregado de bois e o ato foi explorado de forma extensiva pelos fazendeiros que exigiam do governo e da justiça a garantia de transportar o gado. Em 15 de agosto, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do governo paulista conseguiu uma ordem de despejo dos sem-terra das margens da estrada, que

---

<sup>22</sup> A história da territorialização do MST no Pontal do Paranapanema é contada aqui com base em Fernandes (1999, 2000), Leite (1981), Silva (1997) e Dataluta (2007).

foi cumprida um dia depois e as famílias foram para o assentamento Gleba XV de Novembro ou para casa, desistindo da luta.

Em setembro do mesmo ano, o MST conseguiu apoio de outras entidades e fortaleceu sua base de luta no Pontal. Foi criado neste momento o Comitê de Apoio à Luta pela Terra – Presidente Prudente. Tal fato foi significativo porque possibilitou a primeira grande pressão junto ao governo para a solução da questão agrária na região e resultou em ações específicas como envio de cestas básicas aos acampados e às primeiras medidas para recuperação de áreas devolutas, conforme cita o Dossiê Sem-Terra do Pontal do Paranapanema. (DOSSIÊ, 1991).

Logo em seguida, já em 1991, a invasão da fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema marca o aparecimento de uma nova tática de resistência, que segundo Fernandes (2000), nasceu na região do Pontal. Aqui ela será denominada de “ocupação subliminar”. Depois do despejo das famílias, após um enorme cerco policial ao acampamento, os sem-terra deixaram a São Bento, mas recuperam-na quase um mês depois. O detalhe é que os barracos dessa vez ficaram de fora, na estrada, enquanto os integrantes do movimento entravam na área apenas para o plantio. Desta forma, evitava-se a ordem de despejo porque quando os oficiais de justiça chegavam, nada havia no local. Esta ação foi recorrente em muitas outras ocupações de terra no Pontal. A pressão criada pelos sem-terra na região e a nova tática acirraram os ânimos e não tardou para acontecer o primeiro conflito armado. Era junho de 1991, quando homens preparavam-se para entrar na área de plantio da São Bento foram recebidos à bala por jagunços.

A nova tática do MST, porém, não se apresenta como única singularidade da presença do movimento na região. Diferentemente de outras áreas do estado, no Pontal apostou-se na chamada ocupação massiva.

[...] a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias. [...] Nesse caso, os sem-terra superaram a condição de ficarem limitados ao tamanho da área reivindicada. O sentido da ocupação deixou de ser somente pela conquista de determinada área, e passou a ser o assentamento de todas as famílias, de modo que uma ocupação pode resultar em vários assentamentos. Essa forma de territorialização intensificou a luta. (FERNANDES, 2000, p.291)

Mas trouxe reflexos importantes. Segundo o próprio Fernandes (2000), ao optar por este tipo de ocupação o MST foi obrigado a reunir cada vez mais famílias em tempos menores e a eliminar um de seus mais importantes procedimentos: a socialização

política de seus membros. Sem consciência consistente, a luta foi comprometida em muitos casos porque a resistência era frágil.

Mesmo assim, a persistência e a espacialização geraram muitas outras ações e em janeiro de 1993 o governo paulista anunciou o primeiro assentamento na região, na fazenda Santa Clara, em Mirante do Paranapanema. Outros vieram na esteira deste. O ano de 1994 chegava com a promessa de novas áreas, mas ainda no primeiro semestre o movimento sofre uma baixa importante. José Rainha Junior, um de seus principais líderes foi preso na cidade Paranacity, no norte do Paraná. O mandado havia sido expedido pela Justiça de Pedro Canário, no Espírito Santo, e acusava Rainha de envolvimento no assassinato de um fazendeiro. Foram 14 dias detido<sup>23</sup>.

A essa prisão seguiu-se a acusação ao movimento de ações próprias de guerrilha. Fernandes (1999, p.187) chama a atenção para o fato e afirma que ressurgiu neste momento o espectro da militarização contra o MST na região e que tomou corpo maior a partir de 1995. Investigações da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) tentavam criminalizá-lo. “[...] o MST era acusado de estar contrabandeando armas do Paraguai para usar nas ocupações de terra. [...] O documento afirmava que o Movimento estaria fazendo treinamento de guerrilha [...]”.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, como já exposto, apostou de início que o problema agrário seria resolvido de imediato porque bastava assentar famílias acampadas. O MST tratou de mostrar também na região do Pontal que a visão era enganosa. Em abril de 1995 foi realizada uma das maiores ocupações massivas de terra no oeste paulista. Pelo menos quatro fazendas foram ocupadas e recebiam diariamente novos membros. No mesmo mês, a ação repercutiu e a Procuradoria do Estado conseguiu anular na justiça os títulos de terras do 11º perímetro, uma área que o MST já havia conseguido sua espacialização por completo e assim também se fez em outros perímetros, obrigando novamente a colocar a questão agrária e a devolutividade de terras em pauta.

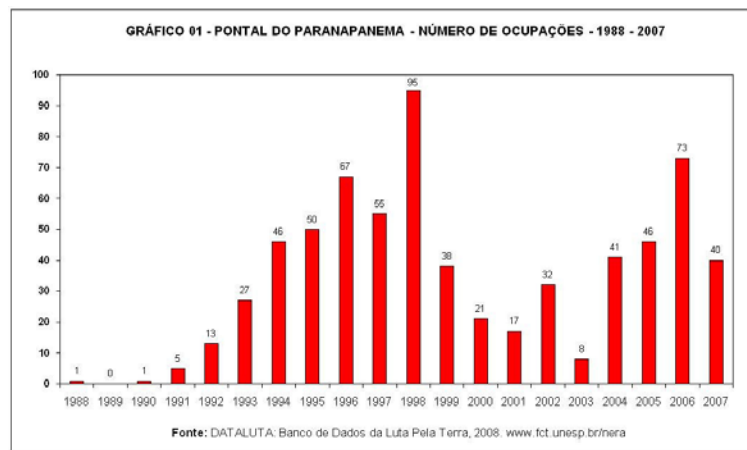
Por conta desta “provocação”, reforçou-se uma característica importante a cerca da presença do movimento no Pontal do Paranapanema. Segundo Fernandes (2000, p.202) a partir de 1995 têm início os pedidos de prisão contra várias lideranças do MST na região numa situação que só aumentaria até o final do mandato de FHC. “Depois de haver

---

<sup>23</sup> Em maio de 2003 o Superior Tribunal de Justiça absolveu José Rainha Junior da acusação de co-autoria no assassinato

perdido espaço político no Executivo, os grileiros jogavam sua última cartada: o poder Judiciário. [...] As prisões eram uma estratégia política das forças conservadoras do Pontal do Paranapanema para barrar a espacialização da luta no Pontal.” Mesmo assim, o MST se consolidara e seguiu na região oeste do estado de São Paulo formando uma base territorial importante e ao mesmo tempo se organizando em setores diversos, abrindo espaços de socialização e reforçando a luta contra o latifúndio e pela terra. “Neste cenário, o Pontal do Paranapanema transformava-se na principal região do país onde se desenvolvia o maior número de ocupações de terra.” (FERNANDES, 1999, p.188).

O último relatório regional do Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta), um projeto do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Presidente Prudente, aponta que no período de 1988 a 2007, por causa deste trabalho exaustivo de base, o MST conseguiu realizar 676 ocupações no Pontal, que mais tarde pressionariam o Estado a retomar áreas devolutas, conforme mostra o gráfico a seguir retirado do relatório regional de 2007.



**Figura 02** – Ocupações do MST no Pontal entre 1988 e 2007<sup>24</sup>

**Fonte:** Relatório Regional 2007 - [http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_pontal07.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal07.pdf)  
Acesso em 17/08/2009

Por conta desta situação, sempre houve na região, segundo Fernandes (2000) uma maior predisposição da imprensa em colocar a questão agrária em pauta. Apesar

<sup>24</sup> Dados retirados do Relatório Regional de 2007, do Banco de Dados da Luta pela Terra: Pontal do Paranapanema. Realizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da Unesp de Presidente Prudente. Fonte: [http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_pontal07.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal07.pdf). Acesso em 17/08/2009.

de diversas vezes, serem mostradas situações contrárias à imagem do movimento, a maior parte das matérias tratava da luta pela terra e da persistência de um movimento formado por trabalhadores explorados.

A singularidade apresentada da região oeste de São Paulo, porém, coincide com o processo de territorialização que o movimento implantou desde sua formação em 1984. Como é possível entender também que todo este processo só transcorreu à base de muita resistência, que aliás, é um dos elementos mais importantes, como exposto anteriormente para a consolidação do MST.

## **2.2 FORMAS DE RESISTÊNCIA**

A partir da organização das famílias, o MST desenvolveu sua espacialização e consequente territorialização. Foi a necessidade de recuperar um espaço perdido que levou milhares de trabalhadores a resistir e a engendrar uma dolorosa batalha de conquistas e derrotas que ao longo de 25 anos se desenvolveu não só no espaço rural, mas também urbano. A resistência está presente na gênese do movimento e no histórico dos litígios que o precedeu.

Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classes. Assim, os camponeses começaram a romper as cercas da repressão da ditadura militar. Sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitavam a conjuntura política para expulsar os trabalhadores de suas terras, os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção do conhecimento, para transformação da realidade. E nesse andar matreiro, próprio de quem sabe como lutar, construíram novos caminhos de resistência camponesa (FERNANDES, 2000, p.43).

Esses caminhos reúnem ações próprias do movimento em sua espacialização na busca por frações de território. Desde as ocupações de terra ou de prédios públicos, passando pelo acampamento até a estrada a pé em marcha, o MST configura sua prática e assinala à sociedade sua causa. Fernandes (2000, p.96) entende serem estes elementos componentes de uma metodologia de luta social própria. “Desde a organização das famílias na construção do espaço de socialização política até a ocupação e a conquista da terra, cada um desses procedimentos foi apreendido na prática social da luta pela terra.” Trata-se aqui do que Sottili (1999, p.73) chama de “Movimento em movimento.” Para o autor, “[...] é o MST

ocupando terras, resistindo e produzindo. É ele chegando às cidades, em marchas e colunas, nas avenidas urbanas ou nas estradas, denunciando e mostrando para a sociedade a sua visão de mundo, de trabalho e justiça.” É também ao mesmo tempo a forma necessária para atingir uma opinião pública que precisa ser conquistada.

A ocupação de terra é uma das formas de resistência mais figurativas do MST e constitui uma das bases de sua territorialização e da recriação do campesinato. Sem ela, não haveria condições de reivindicação efetiva. Não seriam ouvidos. Esta *práxis* já nasceu com o movimento e é oportuno lembrar que ainda em 1986 a frase de ordem estabelecida para movimentação das massas era “Ocupação é a única solução”. Foi uma derivação, na verdade, do lema definido no ano de sua formação, em 1984: “Terra não se ganha, terra se conquista” (OLIVEIRA, 2001, p.196).

O ato de ocupar para os sem-terra, portanto, vai além do simples ato de entrar em uma área considerada sem função social e apta para desapropriação, conforme prevê a Constituição Federal. Significa a conscientização política de sua condição. Desta forma, entram nas fazendas que consideram improdutivas, devolutas ou nas bases financeiras do governo ou privadas para reivindicar direitos que não devem ser relegados a poucos membros da sociedade. A ocupação cria assim um espaço de discussão política porque abre a necessidade de diálogo ao mesmo tempo em que coloca na pauta da sociedade o debate dos excluídos. É também na concepção de Sigaud uma forma de linguagem.

As ocupações de terras com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos, e um ato fundador de pretensões à legitimidade. [...] Com o ato de ocupar, os movimentos legitimam suas pretensões à desapropriação e ao reconhecimento de que aquela ocupação é sua. Ao montar sua barraca, o trabalhador diz que quer a terra. (SIGAUD, 2005, p.268)

A ocupação não se forma ao acaso. É importante compreender que esta ação nasce da memória e da prática desenvolvida ao longo dos anos que marcaram a luta por um pedaço de chão.

Essa experiência tem sua lógica construída na *práxis*. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2000, p.282).

Para Stédile e Fernandes (2005), a ocupação é enfática. “[...] é um forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social”.

Segundo Fernandes (2000, p.292) são diferentes formas aquelas que buscam a fixação em uma área. “Há experiências em que ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Há experiências em que ocupam a terra, dividem em lotes e começam a trabalhar, noutras demarcam uma única área e plantam coletivamente.” Espaços públicos também são alvos de ocupações e constituem-se em importantes ambientes de debate e pressão. São fundamentais para a manutenção da negociação de qualquer necessidade e podem ocorrer em diversas ocasiões, entre elas quando sua constituição se dá a partir de uma área rural ocupada ou quando surge a reivindicação de origem específica, como liberação de créditos. Além disso, “É criadora de fatos e novas realidades, é a exposição pública do problema agrário e os conflitos que lhe são próprios” (FERNANDES, 2000, p.74).

Da ocupação surge o conseqüente debate, mas também se consolida outro componente: a violência. Esta pode ser vista em duas naturezas: o combate à ocupação e a forma de ocupação. O que se entende por “combate” refere-se ao conflito produzido pela espacialização. Até que se forme o conflito de fato, a conflitualidade lhe é inerente de forma que a violência não se consuma apenas no atrito físico a partir do confronto entre forças, mas também na coação, no medo e na estruturação psicológica da tensão. De outro lado, em sua forma, a violência apresenta-se ao olhar dos ocupados. Uma cerca rompida é uma invasão territorial, é uma afronta ao mesmo tempo em que sinaliza a perda da hegemonia.

Por este motivo é que surgem também posturas diversas quando da construção desta prática. São concepções diferentes de como a ocupação deve se consumir. “Há concepções favoráveis a posturas defensivas, outras que defendem posturas ofensivas na realização das ocupações [...]” (FERNANDES, 2000, p.284). As primeiras primam pela negociação. A segunda, pelo enfrentamento.

De uma maneira ou de outra, é fato que ao procederem a ocupação, os sem-terra tornaram-se interlocutores da reforma agrária e assim foram legitimados tanto pelo governo, a partir do momento em que a área ocupada entra em processo de litígio para fins de desapropriação ou recuperação, quanto pela opinião pública, influenciada a partir da imprensa que não se furta em noticiar qualquer tipo de ato deste porte. A ocupação também fortalece,

no caso do MST, a sua condição socioterritorial. “Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta.” (FERNANDES, 2000, p.290) Além disso, ao ocupar uma área, o MST inicia um novo processo que tem como objetivo ampliar a resistência criando comissões, núcleos e setores que formam uma organização de vida.

Neste sentido, toda ocupação cria um espaço de resistência que tende a ser temporário. No caso do MST, a espacialização a partir da ocupação cria ambientes diversos, seja a partir da entrada em prédios públicos ou atos no cenário urbano, ou em marchas pelas rodovias até a própria criação de acampamentos. Todos são, em diferentes variáveis, formas de resistência e ao estabelecerem o conflito atestam a conflitualidade inerente à estrutura capitalista, combatida pelos sem-terra, e ao próprio campesinato. (FERNANDES, 2008)

Importante este parecer, antes de retomar as frentes de resistência, porque estas se constituem a partir do conflito, mas devem ser analisadas entendendo serem constituintes no âmbito do conceito de conflitualidade, conforme atesta Fernandes (2008).

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2008, p.2)

É promovendo o conflito que as famílias se espacializam, se recriam. É no conflito que os sem-terra se desterritorializam e se unem para novas formas de ação porque entendem a necessidade de não serem expropriados e explorados. Mas ambos explicitam a conflitualidade existente no seio da questão agrária, a qual já foi debatida e dá conta da subjugação do campesinato ao capital.

A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. (FERNANDES, 2008, p.6)

Como exemplo, ainda recorre-se a Fernandes (2008), que diz que os assentamentos criados são formas de desenvolvimento resultantes do conflito, embora a conflitualidade continue a existir porque na maioria dos casos as famílias continuam dependentes das formas de produção capitalistas. Mas a premissa é válida neste trabalho porque é preciso entender e dirimir a tese de que a agricultura capitalista é sempre promotora de desenvolvimento e a luta pela terra de conflito. A análise da presença midiática de movimentos socioterritoriais nos últimos anos mostra a tendência de separar o que é avanço do que é retrocesso.

*A conflitualidade* resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A *conflitualidade* gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A *conflitualidade* gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa *conflitualidade* promove modelos distintos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008, p.8).

O acampamento é um espaço de conflito, portanto, porque se apresenta na relação e oposição de forças existentes expondo assim a conflitualidade da questão agrária. São vistos como ameaça e assim se constituem porque sinalizam a futura territorialização por conta do enfrentamento direto. Tanto é e assim se consolida por terem sido e serem ainda cenários concretos de confrontos diversos envolvendo sem-terra, polícia e fazendeiros. Para Martins (1984, p.103), o conflito se constitui no acampamento também por razões das próprias crenças do que seja efetivamente a utilidade da terra.

[...] os sem-terra, na sua prática, não têm como deixar de questionar a legalidade da propriedade [...] Nesse caso, mostram que têm uma concepção da terra e do trabalho em que as duas estão combinadas: só a há legitimidade na terra de trabalho. [...] É concepção distinta daquela que orienta a conduta de quem crê que a terra é um instrumento de enriquecimento, por meio da produção ou por meio da especulação.

Stédile e Fernandes (2005, p.114) sinalizam ao acampamento um momento de abstração. “Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança.”

Para Sigaud (2005, p.260) os acampamentos

Compreendiam técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos.

Sottili (1999, p.98) descreve esta vertente também salientando a construção da identidade sem-terra no acampamento. “Inventam sua linguagem, seus gritos e gestos, e depois, o hino e a bandeira, e vão construindo sua identidade [...]”

Estes símbolos ajudam a formar também a noção de coletividade que impede a desarticulação das famílias acampadas, que neste cenário enfrentam fome, sede, insegurança, condições mínimas de trato de saúde. “A persistência das famílias nestas condições é alimentada pela perspectiva de sobrevivência, pela solidariedade, pela esperança e pelo sonho de voltarem à terra” (FERNANDES, 1999, p.129).

Note-se que ao tratar de acampamentos, fala-se em famílias e daí uma de suas características essenciais. “Tem que ter família, porque já está em processo o que vai ser a comunidade”. (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p.115). Abramovay (1985, p.55) ressalta a presença feminina. “Num acampamento, as mulheres também passam a ter um papel ativo na decisão sobre os rumos do movimento. Elas não ficam em casa esperando os homens ‘voltarem da luta’, mas vão com seus maridos e seus filhos para a frente de batalha.”

As caminhadas ou marchas também são frentes de resistência do MST e possuem objetivo semelhante ao dos atos públicos. Este tipo de manifestação é recorrente à práxis do movimento desde os primeiros anos de sua formação.

Um dos fatores importantes dessa forma de manifestação é o envolvimento e o apoio que o movimento recebe das comunidades, de entidades e institutos pró-reforma agrária. [...] permite uma maior divulgação da luta para a sociedade, pois ganha espaço na mídia em geral [...] (FERNANDES, 1999, p.128).

Percebe-se aqui, nas palavras do autor, a mesma lógica empregada pelos atos públicos e pelas próprias ocupações.

Este tipo de ação também encontra justificativa no seio do movimento por evocar a religiosidade de seus integrantes quando lembram a caminhada do povo Hebreu em busca da terra prometida e também por lembrar dos dias em trânsito entre as estradas rurais que levam às áreas a serem ocupadas. “Nas lutas mais generosas da humanidade, sempre houve caminhadas massivas e longas. É um gesto coletivo e já histórico.” (STÉDILE, FERNANDES, 2005, p.150).

O governo Fernando Henrique Cardoso, por duas vezes, viu chegar pela marcha reivindicações do MST. A primeira e mais notadamente divulgava pela imprensa foi a Marcha Nacional, ocorrida em 1997, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Cerca de 1.300 pessoas cortaram o Brasil rumo à Brasília, o que representou uma nova

resposta ao governo que, nas palavras de Stédile e Fernandes (2005, p.151), tentava colocar o movimento em isolamento. “Não podíamos ficar parados, esperando que a tática deles desse certo. Tínhamos que desenvolver iniciativas que mostrassem para a sociedade que um problema social só se resolve com a adoção de medidas políticas”. Uma outra caminhada foi realizada em 1999, também com os mesmos objetivos.

Em geral, estas ações políticas e de enfrentamento por uma ideologia de luta de classes e em busca de terra formaram um conjunto de causas que levou o MST a se inserir como um personagem no mundo midiático. Na ânsia de levar a questão agrária para debate, o movimento se expôs, conquistou e perdeu territórios, especialmente na imprensa e passou a ser representado de diferentes maneiras, sendo criado e recriado, inclusive a partir das fotografias jornalísticas aplicadas nas reportagens.

### 3 FOTOGRAFIA E FOTOJORNALISMO

A fotografia é uma imagem, um termo que possui definições complementares. “Compreendemos que indica algo que embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece” (JOLY, 1996, p.13). A estes “textos culturais, construídos pelo homem” (KLEIN (2006, p.48) Camargo (1999) remete à sua função mais específica, ou seja, apesar de ser usada em diferentes áreas do conhecimento, o ponto comum é sua capacidade de transmitir informações, comunicar algo.

Durante o século XX a imagem tornou-se questão estratégica, com o desenvolvimento de meios como o cinema e a televisão e sua incorporação definitiva pelo jornalismo impresso, e assim usada enquanto instrumento informativo, junto com o sistema verbal ou separada dele, também é balizadora da opinião pública, que por razões conjunturais muitas vezes fica refém do aparato tecnológico e toma como verdade aquilo que ouve, lê ou vê.

Destaque seja dado neste contexto à fotografia, que desde seu surgimento abriu um momento importante para a humanidade que até então se amparava na pintura para reproduzir as coisas do mundo. Mas ao apresentá-lo, em especial na imprensa condicionadora e produtora de relações humanas, ela o fez de forma intensamente real aos olhos despreparados, que não conseguiam enxergar ali mais do que a realidade factível. “A sua particularidade consiste em que ela se dirige à emotividade: não deixa tempo para a reflexão nem para o raciocínio, como é o caso com a conversação ou com a leitura de um livro. É na sua imediatez que reside a sua força e, também, o seu perigo.” (FREUND, 1995, p.200)

E a periculosidade citada por Freund (1995) hoje atinge níveis ainda mais elevados a partir da superexposição de cenas num mundo dominado por imagens cada vez mais construídas, mais ficcionais e hiperespetacularizadas. Manchas, como atesta Persichetti (2006). Entender a natureza do ato fotográfico, seu uso jornalístico e sua imersão e intervenção na sociedade são necessários como forma de compreender a própria maneira em que o mundo e, especialmente seus atores em todas as suas relações, são *apresentados*, construídos e desconstruídos ao sabor das necessidades do próprio homem em *representar* o mundo.

### 3.1 A GÊNESE DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E IMPACTO NA SOCIEDADE

Um ato sem maiores consequências ou uma intervenção? Um mero objeto imagético ou uma nova forma de ver o mundo? Qual sua relevância no entendimento das coisas, do homem e sua relação com a sociedade? São questões que afloram no momento da compreensão do que vem a ser não só a fotografia, mas exatamente o ato fotográfico, como aponta Dubois (1994), que resulta na apresentação da imagem sobre um aspecto do mundo nas mais diversas roupagens, da arte à notícia. Ou seja, importa aqui pensar a fotografia, sua produção, e ao mesmo tempo, o mundo porque é aí que reside seu valor de pesquisa. De antemão, uma das respostas às questões citadas já é dada: vista como imagem pura, a fotografia pouco permite avançar na compreensão dos atos humanos. Já enquanto instrumento que permeia as relações sociais, ajuda a visualização e o aprofundamento dessas mesmas relações uma vez que se entende a fotografia como um aparato codificado já a partir de sua gênese sob um ponto de vista escolhido. “Mesmo que tenha tido origem difusa e funções específicas, a fotografia vai se definindo, no contemporâneo, como suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desencontrados do todo possível, como documento da tensão entre ocultação e revelação [...]” (MARTINS, 2009, p.36). Nada mais característico de uma cotidianidade que não se vê mais livre da imagem.

Algumas considerações históricas e os impactos iniciais da fotografia na sociedade, porém, se fazem interessantes porque sua trajetória suscitou debates inflamados e muitas vezes contraditórios, mas não menos importantes para uma boa definição de sua essência.

A fotografia nasceu da instigação, da aventura e do incômodo de homens que não se conformavam em não conseguir registrar permanentemente aquilo que o mundo lhes oferecia em tempo real. Claro que não foi um processo rápido e teve início com as tentativas de uso da câmara escura. Andrade (2004, p.3) afirma que Joseph Nicéphore Niépce é “o autor da primeira imagem capturada com a utilização de uma câmara obscura”. Camargo (1999, p.56) explica tal processo usado ainda por homens da antiguidade que se dedicaram a observar o fenômeno ótico que resultava da entrada de luz por um orifício e projetava a imagem correspondente no lado oposto.

A câmara Escura é um compartimento fechado, isolado da luz. Em uma de suas paredes há um orifício. A luz, ao passar por este orifício projeta, na parede oposta, imagens invertidas do exterior. Estas câmeras podiam ser fixas, construídas nos estúdios dos artistas ou portáteis e levadas por toda parte.

Interessante notar que estas imagens já eram usadas para aterrorizar ou submeter à dominação pessoas comuns que enxergavam no efeito natural, algo sobrenatural. Ainda no século XVII as câmaras já ofereciam a cientistas e artistas a possibilidade de um mundo que, a partir de suas vontades, precisava ser representado. Estava aberta a busca pela fotossensibilidade ou por materiais fotossensíveis, que mudam suas propriedades ao serem bombardeados pela luz que emana dos objetos alvejados<sup>25</sup>. Foi o que proporcionou a Niépce a primeira imagem a partir de experimentos que se iniciaram em 1816 e culminaram com uma imagem heliográfica<sup>26</sup> fixada em suporte no ano de 1826. Kossoy (1980, p.16) concorda com esta evolução gradativa que resultou na primeira fotografia, mas ressalta que o feito ocorreu simultaneamente em várias partes do planeta, inclusive no Brasil a partir das experiências do pintor Antoine Hercules Romuald Florence, um francês radicado na Vila de São Carlos, a primeira denominação da cidade de Campinas (SP). Aliás, para o pesquisador, a origem do nome “fotografia”, ou escrita com luz, surge registrada nas anotações de Florence entre os anos de 1832 e 1834.

Mas foi em 1839 que a fotografia assumiu a forma de documento de registro conforme se conhece a partir da invenção do daguerreótipo pelo pintor de cenários Louis Jacques Mandé Daguerre. O processo da daguerreotipia, de acordo com Andrade (2004, p.3), apenas podia ser realizado uma única vez. “[...] a imagem possui a lateralidade invertida e é única, ou seja, não pode ser multiplicada, devido a inexistência do negativo”. Essa invenção revolucionou as conjecturas daquele tempo e provocou intenso impacto. Fabris (1998, p.13) resume bem o contexto e o sucesso do daguerreótipo na visão de momento.

---

<sup>25</sup> Sobre a evolução dos meios de fixação da imagem na história da fotografia ver: ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da Fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

<sup>26</sup> Segundo o dicionário Aurélio, a heliogravura trata-se de: “Processo de fotogravura a entalhe que se vale do fenômeno de endurecimento da gelatina bicromada sob a ação da luz, e no qual a copiagem da retícula, no papel-pigmento, precede a do diapositivo da imagem (ou da combinação texto-imagem), a fim de produzir, no cobre, os minúsculos alvéolos cuja profundidade, maior ou menor, conforme a resistência oposta pelas diferentes zonas do colóide à penetração do perclorato de ferro us. na mordagem, determina a quantidade de tinta que podem receber.”

Proporciona uma representação precisa e fiel da realidade, retirando da imagem a hipoteca da subjetividade; a imagem, além de ser nítida e detalhada, forma-se rapidamente; o procedimento é simples, acessível a todos, permitindo uma ampla difusão.

Por si só, era bem mais do que o pensamento positivista da primeira metade do século XIX queria, que tratou logo de cunhar a falsa idéia de que a fotografia era um espelho incontestável do real.

A técnica negativo-positivo do colódio úmido<sup>27</sup>, atribuída a Frederick Scott Archer, permitiu sua reprodução ilimitada ao mesmo tempo que destronou a invenção de Daguerre e abriu as portas para sua popularização. (BRIGGS; BURKE, 2004) Só faltavam melhorar as condições técnicas de captura de imagens sem a necessidade de grandes aparatos. Novamente cientistas se debruçaram para resolver problemas como aumento de sensibilidade das lentes, suportes fotossensíveis adequados e aumento da velocidade de exposição. A busca era por imagens cada vez mais naturais e o próprio congelamento de cenas. Em 1888, George Eastman lança a primeira máquina, denominada por ele de “Kodak”, disposta a aplacar estas necessidades. Conseguiu e foi além. “Como o telefone e o rádio, a câmera foi produzida para uso doméstico e para milhões.” (BRIGGS; BURKE, 2004, p.171) O instrumento, de fácil manuseio, proporcionou a popularização da câmera ao mesmo tempo em que abriu a discussão estética entre os primeiros fotógrafos e os artistas que viam no invento uma massificação desmedida do mundo natural (SOUSA, 2006).

Mas não havia modo de frear esta evolução e a fotografia alcançou os meios de comunicação ainda na segunda metade do século XIX ao ser impressa junto com o texto nas páginas de periódicos mundo afora. A imagem fotográfica agora podia ser usada para qualquer tipo de acontecimento, desde o simples retrato pessoal até o flagrante de uma paisagem ou de uma guerra. Segundo Sousa (2006, p.292), “Passou, igualmente, a ser usada como ‘arma de denúncia’ dos atentados contra a dignidade humana, contra a dignidade e integridade dos restantes seres vivos e contra o meio ambiente.” Essas funções pouco se modificaram ao longo da história, inclusive com o advento da fotografia digital que eliminou a questão da fotossensibilidade ao inaugurar o processo de fixação de luz em uma câmara

---

<sup>27</sup> O colódio foi um avanço tecnológico do calótipo (negativos de papel), cujas fibras de celulose interferiam na fixação da imagem. O colódio nada mais era do que nitrato de celulose que proporcionava a aderência de sais de prata em um vidro. Era chamado de úmido porque precisava ser usados logo após a tomada da cena fotográfica sob o risco do nitrato secar.

escura a partir de códigos binários, ou seja, um código de zeros e uns. Ou, como diz Machado (1984), ela agora é um “texto” novamente, que pode ser guardado no computador.

Mas o que é mais interessante nesta questão histórica é verificar porque que a fotografia causou tanta discussão ao mesmo tempo que deixava a todos maravilhados. Seu impacto social merece comentários de diversos autores justamente porque o invento modificou muitos comportamentos.

As estranhas e enigmáticas primeiras imagens assustaram e maravilharam muitas pessoas. Kubrusly (1991, p.20) aponta que “diante dos primeiros retratos, muitas pessoas tiveram uma reação confusa e também olhar nos olhos do retratado, com a viva sensação de estarem sendo observadas também”. Não por menos, a classe burguesa foi a primeira a se apoderar do instrumento. Aliás, o sucesso da fotografia deve-se muito à elite dominante na época de seu invento. Era a burguesia que tinha dinheiro para comprar equipamentos como o daguerreótipo ou pagar para ser fotografada e ter uma maneira que entendia de se eternizar. Uma necessidade, todavia, segundo Freund (1995, p.25). “Desde antes da Revolução Francesa, a moda do retrato começava a espalhar-se nos meios burgueses. À medida que a necessidade de representação de si mesmo se afirmava, esta moda criava novas formas e novas técnicas para a satisfazer.”

Uma colocação de Sontag (2004, p.177) sobre este momento abre a questão do poder que a imagem, especialmente aqui a fotográfica, sempre exerceu nas pessoas. “[...] algum vestígio da magia perdura: por exemplo, nossa relutância a rasgar ou jogar fora a foto de uma pessoa amada, sobretudo quando morta ou distante. Fazer isso é um gesto cruel de rejeição”. A esta obediência à coisa “viva” impressa na fotografia, alia-se o fato de que ela consegue registrar e confirmar a quem quiser tudo que é belo e poderoso. Tanto que a mesma autora (2004, p.101) aponta que se lamenta muito o fato de ter estado em um lugar bonito e não ter sido feito seu registro.

O papel da câmera no embelezamento do mundo foi tão bem-sucedido que as fotos, mais do que o mundo, tornaram-se o padrão do belo. Anfitriões orgulhosos de sua casa podem perfeitamente mostrar fotos do lugar onde moram para deixar claro aos visitantes como se trata de uma casa, de fato, maravilhosa.

Em outros termos, a democratização da fotografia a tornou bem de primeira utilidade das pessoas e assume ainda hoje um papel de mantenedora de um *status* necessário na vida moderna, extremamente midiaticizada e que elegeu a visão como o sentido mais importante, como será debatido no capítulo 5. A dependência do homem para ela é decorrente

do furacão imagético que recai sobre a sociedade. “[...] o império das imagens parece não dar chances de fuga aos nossos olhos, submetendo-os a formas inexoráveis de domesticação.” (KLEIN, 2006, p.108)

Revestida deste poderio, segundo Freund (1995, p.20), a fotografia pode mostrar além do que a superfície apresenta, “[...] mais do que qualquer outro meio, a fotografia é capaz de exprimir os desejos e as necessidades das camadas sociais dominantes, e de interpretar à maneira delas os acontecimentos da vida social.” O que se quer dizer, e o que se verá ainda neste capítulo, é que a objetiva da câmera não é, nem nunca foi, imparcial e seu direcionamento está voltado ao que operador quer ver ou está orientado a ver. Sua relevância e um dos maiores impactos estão, portanto, na maneira que ela nos faz ver o mundo e também de “[...] de conformar as nossas idéias e de influenciar o nosso comportamento”. (FREUND, 1995, p.20)

Desta forma, ao retomar a premissa feita no começo deste capítulo, é importante marcar um território nesta discussão. A fotografia não é mero objeto. Certo é que ela é resultado de um processo ótico. Mas ela traz às pessoas, sobretudo, uma outra possibilidade: a de ver e pensar o mundo e os homens. Porque é em seu seio especular que as tramas são apresentadas e nelas também está o sujeito. Os homens fabricam as imagens para tentar interpretar o mundo, imaginando-o à sua forma, ao mesmo tempo em que tenta entendê-lo em suas representações e se satisfazer. Reside aí, no entendimento deste estudo, a importância da fotografia na sociedade contemporânea e o desafio cada vez maior de compreender não só seus impactos, mas suas nuances, como o próprio ato que a origina.

### **3.2 DA NATUREZA AO ATO FOTOGRÁFICO**

O debate que se abre quanto à natureza da fotografia e do ato fotográfico nos dias atuais leva em consideração, como ponto de apoio teórico, importantes discussões travadas a partir do surgimento do meio no século XIX. Diversos autores lidaram com o tema, cada qual sob seu ponto de vista ou sua pertinência teórica. Uma das vertentes mais discutidas foi o complexo enigma da realidade. Barthes (1984, 1990), Schaeffer (1996), Dubois (1994), Sontag (2004), Machado (1984) e Kossoy (2007) contribuíram no esforço de compreender e avaliar tanto a essência quanto a reflexibilidade da fotografia.

A idéia de “valor absoluto” do documento fotográfico foi a base para duas importantes concepções sobre a fotografia, segundo Dubois (1994). Inicialmente, ainda sob impacto do seu surgimento, e mesmo tempos depois este tema era recorrente como fez Barthes (1961) ao defini-la como uma analogia perfeita, a fotografia foi alçada à condição de espelho irretocável da realidade. Esta “mimese”, como aponta Dubois (1994) ou a mística, nas palavras de Machado (1984), dava conta de sua verossimilhança. Um documento autêntico que pouco abre espaço para contestações. A mão do fotógrafo pouco importava e a partir disto também se apresentava por inteiro um abismo que deveria separá-la das artes, fruto da ação direta dos autores. A orientação deste pensamento é até certo ponto simplista. “[...] o ‘novo sol’ adorado pela multidão idólatra é com certeza a luz que entra na caixa escura, imprime a imagem, sem que o fotógrafo tenha algo a ver com isso: ele contenta em *assistir à cena*, não passa do assistente da máquina” (DUBOIS, 1994, p.28). Sontag (2004, p.17) diz que “Ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exposição a outra, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas”, mas ao mesmo tempo ela revela uma face contraditória ao classificar o ato de fotografar como uma não-intervenção. Sontag (2004) fala de imagens produzidas em situações em que o objeto fotografado estava em situação de miséria humana ao alcance do fotógrafo, que por sua vez preferiu a cena. Isso é contestável a partir do momento que se entende a existência de fato da intervenção na realidade, que uma vez exposta torna-se passível de debates e realizações. Fotógrafos humanistas talvez sejam o exemplo mais bem acabado disso.

Reflexos mais concretos da fotografia como “espelho do real” foram notados na história como a mudança de função de muitos artistas, que passaram a ser retratistas a partir do invento de Daguerre porque entendiam ser esta a maneira mais fiel de apresentar seus retratos em miniaturas, tão comuns na segunda metade do século XIX. “A distribuição portanto é clara: à fotografia, a função documental, a referência, o concreto, o conteúdo; à pintura, a busca formal, a arte, o imaginário” (DUBOIS, 1994, p.32). Neste sentido, Machado (1984) e Sontag (2004, p.173), sentenciam que a fotografia foi de fato além da pintura porque pretendia testemunhar o maior número possível de temas e que amparados pelo pensamento único de espelho, a tecnologia buscou formas cada vez mais nobres de traduzir as experiências em imagens. Mas ao fazê-la, tal realidade é redefinida e se há alguma verdade na relação real/fotografia é que, segundo a autora, pela sua marca de vestígio decalcado do real, as pessoas fotografam para provar o mundo que viram.

Ainda sobre esta vertente é oportuno lembrar Machado (1984, p.10) que explica o debate atual e o contextualiza aos dias de hoje ao dizer que a própria “[...] indústria da figuração automática só consegue ‘reproduzir’ ou ‘duplicar’ uma realidade que lhe é exterior porque opera com concepções de ‘mimese’, ‘objetividade’ e ‘realismo’ que ela própria cria ou perpetua.” Ora, é possível identificar nos discursos da imprensa e da publicidade esta mesma reivindicação de isenção. E o autor arremata com sua tão já conhecida afirmação de que as câmeras: “[...] mais exatamente, elas fabricam ‘simulacros’, figuras autônomas que significam as coisas mais que as reproduzem.” Um bom exemplo de que tal pensamento ainda se faz presente: O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) realizou em 2009 uma pesquisa em que mostra uma comparação das fotografias utilizadas por fabricantes nas embalagens, com os produtos internos. A constatação mais evidente é de que na maioria dos casos, a imagem não confere com a realidade e engana quem adquire um produto. Em outros termos, o consumidor compra pela fotografia, mas leva para casa um outro produto.

Apesar das fotografias citadas serem publicitárias, dão o exemplo concreto de direcionamento, neste caso com fins econômicos, e atestam seu uso a partir da ficção, ou seja, permitem ao espectador a recriação da realidade e o convencimento de compra a partir da imagem. A questão, porém, como será visto mais a frente, é que ao se deparar com o objeto real, a decepção é a tônica. E isso não quer dizer porém que atitudes sejam tomadas. Há um misto aí de perplexidade e inoperância.

O mesmo assunto foi tema de reportagem no jornal Folha de S. Paulo no dia 21 de novembro de 2009 (MISMETTI, 2009, p.6), que além de mostrar a pesquisa, como foi feita e as conclusões obtidas, ainda providenciou devidas entrevistas com representantes das empresas. As declarações textuais apresentadas por eles são taxativas no sentido de usar deliberadamente o aspecto indicial da fotografia com fins econômicos.

“Não se pode colocar uma imagem totalmente falsa no pacote. A base é o produto. Mas a ilustração, as cores, deixam [a embalagem] um pouco mais apresentável”, afirma Marcela, da Mabel. [...] O vice-presidente da empresa que controla a rede Spoleto afirma que os produtos fotografados para os cartazes dos restaurantes são os mesmos vendidos aos consumidores. Mas admite que a produção fotográfica cria diferenças. [...] No começo, só fotografávamos o produto mesmo, sem produção. Depois começamos a dar mais ‘sex appeal’, a colocar diretor de arte, luz bacana. [...] A Sadia afirmou que usa só produtos reais para produzir as fotos das embalagens. “No entanto, por ser uma produção fotográfica, ocasionalmente podem ocorrer diferenças de apresentação em relação ao produto original [...]” (MISMETTI, 2009, p.6).

Apesar desta comprovação, o caso e as entrevistas concedidas pelos fabricantes permitem outros entendimentos e avanços quanto ao estatuto da imagem fotográfica. Durante muitos anos, especialmente a partir da década de 1990 com o incremento dos retoques digitais com softwares avançados, a maquiagem de produtos publicitários se pautou pela necessidade de criação de efeitos com apelo de consumo direto, como aumentar a maciez ou o brilho de um alimento. Porém, a pasteurização dessas cenas desencadeou ao mesmo tempo, no consumidor melhor informado, apesar da assimilação de clichês, o descrédito e um processo de saturação, o que mais a frente será visto como reflexos da hiper-realidade e da crise de visibilidade atual que atingiu o próprio fotojornalismo e seus personagens.

A partir do exemplo e da concepção anterior de Machado (1984) é possível abrir espaço para uma segunda corrente conceitual quanto à fotografia, que segundo Dubois (1994) dava conta também de absolutizá-la ao mesmo tempo em que apresentava visões extremamente contrárias ao seu mimetismo com a realidade. O incômodo que se alastrava neste momento era de que ela não tinha condições de captar o que se poderia chamar de real. Em outras palavras e com um exemplo bem simples, trata-se de imaginar a cena fotografada de um objeto ao sol. O referente está de fato presente, mas há diferenças de cores, volumes e texturas, além da própria dimensão a partir do embate tridimensional *versus* bidimensional. Ele pode significar, mas não reproduzi-lo.

Outra questão importante nesta fase refere-se à sua produção, ou seja, à sua gênese e o próprio ato. Questiona-se a objetividade da fotografia uma vez que ela é gerada por um aparelho manipulado por um sujeito e que sua recepção pode ser determinada em alto grau pela cultura do espectador. “A caixa preta fotográfica não é um agente reprodutor neutro, mas uma máquina de efeitos deliberados. [...]” (DUBOIS, 1994, p.40). Assim como é também proposital, e porque não ideológica, a maneira como o fotógrafo quer a cena registrada. Eis a intervenção novamente em uma de suas faces, determinante para efeito de fazer pensar o mundo. Ou seja, na influência do fotógrafo, em sua relação primária com a cena, sobressai-se inclusive um elemento que mexe com a consciência. “[...] nada é mais *subjetivo* do que as objetivas fotográficas, porque o seu papel é personificar o olho do sujeito da representação.” (MACHADO, 1984, p.37) Ainda segundo Machado (1984) e como aponta Dubois (1994, p.53) nesta fase a fotografia versa sobre uma transformação do real, mais do que é ele próprio. “Qualquer imagem é analisada como uma interpretação-transformação do real, como uma forma arbitrária, cultural, ideológica e perceptualmente codificada.”

Semelhança e convenção simbólica, diz Dubois (1994, p.45), são então valores absolutos aplicados à existência do real na fotografia. Mas ele próprio ressalta uma variação e postula uma terceira fase bem mais específica pela qual passou o documento e que também vai questionar a cena retratada como o real por completo. “[...] a imagem indiciária é dotada de um *valor todo singular* ou *particular*, pois determinado unicamente por seu referente e só por este: traço de *um* real.”

É a volta do referente, apesar dos compromissos ideológicos ou miméticos. Este pensamento visa reconstruir uma noção perdida até então e de forma que pode até mesmo ser chamada de inocente, ao trazer à tona que uma fotografia pode sim revelar um realismo concreto apesar das intencionalidades aplicadas. Na concepção metafísica construída em *A Câmara Clara*, Barthes (1984, p.148) clama por isso. “A Fotografia justifica esse desejo, mesmo que não o satisfaça: só posso ter a esperança louca de descobrir a verdade porque o noema da Foto é precisamente *isso foi* e porque vivo na ilusão de que basta limpar a superfície da imagem para ter acesso ao que há por trás [...]”.

Sua razão pode ser experimentada numa fotografia do brasileiro Sebastião Salgado. A imagem foi produzida em 1996, durante a ocupação da fazenda Giacometti, no município de Laranjeiras do Sul, Paraná, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que consta do livro “Terra” (1997). Na ocasião entraram na área cerca de três mil famílias. A imagem apresenta um estado de conflito, próprio da questão agrária já discutida no capítulo anterior. Mas apesar disso e da intenção jornalística e documental do autor, o enunciado ideológico faz-se brotar na cena e toda uma realidade de momento também. A mudez do trabalhador que entra na terra após romper com o cadeado que travava a porteira é gritante. Isso de fato aconteceu, embora tenha o fotógrafo se posicionado e se preparado tecnicamente. Há um fato e a fotografia pôs-se neste momento, apesar de sua construção, a ser a condutora desta realidade para toda uma sociedade.



**Figura 03** – MST entra na fazenda Giacometti, no estado do Paraná  
 Fotografia: Sebastião Salgado  
 Fonte: Salgado (1997, p.136-137)

Dubois (1994, p.51) propõe neste momento, a volta da “mensagem sem código” instituída por Barthes (1984). “Existe aí uma falha, um instante de esquecimento dos códigos, um índice quase puro”, que depois será reconstituída porque os códigos humanos se revelarão mais fortes. Mas talvez por isto é que este traço ateste a realidade do fato.

*Com a fotografia, não nos é mais possível pensar a imagem fora do ato que a faz ser. [...] é também, em primeiro lugar, um verdadeiro ato icônico, uma imagem, se quisermos, mas em trabalho, algo que não se pode compreender fora de suas circunstâncias, fora do jogo que a anima sem comprová-la literalmente: algo que é, portanto, ao mesmo tempo e consubstancialmente, uma imagem-ato, estando compreendido que esse “ato” não se limita trivialmente apenas ao gesto da produção propriamente dita da imagem (o gesto da “tomada”), mas inclui também o ato de sua recepção e contemplação (DUBOIS, 1994, p.15).*

Dubois (1994, p.43), porém, lança uma provocação aproveitando-se das últimas concepções.

*[...] pelo trabalho (a codificação) que ela implica, sobretudo no plano artístico, a foto vai se tornar reveladora da verdade interior (não empírica). É no próprio artifício que a foto vai se tornar verdadeira e alcançar sua própria realidade interna. A ficção alcança, e até mesmo ultrapassa, a realidade.*

Interessante esta postulação porque abre espaço, para uma nova questão: Diante da espetacularização das imagens na sociedade, toda imagem, inclusive a jornalística, é ficção? A resposta é delicada, cheia de subterfúgios subjetivos e perigosa de ser respondida por medo de uma generalização. Martins (2009, p.28) apresenta uma opinião.

O que o fotógrafo registra em sua imagem não é só o que está ali presente no que fotografa, mas também, e sobretudo, as discrepâncias entre o que pensa ver e o que está lá, mas não é visível. A fotografia é muito mais um indício do irreal do que do real, muito mais o supostamente real recoberto e decodificado pelo fantasioso, pelos produtos do auto-engano necessário e próprio da reprodução das relações sociais e do seu respectivo imaginário.

Na mesma linha, Persichetti (2006, p.186) ao questionar o estatuto das imagens na imprensa diz que “aqui não estou falando de fotografias mal elaboradas ou equacionadas tecnicamente, mas de imagens que não dizem nada. Que não vão sobreviver. São imagens-espetáculos, pelas quais esquecemos que toda realidade é construída. Portanto, ficção.” Barthes (1984) prenunciava que os meios de comunicação tornavam a fotografia “sensata” ao disponibilizar milhões de imagens e isso resultaria num mundo imaginário onde as pessoas vivem mais o imaginário do que a própria realidade.

Neste trabalho a resposta se consolida no que vêm a ser então o documento fotográfico e seu ato. A fotografia é mais do que ir além do traço primeiro da imagem. É, sobretudo, uma concretização de nosso imaginário, sedento por recriações da realidade, tanto do fotógrafo quanto do espectador. Em outros termos, para fins de uma definição, a fotografia é uma mensagem onde o real se faz pelo deslocamento de seu referente proporcionado pelo imaginário do operador do aparelho e do espectador. Ao aproximar esta afirmação do tema de estudo deste trabalho, a construção e a desconstrução da imagem, ela faz todo sentido porque a partir do contexto, a fotografia oferece um determinado entendimento. Aqui está também presente a polissemia da imagem, que a cada novo olhar protagonizado no tempo específico apresenta novas significações. E quando levada ao grau de testemunho, nos jornais, um reflexo desta condição se faz mais importante: embora a fotografia alerte para a existência do objeto, pode não ser capaz de revelar seu sentido exato porque ao produtor e ao leitor da imagem recai o envolvimento numa situação de enunciação recorrente, como a luta justa ou a criminalização do MST, onde a intenção deixa de ser a informação e passa a ser a espetacularização que ocorre ao sabor das necessidades de inventar e reinventar heróis e bandidos. Em que medida o fotojornalismo pode ser veículo desta condição é o que se verá a seguir.

### 3.3 FOTOJORNALISMO: GERAÇÃO DE SENTIDO E CAMPOS DE CRIAÇÃO

Para ser contada, a história da civilização humana sempre teve nas imagens um refúgio importante. Esta relevância ganhou mais peso quando do advento da fotografia em meados do século XIX, da imagem que conseguia eternizar um momento passado de forma única. A partir do que era considerada uma janela aberta para o mundo (FREUND, 1995), ideia combatida por Kamper (*apud* BAITELLO, 2005) como será visto no capítulo 5, tornava-se fácil o entendimento dos acontecimentos rotineiros e se completava assim o processo comunicacional entre os membros de uma sociedade.

Outros autores ampliaram a visão da imagem fotográfica de ser apenas um aspecto congelado da realidade como foi visto. Por ser assim, ela também desperta sensações em quem a faz e a observa. Freund (1995, p.202) não tem dúvidas em afirmar que “O seu poder intrínseco reside no poder de despertar emoções”. Kossoy (2001, p.16) ainda confirma que “É a fotografia um instigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções.”

Por todo esse poder, não tardou para a fotografia ser aproveitada com sucesso inigualável pelos meios de comunicação de massa, especialmente os jornalísticos. Mais do que contar histórias, era preciso contar o fato através das imagens. Quando na Alemanha, na década de 1930 especialmente, os repórteres produziam imagens para ilustrar suas histórias, o ofício do fotojornalismo se instituiu e tornou-se responsável por uma mudança profunda na relação das pessoas com as notícias que ocorriam mundo afora. “A introdução da fotografia na imprensa é um fenômeno de uma importância capital. Ela muda a visão das massas. Até então o homem vulgar apenas podia visualizar fenômenos que se passavam perto dele, na rua, na sua aldeia” (FREUND, 1995, p.107).

Dentre os assuntos mais procurados pelos espectadores estavam as guerras. Os combates que abalaram o mundo ainda no final do século XIX e através do século XX impulsionaram o fotojornalismo que em meio a denúncias de censuras de poderes ditatoriais enfrentou os *fronts* de batalha para abastecer agências de notícias, jornais e principalmente as revistas ilustradas. Nestas publicações, aliás, que dominaram o cenário da imprensa, ele se consolidava mundialmente. Entre as mais importantes é possível citar a *Vu* (1928) e a *Paris Match* (1949), na França, e a *Life*, que surgiu nos Estados Unidos em 1936. Todas fecharam as portas nas décadas de 1960 e 1970, mas marcaram a história (SOUSA, 2004).

A grande reportagem tomava conta das revistas: uma história era contada por várias imagens, privilegiava-se o trabalho do fotógrafo como “contador de histórias”. A imprensa investia nisso. E aqui entra também o Brasil. O fotojornalismo no Brasil, entendido como uma linguagem, começou também no final dos anos 40, mais precisamente com Jean Manzon na revista *O Cruzeiro*. Mais tarde se perpetuou em revistas como *Manchete*, nos anos 50, e *Realidade*, nos anos 60. Não à toa, esses anos são considerados a época de ouro do fotojornalismo brasileiro. A fotografia sobressaía e de alguma maneira o choque, o impacto ia se instaurando na imprensa. Construção de imagens que querem, além de mostrar o horror, fazer-nos dele participar (PERSICHETTI, 2006, p.183).

A fotografia alcançou os meios jornalísticos impressos por duas questões arrebatadoras: ter em sua essência o referente em si e por possuir em sua constituição a marca figurativa, essencial na disputa por consumidores imersos em uma sociedade imagética que se desenvolveu, sobretudo após a popularização da televisão, e mais recentemente pela Internet. O seu uso nas páginas de um jornal tem intuito de provar o acontecimento, ao mesmo tempo em que oferece ao leitor uma vitrine atrativa por força de seu aspecto visual. Não raro, é possível encontrar matérias cada vez menores e fotos cada vez mais ampliadas nos periódicos. Mas seu poder na página impressa não fica restrito a isso. Em tese, diante de uma fotografia publicada no jornal, o espectador pode também pensar no fato, novos desdobramentos e até mesmo inferir sua opinião, construída ou não pelas intenções geradas do próprio fotógrafo ou veículo. A imagem em movimento apresentada pelo telejornalismo perde nesta concorrência, e só nesta, porque não permite este aprofundamento. A sucessão de cenas atordoia.

Fotos podem ser mais memoráveis do que imagens em movimento porque são uma nítida fatia do tempo, e não do fluxo. A televisão é um fluxo de imagens pouco selecionadas, em que cada imagem concebe a precedente. Cada foto é um momento privilegiado, convertido em um objeto diminuto que as pessoas podem guardar e olhar outra vez (SONTAG, 2004, p.22).

Na imagem fotojornalística, estática por natureza, o espectador cria um ambiente privado de leitura, embora sua recorrência excessiva e a falta de um vínculo, “sequer metonímico” com o leitor, como classifica Barthes (1984, p.145), possa fazer com que sua apreensão seja sempre fugidia, ou seja, o esquecimento da cena é bem mais veloz do que aquelas que nos dizem respeito. “[...] generalizada, ela desrealiza completamente o mundo humano dos conflitos e dos desejos, sob o pretexto de ilustrá-lo”. (BARTHES, 1984, p.174) Esta concepção leva a um estágio atual do fotojornalismo onde a busca incessante pelo furo jornalístico que cria o que Arbex Júnior (2001, p.89) classifica como “amnésia permanente” resultante do excesso de novidades e a espetacularização das imagens são a principal causa da falta de sentido informativo e reflexivo, portanto contributivo, que deveria

ter junto ao espectador.

A história do fotojornalismo mostra, porém, que nem sempre esta foi a realidade. Uma trajetória que remete às variações de sentido adicionadas às fotografias de forma quase que objetiva por conta da inovação; da intenção do fotógrafo no momento da captura da imagem e; ao apoderamento e tratamento ideológico desta imagem no conjunto de dados de um veículo jornalístico.

O uso proposital de determinadas cenas nas reportagens pode ser justificado por Machado (1984, p.13) que diz, novamente, que as câmeras produzem simulacros, mais do que simples representações. Revestidas de objetividade apresentam sua “melhor” face.

[...] uma vez que a imagem processada tecnicamente se impõe como entidade “objetiva” e “transparente”, ela parece dispensar o receptor do esforço da decodificação e do deciframento, fazendo passar por “natural” e “universal” o que não passa de uma construção particular e convencional.

O seu conteúdo pode determinar, portanto, o que será transmitido em termos de mensagem e a isso é bom acrescentar que sobressai-se o pensamento positivista de que a imprensa não mente.

Mas assim como um desenho, a fotografia possui elementos constitutivos de ordem material, e a questão merece atenção quando a análise é expandida para os temas ou assuntos evocados, que perfazem a necessidade humana por informações a respeito do mundo. Segundo Camargo (1999) o processo técnico da fotografia resulta em uma significação mínima, mas o aumento dos significantes no quadro faz crescer o poder de fogo deste instrumento, bem como contribui também o uso do que o autor chama de elementos extrínsecos, como pontos de vista, recortes e enquadramentos. Ou seja, na ânsia de ser informado, muitas vezes o leitor não percebe que o conteúdo da imagem fotográfica está camuflado.

Neste ponto, a fotografia de militantes de um movimento social em situação semelhante a uma prisão, uma batida policial, coação, ou vestidos com capuzes, eleva a significação a outro patamar. Mesmo que estivessem ali para cumprir uma reivindicação, considerada por eles, justa, a ligação com a criminalidade é natural, contígua. Este sentido que desperta a imagem é resultado de quem a gera e da percepção de quem a vê e este mesmo ato pode resultar, com o tempo, em uma constância perigosa que fará enxergar determinados personagens da mesma maneira, ideologicamente marcados, e aqui por ação dos próprios

veículos, como aponta Machado (1984, p.12-13), independentemente das situações apresentadas. Uma luta de classes.

Numa sociedade de classes, os sistemas de representação que deveriam *explicitar* os fenômenos já estão eles próprios contaminados pela luta de classes e, por conseqüência, tornam-se sistemas necessariamente “deformadores”, isto é dotados de intencionalidade, enformados pela estratégia classista, atravessada pelo crivo de classe que os forjou e que, na maior parte das vezes, coincide com aquela que detém o poder político.

Exemplos clássicos desse apoderamento ideológico e manipulatório da fotografia no jornalismo são apontados por Sousa (2004, p.118). “[...] a fotografia “jornalística” da Segunda Guerra Mundial foi usada com intuítos manipulatórios, desinformativos, contra-informativos e propagandísticos”. O autor ainda leva em conta que os próprios fotógrafos, muitas vezes, se viam revestidos por uma causa.

[...] freqüentemente os fotógrafos Aliados de combate apresentaram uma imagem seletiva da guerra que glorificava a luta do bem contra o mal, identificando-se o fotógrafo com uma causa justa coletiva (“a união faz a força”) que o levava a auto-censurar-se a autoimpor-se um ponto de vista (SOUSA, 2004, p.120).

A ideologia que se apresenta via fotojornalismo se constitui quando ao espectador é imposto uma construção ideológica que por sua vez suaviza, como aponta Konder (2002), qualquer tipo de contradição e leva a este mesmo espectador a ideia de conformação e enquadramento com a realidade apresentada. A capacidade de debate e revolta se esvai ante uma enxurrada de cenas que apontam para um mesmo sentido, conferido e atestado pelos meios jornalísticos como sendo o correto. Ou até mesmo simplificadas demais. Serva (2001, p.83) acredita que “Através desse procedimento, noticiários confusos aparecerão simplificados para o leitor, reduzindo conseqüentemente sua capacidade real de compreensão da totalidade do significado da notícia.”

Na cena atual do fotojornalismo, em especial após o advento da Internet e a profusão de imagens à sua disposição, está o homem sujeito constantemente a ilusões ideológicas. “Os seres humanos que pertencem a sociedades profundamente divididas são levados a misturar e confundir o universal e o particular” (KONDER, 2002, p. 32). No controle disso, está quem possui o poder material, capaz de delimitar o poder espiritual. Pode-se falar aqui dos meios, das empresas que possuem suas propriedades, e que em aproximação ao que Konder aponta em “A questão da ideologia” (2002), quando traça o pensamento de Marx acerca da ideologia alemã, são os novos pensadores que possuem como objetivo central

apresentar às classes como comum o pensamento da classe dominante. Lage (2004, p.171) atualiza ainda mais este pensamento.

Vivemos uma época em que os centros frouxos que assumiram o poder mundial, em última instância, controlam tanto os discursos oficiais quanto os de contestação. Por um lado, as instituições mantêm sua prática do auto-elogio e desenvolvem raciocínios pelos quais sempre estão certas e são justas. Por outro, os descontentamentos são canalizados para questões existenciais, problemas que se situam fora da História ou campanhas em que preocupações legítimas servem de biombo para esconder o medo do conhecimento e o horror à ciência. Milhões e milhões de dólares têm sido aplicados no financiamento de pesquisas, na área das ciências humanas, com o objetivo não de descobrir algo verdadeiro e útil, mas de impedir que elas reflitam as tensões sociais geradas pelo desemprego, pela perda de conquistas sociais e pela concentração de poder e riqueza que caracterizam o processo de globalização.

Embora este trabalho não o tenha eleito como integrante principal da base teórica, neste momento é oportuno resvalar em uma das referências do pensamento da esquerda no século XX, Antônio Gramsci. O filósofo italiano entendia que a luta contra o inconformismo e a alienação das ações vigentes deveria ser uma constante. Em outras palavras, seria a fuga dos discursos e posições hegemônicos que buscam de forma incessante atenuar os reflexos perversos de qualquer ação totalitária, seja ela calcada no campo político ou econômico. Ou, como sustenta Chauí (1982, p.21), contra a imposição de uma visão em especial ideológica.

Neste contexto, é possível perceber qual o trabalho específico do discurso ideológico: realizar a lógica do poder fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidade das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições, longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, apareça como um conjunto de esferas identificadas umas às outras, harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas, condição para que um poder unitário exerça sobre a totalidade do social [...] Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência universal.

O que se abriu há pouco em termos de imposição ideológica nada mais é do que a manutenção de um *status* hegemônico, observável com relativa facilidade no conteúdo transmitido pela grande imprensa, que toma partido em uma luta de classes cada vez mais acentuada. Segundo Moraes (2009, p.78):

Nos *Cadernos do cárcere*, Antonio Gramsci (2000: 78) situa a imprensa (o principal meio de comunicação de sua época) como “a parte mais dinâmica” da superestrutura ideológica das classes dominantes. Caracteriza-a como “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica [...]”.

Embora não tenha se convencido de que o homem subjugado adere de forma irresoluta à dominação (KONDER, 2002), Gramsci (2001) entende que os iguais também podem provocar influências, mas espera que a própria história e organizações pedagógicas os levem a pensar com autonomia.

A teoria da hegemonia de Gramsci permite-nos meditar sobre o lugar crucial dos meios de comunicação na contemporaneidade, a partir de sua condição privilegiada de produtores e distribuidores de conteúdos. Os veículos atuam na sociedade civil como aparelhos privados de hegemonia (organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido restrito). São agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que almejam sedimentar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contraditar seus pressupostos. Assim sendo, situar a mídia como aparelho privado de hegemonia torna-se decisivo para avaliarmos, na exata medida, sua inserção no plano político-cultural, como caixas de ressonância de posições presentes nos embates sociais. (MORAES, 2009)

Sua certeza a cerca do papel preponderante dos jornais nesta questão era tanta, que no artigo “Os Jornais e os Operários”, Gramsci (1916) chega a recomendar o boicote às publicações informativas burguesas sob o pretexto de que:

[...] o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por idéias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora.

O quanto o fotojornalista, produtor da imagem, age de forma deliberada nesta ciranda ideológica? A princípio entende-se que ele pode, entre outras opções, também agir sem intenção, ou seja, apoiados e lesados pela tese falsa de que estão atuando de maneira correta ao assimilarem um pensamento hegemônico. Para Arbex Jr. (2002, p.191) talvez ajam assim também por conta de uma “[...] inércia preconceituosa e ignorância intelectual do que por uma vontade política consciente.”

Estes traços intencionais, tanto por parte do fotógrafo como do veículo, também remetem a funções específicas da atividade diante da notícia a ser registrada, além daquela basicamente informativa. Zanchetta (2002) diz que estas podem se constituir em aspectos conativos (funções simbólica, trópica, estética e metalingüística) e denotativos (funções de entretenimento, descritiva, narrativa e subjetiva). Destes, dois merecem considerações.

**Função simbólica:** trata-se da fotografia que consegue, por razões diversas, alcançar a síntese do fato narrado, aspirando a perpetuar-se para além do fato. É carregada de elementos ideológicos, com intenção de persuasão. Fica estabelecida uma das diferenças básicas entre uma foto com *função de entretenimento* e uma foto *simbólica*. Esta última condensa uma intensidade de significações sociais que a outra não dispõe. A *função simbólica* também se destaca da *função subjetiva* por tais significações. Enquanto esta última leva o leitor a um sentido mais próximo do episódio reportado, a função simbólica aspira à universalização, a um conteúdo social para além daquele que está sendo narrado. [...]

**Função trópica:** esta função é na verdade um tipo de manifestação da *função simbólica*, destacada em razão da sua grande recorrência no jornalismo contemporâneo. Neste caso, tem-se uma construção figurativa, metafórica, metonímica, irônica, caricatural, entre outras, que remete a uma interpretação de alguém ou de alguma coisa [...] (ZANCHETTA, 2002, p.204-205).

As classificações de Sousa (2004) quanto às funções do fotojornalismo coincidem com as citadas, mas ele ressalta que sobre o ofício recaem também forças que contribuem para sua evolução em diferentes maneiras. Uma delas torna-se relevante porque conduz a uma explicação da atual realidade do fotojornalismo. Trata-se do que o autor considera ser uma hibridez de ações culturais, históricas e sociais.

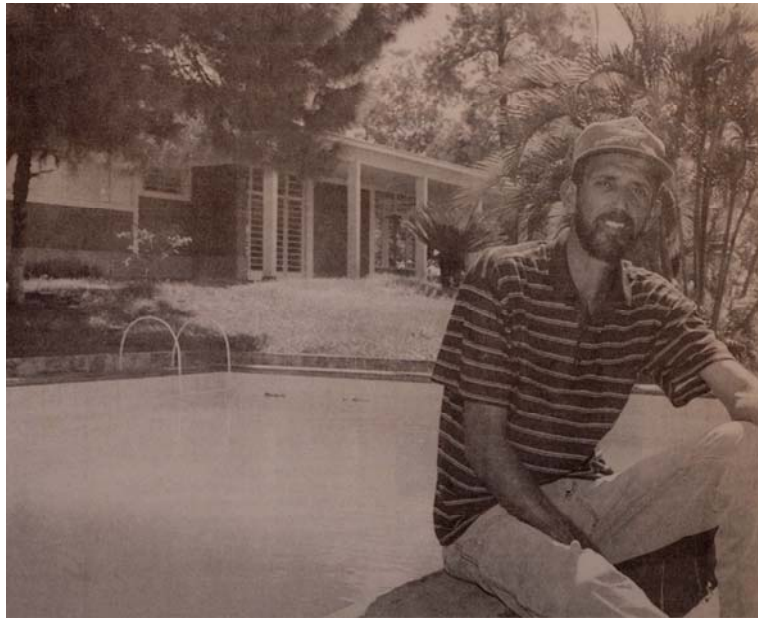
A ação cultural vê o fotojornalismo como um produto da cultura, apesar das intenções individuais, dos constrangimentos e necessidades organizacionais e da influência do meio social extra-organizacional. Assim, ao longo da história, as mudanças sócio-culturais no meio, a evolução cultural do público e as alterações na cultura em geral e na cultura profissional, a priori, influenciam o fotojornalismo (SOUSA, 2004, p.226-227).

Quando Sousa (2004) refere-se a mudanças culturais em geral, inclusive do público, abre-se um gancho importante para uma afirmação fundamental no encaminhamento deste trabalho e que remete ao posicionamento histórico atual do fotojornalismo. Persichetti (2006, p.184) entende que nesta fase, a partir dos anos de 1990, o fotojornalismo entra em declínio no que se refere às suas concepções mais clássicas: a informação e a reflexão da realidade.

Ele deixa de ser engajado, jornalístico, e assume uma estética publicitária ou cinematográfica, que faz parte dos anos 1990 e do início do novo século. A fotografia de imprensa retorna ao seu lugar de meramente ilustrativa. Não é mais o impacto da imagem ou o horror que interessam, mas luzes e sombras, a dramaticidade construída por uma estética vazia.

Persichetti (2006, p.185) não demora então a motivar esta situação à estética do espetáculo de Guy Debord (1997). As construções das imagens que se propunham ser fotojornalísticas passam agora, portanto, a privilegiar atores ou grupos extremamente

personalizados da sociedade midiaticizada, construções estereotipadas que prestam tanto para divertir ou dimensionar um fato quanto para eliminar intenções a partir da ridicularização ou do constrangimento. Aproveitando um dos objetos de estudo desta pesquisa é possível exemplificar a ação da imprensa e do fotojornalismo neste cenário. O MST teve ao longo de sua trajetória o realce pela imprensa de várias personalidades, que se tornaram objetos de culto tal a exposição, inclusive muitas vezes premeditada. José Rainha Junior, liderança do movimento no Pontal do Paranapanema, apareceu nestas condições ainda em 1995 numa reportagem do jornal Folha de S. Paulo, do dia 10 de abril, quando a questão agrária era vista pelo veículo uma válvula de desenvolvimento importante para o campo.



**Figura 04** – José Rainha posa na piscina da fazenda São Bento  
 Fotografia: Paulo Miguel/ Folha Imagem  
 Fonte: Folha de S. Paulo – 10/04/1995

José Rainha Junior teve o privilégio de ser tema de uma reportagem de página inteira no jornal, intitulada “Líder sem-terra quer fazer o maior assentamento do país”, redigida pelo jornalista Ulisses de Souza. A sua foto, porém, é significativa porque não está relacionada a nenhuma ação específica de conflito ou resistência. Pelo contrário, nota-se uma pose, feita a pedido da própria reportagem como atesta a legenda: “José Rainha posa na piscina da fazenda São Bento, onde terá escritório de assentados”. Uma celebridade *a la* revista Caras que se construiu na visão do jornal a partir da luta justa pela terra.

Mas em quê medida esta imagem acrescenta de informação? Meramente

ilustrativa ela apenas conduz o espectador a recriar no seu imaginário um herói, típico da sociedade do espetáculo de Guy Debord. Interessante notar que o próprio movimento começou a desconfiar desta exposição, tanto que no dia 18 de outubro de 1995, a mesma Folha de S. Paulo apresentou reportagem com o título: “Atuação de Rainha já preocupa o MST”. No texto, a preocupação do movimento era com um possível culto à personalidade. Como é clássico também na duração instantânea de heróis no espetáculo, não tardou para Rainha ser alvo de críticas por parte da imprensa, especialmente a partir do ano de 2002 quando sua representatividade junto ao MST estava relegada a liderança regional e mais especificamente depois quando foi desautorizado de falar em nome do movimento. Persichetti (2006, p.188) afirma: “[...] as coisas reinam sozinhas enquanto são jovens e acabam se desgastando e se recriando também sozinhas. [...] As imagens divulgadas pela mídia não são apenas representações, mas também promessas.” Rainha ainda é membro do MST e em 2007 deixou o Pontal do Paranapanema para atuar efetivamente na socialização de grupos de sem-terra na região de Araçatuba, também no estado de São Paulo. Nacionalmente, desapareceu, foi engolido pelo que Silva (2007) chama de hiperespetáculo.

Por outro lado, ao desconstruir a imagem anteriormente construída, os veículos dão notas de que tais processos não ocorrem somente por imposição de uma sociedade espetacularizada ou hiperespetacularizada. Sua intencionalidade é plena. “Jean Baudrillard dirá que o desaparecimento das fronteiras entre ficção e realidade atribuiu à mídia não apenas a capacidade de criar fatos, como também de criar a “opinião pública” sobre os fatos que ela mesmo gerou” (ARBEX JÚNIOR, 2001, p.54). Ao que Moretzsohn (2002, p.88) acrescenta: “O estudo da maneira pela qual os grandes jornais do país editam o noticiário indica, porém, que essa “ilustração” não é nem um pouco inocente. E mostra, igualmente, que todos eles utilizam os mesmos recursos para produzir efeitos como a ironia, o duplo sentido ou a sedimentação de consensos.”

Ao entrar no século XXI tem-se então um desafio no desenrolar de uma crise. É o fotojornalismo que deixou de cumprir sua obrigação informativa, interventora de uma sociedade na busca de reflexões, para ser cada vez mais apoteótico ao ser encurralado pela pouca independência, direcionamento do ato fotográfico e pela sujeição a uma realidade, que por ser superficial lhe escorrega por entre os dedos.

A questão é que o fotojornalismo tem acima de tudo uma função social ética. “[...] importa ao fotojornalismo encontrar novos usos sociais e novas funções, que reconheçam o que, com o tempo, se tornou evidente: a dimensão ficcional e construtora social

da realidade que a intervenção fotográfica aporta.” (SOUSA, 2004, p.222) Uma idéia que relembra o incômodo que muitos profissionais tiveram na imprensa entre os séculos XIX e XX, responsável pela posterior aceitação da fotografia como descortinadora de momentos históricos, e que representa uma reivindicação dos fotógrafos em relação à subjetividade de seu trabalho: a denúncia social, a apresentação de classes que ora sofriam com políticas públicas ineficientes, ora por problemas econômicos ou naturais.

Diversos fotógrafos deste período se especializaram no tema e o levaram às páginas de jornais e revistas para serem debatidos. Menos impactantes que as fotografias de guerra, as imagens denominadas por Sousa (2004) de “compromisso social” podem ser consideradas as primeiras manifestações de um braço importante do fotojornalismo: o fotodocumentarismo. Sua relevância foi justamente colocar as classes sociais em evidência.

Suas origens podem estar ligadas a produções fotográficas oriundas de viagens, levantamentos etnográficos patrocinados pelo governo ou pela iniciativa privada. São referência desta fase, segundo Sousa (2004), nomes como Jacob Riis, que tinha a miséria como alvo. Na opinião de Borges (2005, p.67) as imagens de Riis “[...] traziam à tona o tema da sociedade de massa, dos trabalhadores imigrantes, dos desempregados, mendigos, em suma, do universo social [...]”. Da mesma maneira, Eugene Atget, August Sander, John Thomson e Lewis Hine fotografavam aquilo que ninguém dava atenção, quadros sociais, imigrantes, crianças obrigadas a realizar trabalhos degradantes em fábricas, destituídos de qualquer dignidade que tentavam ao custo de sofrimento reconstruir suas vidas após guerras e quebras da economia. Havia ali, uma pretensa intenção em modificar uma realidade, o que não seja talvez uma prerrogativa dos documentaristas atuais.

Com efeito, hoje os fotógrafos documentais estão provavelmente mais interessados em conhecer e compreender do que em mudar o mundo. Assim, o fotodocumentarismo atual, sem abandonar, por vezes, a ação consciente no meio social, o ponto de vista ou o realismo fotográfico (que, em alguns casos, estamos em crer, é a melhor opção), promove diferentes linhas de atuação, leituras diferenciadas do real, enquanto a grande tradição humanista do documentarismo tende menos para a polissemia no que toca a processos de geração de sentido (SOUSA, 2004, p.173-174).

Nem por isso, porém, abandonaram estes novos documentaristas as tradições humanistas. Sebastião Salgado é um dos brasileiros que conseguiu, a partir de sua obra documental, levar a luta de uma classe para a imprensa. A relação dele com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é singular a partir do momento em que ele

próprio não se considera parte do contexto, mas sim um motivador de debates.

Sebastião Salgado (1944-) é um *autor* humanista, na linha da boa consciência de Eugene Smith e dos fotógrafos do compromisso social, sobretudo de Hine. E é também um dos nomes mais marcantes e conhecidos da fotografia documental na atualidade, pois, pela forma como aborda os fenômenos sociais, as transformações históricas ou simplesmente a vida cotidiana, obriga o observador a olhar para as suas imagens. A receita de Salgado ainda combina a intenção testemunhal e a perfeição técnica com o integral respeito pelo tema fotografado (SOUSA, 2004, p.189).

Em 1997, Salgado publicou o livro “Terra”, já citado anteriormente, sobre a realidade dos acampados e assentados por todo Brasil. Com prefácio de José Saramago, a obra mereceu ainda a composição de quatro músicas do compositor Chico Buarque em um CD anexo. Sotilli (1999, p.34) ressalta a preocupação humanista do fotógrafo.

Na medida em que ele fotografa o movimento de dentro, está compartilhando seus valores e participando da luta de resistência destas populações. Entretanto, Salgado não se prende a enxergar este mundo globalizado pela circulação de objetos, de mercadorias e de valores, mas pela circulação de homens, mulheres e crianças de um canto para o outro.

Junto com a obra, foi realizada uma exposição itinerante no Brasil denominada “Terra” e em países da Europa, que provocou a imediata repercussão na imprensa. Desta forma, é bom acrescentar que ao fazer suas imagens saírem do campo para os meios, Salgado instaura a necessidade de debater o assunto. E apesar dessas cenas estarem retratadas muitas vezes em obras literárias, é nas páginas de jornais que podem contribuir com a abertura, divulgação e consciência de um problema retratado.

A presença dessas imagens documentais na imprensa, e aqui está o motivo da recorrência ao assunto, também leva a outra consideração particular a respeito do fotojornalismo: sua capacidade de apresentar, formar ou descaracterizar agentes políticos. Embora não fosse o primeiro ideal dos fotógrafos que trabalharam no sentido de expor as mazelas ou o simples cotidiano da sociedade, ao relevarem o sujeito na fotografia acabaram por inseri-lo num contexto próprio. Isto toma novas dimensões, maiores ainda, quando este próprio sujeito vai parar nas páginas de um jornal. “O que determina a possibilidade de ser moralmente afetado por fotos é a existência de uma consciência política apropriada.” (SONTAG, 2004, p.29) Dois resultados podem ser aferidos e não são excludentes ou sucessores: ora estes sujeitos ajudam a levantar questões importantes, ora suas imagens são usadas para corroborar intenções.

Freund (1995) no que diz respeito ao uso da fotografia enquanto instrumento político nos jornais entende que elas podem gerar construções diversas de personalidades ou até mesmo para maquiar determinadas situações. Ela própria (1995, p.201) relata no livro “Fotografia e Sociedade” exemplos em que teve material fotográfico distorcido ao ser apresentado. Cita também outros casos e são de fato muitos. “Dirigindo-se à sensibilidade, a fotografia é dotada de uma força de persuasão que aqueles que dela se servem como meio de manipulação exploram conscientemente.” Efeito da força de veracidade que lhe é inerente, mas sobretudo por despertar tantos sentimentos e libertar o imaginário do espectador.

O artigo “Imagens Como Campo de Tensão: usos e estratégias das imagens midiáticas pós-11 de setembro”, de Alberto Klein (2008), é decisivo também ao mostrar as tensões afloradas com mais intensidade após os atentados ao *World Trade Center*, em setembro de 2001, a partir da análise de fotografias jornalísticas.

A imagem, por si só signo do duplo, no campo do jornalismo passa a encampar mais claramente as tensões onde o oriente islâmico se configura e se cristaliza como imagem invertida do Ocidente. No plano do conteúdo, o fotojornalismo vem reforçando contradições entre pares opostos, reiterando estereótipos, às vezes, e outras proporcionando leituras novas sobre signos do Oriente Islâmico (KLEIN, 2008).

As considerações de Klein (2008) remetem ainda a um importante estudo publicado em 1978 sob o título “Orientalismo”, onde Edward Said institui uma crítica proeminente a respeito das falsas premissas a que é relegado o mundo árabe, por força da cultura ocidental e inclusive de próprios pensadores árabes, mas estes inseridos e envolvidos no pensamento ocidentalizado. Tal força dessas premissas é sustentada pelas reedições da obra, onde o autor reforça a presença cada vez mais forte da ilusão ideológica imposta.

Nos filmes e na televisão, o árabe é associado com a libidinagem ou a desonestidade sanguinária. Ele aparece como um degenerado excessivamente sexuado, capaz de intrigas inteligentemente tortuosas, é verdade, mas especialmente sádicas, traiçoeiras, baixas. Traficante de escravos, cameleiro, cambista, um patife pitoresco: esses são alguns dos papéis tradicionais dos árabes no cinema. [...] Nos documentários e nos noticiários, o árabe é sempre mostrado em grandes números. Nada de individualidade, nem de características ou experiências pessoais. A maioria das imagens representa fúria e desgraça de massas, ou gestos irracionais (por isso, irremediavelmente excêntricos) (SAID, 2007, p.383).

Transpassado o terreno da concepção, a falsa ideia orientalista apontada por Said (2007, p.16) chega aos meios de comunicação que vezes mais “alimentam as

fábulas” criadas e conseguem adesão de seus espectadores pela força de credibilidade que lhe é coroada. Embora os autores, em especial Klein (2008), fechem questão no plano do simbólico, é também esta uma questão política e, sobretudo, de posicionamento político e imposição ideológica e que pode ocorrer também por parte de quem quer ser visto por determinado ângulo.

Ainda neste caminho, mas já reduzindo o foco sobre um dos objetos de estudo deste trabalho, o MST, é oportuno recorrer à dissertação produzida por Rogério Sotilli (1999) que trata da fotografia como instrumento de construção da imagem política do movimento. Em uma análise de imagens fotojornalísticas publicadas no jornal “O Estado de S. Paulo” e “Jornal Sem Terra”, o autor verifica como o “Movimento constrói suas táticas e discute aquela de maior destaque, que consiste em colocar os sem-terra sempre em movimento: transformando cada ação em problema político para o governo [...]” ao mesmo tempo em que se institui como um ator político (SOTILLI, 1999, p.3). De fato, como se verá no próximo capítulo, o MST teve na imprensa um de seus mais importantes meios de expor a contradição que vivia o homem do campo e de colocar em pauta a luta pela terra. Uma ação orquestrada por força de sua essência territorial que teve como um de seus reflexos a sua inserção na discussão de uma sociedade mais justa. “A imagem, com a mediação do fotógrafo, ajuda a criar uma identidade política e social entre os sem-terra, quando vai divulgando experiências, jeitos e gestos” (SOTILLI, 1999, p.176). Mas ela também gerou distorções, causadas pela própria ação do movimento na disputa por espaços jornalísticos ou sendo este uma vítima da espetacularização ou do discurso corrente.

#### **4 MST E IMPRENSA: TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO**

A imagem do MST na mídia, aqui entendida em sua forma secundária a partir dos meios de comunicação de massa como bem alerta Klein (2006) ao ressaltar que o termo também diz respeito às mediações humanas em diferentes graus, pode ser encarada como contraditória. Se no início de seus trabalhos de reivindicação por uma sociedade mais justa, o movimento teve um respaldo positivo, outras tantas vezes tomou espaço na imprensa apenas pelos reflexos ou origens da maneira como a luta pela terra se constituía. Em especial tomam-se como foco de estudo aqui as cenas de conflito e formas de resistência.

Bourdieu (1997, p.29) diz que as classes sociais “[...] não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação”. E quando se atravessa o terreno da impressão subjetiva para a objetiva, do implícito para o explícito, configura-se a legitimação. Logo quando da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em 1984, uma espécie de pacto com a mídia foi selado. Comprovam isso as extensas coberturas da imprensa das ações impetradas no meio rural, por se tratar de uma época de redemocratização, e massas reunidas em torno de um ideal. (BERTOL, 2003) Cada vez mais jornais e emissoras de televisão impunham no rol dos seus personagens um movimento de trabalhadores que poderia gerar a sua matéria-prima principal: a notícia. O tema contribuiria ainda nos anos 90, conforme explica Abreu (2002), com a principal característica da modernização da imprensa na época: a do jornalismo que deveria servir aos interesses do cidadão, incluindo aí a defesa dos excluídos e o debate de questões ainda não bem resolvidas. Tanto é que “[...] quando os jornais noticiam ações do MST desde o Pará ao Rio Grande do Sul, estão mostrando realidades construídas pelos sem-terra, que chamam a atenção da sociedade por essa questão secular” (FERNANDES, 2000, p.19).

Claro que não é só isso, como define bem Souza (2005, p.62) ao resumir a presença midiática do movimento.

[...] o MST, a partir da década de 1990, ganhou espaço na imprensa, fazendo com que a questão agrária ganhasse mais visibilidade nos centros urbanos. Isso se deveu, sobretudo, quando definiu suas formas de luta por meio das ocupações de terra, marchas, greves de fome, interdição de rodovias, ocupação de bancos e do Incra. Isso o levou a ocupar as páginas dos principais jornais do país.

Havia uma certeza do próprio movimento de que nem sempre a própria luta pela terra ou a constituição da reforma agrária são pautas dos jornais. “Se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-las podem vir a ser” (SOUZA, 2005, p.97).

Entende-se, portanto, que a projeção do personagem “MST” foi ponto necessário já na própria gênese de sua trajetória. Ou, em outras palavras, as formas de agir garantem atenção das autoridades, mas não só delas, uma vez que a opinião pública precisa também conhecer o porquê desta luta.

A produção de sentidos na notícia dos fatos acontece a partir de um jogo de influências e de impressões dos jornalistas, dos leitores e da linha editorial-política dominante no jornal. Entretanto, há eventos políticos feitos para se imporem como notícia. E, nesse caso, a imprensa acaba sendo um veículo usado por determinados grupos para ter visibilidade. O MST adotou esta estratégia [...] (SOUZA, 2005, p.131).

Mas não é só isso. Apesar de acertar em seu entendimento, o que Souza (2005) não leva em consideração, e ao ver desta pesquisa é fundamental para o entender as razões que culminaram no processo de visibilidade midiática do MST, é a própria essência do movimento, que não se entende apenas como social, mas socioterritorial.

Como em qualquer área da sociedade, a imprensa também possui seus territórios que precisam ser conquistados. Restringe-se aqui, por força do foco, o termo imprensa, que designa entre outras asserções o conjunto de publicações jornalísticas, ignorando de imediato as produções audiovisuais que podem e merecem atenção exclusiva em outra oportunidade. Tal processo tem origem ainda no século XV, logo após o advento da máquina de prensar, idealizada pelo alemão Johannes Gutenberg, em 1440, e que em escala inimaginária até então representou o estopim para uma revolução cultural. “Livros, jornais e revistas transformaram a civilização, moldaram a esfera pública moderna e modificaram a cultura” (SOUSA, 2006, p.80). Ações e pensamentos da humanidade agora eram definitivamente documentados, revoluções como a Francesa, Inglesa e Americana apoiavam-se em textos escritos e não tardou para que tal processo representasse ao público em geral o grande meio de conhecimento e reconhecimento da realidade. Para Sousa (2006), importante afirmar ainda, foi pela imprensa que o espaço público moderno se consolidou, sendo agora jornais e revistas os grandes mediadores de ideias e debates que anteriormente se desenvolviam em locais públicos.

Mas, embora antes também espaço público, não tardou para a imprensa se transformar num grande negócio, em especial no final do século XIX, onde ganhou contornos

massivos e seu poder, antes detido pelo Estado e Igreja (LAGE, 2004), passasse para mãos burguesas. Um ponto de vista, então, a se considerar: ela virou banca de mercadorias, onde seu principal produto era a notícia. Tal fato destruiu a sua concepção inicial e promoveu a “[...] desagregação, desintegração e feudalização do espaço público.” (SOUSA, 2006, p.82) Ao mesmo tempo, a dependência pública agora tomava outros contornos: de mero local de debates, a imprensa tornou-se ponto de referência sobre o acontecia no mundo e tomava consciência deste poder. Porque este mundo crescia cada vez mais e tornava-se indispensável o seu reconhecimento. Pena (2005) chega a falar que a origem do sucesso do jornalismo está no medo. Talvez até seja essa, de fato, a constituinte de sua natureza: o receio de estar desinformado. Contribuíram para esta arrancada ainda a alfabetização, o desenvolvimento tecnológico de métodos de impressão, a publicidade financiadora de produtos, unificação de línguas nacionais e em especial o surgimento de empresas jornalísticas capitalistas, preocupadas em vender o produto e que se desenvolviam cada vez mais para este fim. Frutos da Revolução Industrial, que transpassaram os anos do século XIX e XX até o século XXI, grandes grupos midiáticos habitam o panorama jornalístico e investem cada vez mais em novos produtos, novos espaços privados, ocupados especialmente por notícias e vendidos à exaustão em forma de anúncios publicitários.

Por seu caráter essencial, a estes espaços, este estudo denomina-os de “interesse humano”, assim como definiu primariamente McLuhan (1964, p.231). “[...] é a exposição comunitária diária de múltiplos itens em justaposição que confere ao jornal a sua complexa dimensão de interesse humano.” Ele mesmo ainda consideraria, em uma afirmação bem atual, que a informação é bem desejado e disputado, o “[...] bem de consumo mais importante [...]”, e que a própria imprensa atingiu, já em meados do século XX, uma aura de honestidade tal que seria comparada até a um grande dicionário, especializado em explicar o mundo. (MCLUHAN, 1964) No homem moderno reside o anseio de estar informado.

O jornal – a informação jornalística em geral, em impressos, no rádio, na televisão ou na Internet – é atualmente produto de primeira necessidade, sem o qual o homem moderno não consegue gerir sua vida produtiva, programar seu lazer, orientar-se no mundo e, finalmente, formular suas opiniões. (LAGE, 2004, p.175)

Por essa intensa e necessária procura por parte dos homens, veículos jornalísticos são negócios bem sucedidos e funcionam como tal: seus produtos são vendidos a quem queira e necessite adquiri-los. O espaço jornalístico é, então, um território material da imprensa porque concomitantemente constitui-se como local privado, de propriedade

definida, mas que está investido de conflitos e disputas. As páginas de um jornal impresso constituem-se num mosaico a ser aproveitado por todo aquele ou tudo aquilo que deseja ou precisa ser visível midiaticamente, seja em forma de notícia ou constituído de uma ação publicitária. Recorrendo a Fernandes (2008), não é mero espaço de governança, mas sim *soberano* a ponto de definir suas preferências e *conflituoso* por ser disputado e ter esta própria soberania ameaçada constantemente porque necessita abrir concessões em nome de sua pluralidade. Pensar assim é assumir e reconhecer a multiescalaridade e a multidimensionalidade, inerentes a todo território.

A opinião pública é um território imaterial da imprensa, não porque seja de sua propriedade direta, mas sim gerado em momentos distintos por ela, justamente pela sua força agregadora e dependente apresentada anteriormente. De um lado, os meios jornalísticos fornecem a seus públicos a possibilidade de acesso a informações e satisfazem o desejo que decorre do sentimento de ser livre e coexistir no mundo. De outro, porém, são capazes de alimentar concepções que interessam àqueles que nutrem suas máquinas no campo econômico e político. Entende-se que a opinião pública não é de fato conduzida ou criada somente pela imprensa, mas encontra nestes veículos instrumentos desencadeadores de idéias e formulações que podem moldá-la, como atesta Melo (1971). Advém aí uma relação de poder. Ela é imaterial porque está calcada no conhecimento e por mais que seja decorrente de um território material, interfere também na criação deste.

Esta característica instrumental, por si só, já é razão para acreditar em um poder influenciador que interessa tanto a movimentos quanto a políticos e empresários. Em sua acepção rasa, o termo opinião pública nada mais é do que valor decorrente de um juízo formulado a partir de fatores como a família, a participação em sociedade e a educação. (MELO, 1971) Até aí, nada que desabone esta afirmação, mas é oportuno entender que a concretização desta formulação implica existir à disposição daquele ou daqueles onde ela será gerada, as condições mínimas de observar diretamente o entorno com liberdade. A isso, está incluído, o acesso a informações de qualquer espécie.

Entende-se como ponto de partida para a formação de uma opinião pública consistente o momento em que os meios de comunicação encontraram caminho aberto e irrestrito a um público muito maior. Daí que é possível entender que os termos “opinião pública” e “imprensa” possuem forte ligação porque em sua raiz se complementam. A uma pessoa admite-se a possibilidade de pensar livremente se possuir ela a condição irrestrita de receber informações a respeito de tudo que acontece ao seu redor. Melo (1971) ressalta a

capacidade das pessoas de exercerem a opinião autoconsciente, ou seja, um resultado imediato da liberdade de expressão e do livre pensamento. Desta maneira, o mesmo autor entende que o termo opinião pública só se concretiza historicamente a partir do momento que a imprensa se liberta das amarras do Estado e da Igreja para assim agir livremente no trato da informação.

Somente a partir dessas circunstâncias, visualizamos o desencadeamento das opiniões autoconscientes, formuladas com base na liberdade de expressão e pensamento, que possibilita a todos os indivíduos de uma comunidade o acesso potencial às informações da atualidade circundante. (MELO, 1971, p.53)

Não se afirma aqui que a opinião pública é somente resultado do que os meios jornalísticos transmitem, mas entende-se serem eles instrumentos importantes neste processo, uma vez que são vistos, embora não o sejam na maior parte dos casos, como de domínio público. Santos (*apud* SOUSA, 2006, p.81) esclarece:

“[...] a formação moderna da opinião pública ao longo do iluminismo ocorre inicialmente em espaços íntimos de discussão de idéias, com apresentação em primeira mão das obras, para medir as reacções, transferindo-se, depois, para os debates mediatizados pelos meios impressos, por colaboração de uma intelectualidade crítica nascente. [...] Em tal espaço público burguês utilizam-se instrumentos, como a imprensa de opinião e as diferentes formas de representação política, que confluem na formação da opinião pública [...]

Ora, o público é constituído quando os indivíduos estão reunidos para comentar algo a que tiveram conhecimento. E daí não importa se isto acontece no seio familiar ou num estabelecimento cultural. Importa mais, inclusive, se há entre eles ou não um líder, uma pessoa com força suficiente para influenciar outras, um intermediário entre meios e alvos, lembrando aqui, inclusive as Teorias do *Two-Step* e do *Multi-Step*<sup>28</sup>, focados na capacidade persuasiva de líderes de opinião. (SOUSA, 2006) E caso se percorra ainda o caminho das teorias da comunicação, inúmeros outros estudos (*Agenda-Setting*<sup>29</sup> e Teoria da

---

<sup>28</sup> Teorias formuladas por Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet. Pela teoria da *Two Step*, há sempre uma mediação entre o público geral e os meios e na maioria das vezes esta é feita pelos líderes de opinião. Na teoria *Multi-Step*, os líderes ainda fazem a mediação, mas são originariamente influenciados por outros líderes de opinião.

<sup>29</sup> Formulada por McCombs e Shaw, a *Agenda-Setting* entende que os meios têm a capacidade de agendar o debate público a partir daquilo que transmitem.

Dependência<sup>30</sup>) se constituem como base para reforçar a presença efetiva e incisiva dos meios na sociedade.

E embora alguns autores como Medina (1988; 2004) e Lage (2004) sejam mais otimistas quanto à liberdade do homem diante da profusão de informações em seu cotidiano e o impacto do jornalismo em suas vidas, há de se considerar que o resultante disso, a opinião formada ou formadora, se constitui ainda no desejo mais exato de grupos organizados, que tentam usar espaços jornalísticos a seu favor. Silva (2000) fecha estas considerações ao supor o pensamento destes grupos: “Ante a opinião pública, em qualquer época, não há real liberdade de expressão. Todo argumento é inútil.”

Ao território material, gerado pelo espaço físico das páginas de um jornal, incide a opinião pública como um território imaterial, ou seja, todas as relações sociais de poder e políticas, além do conhecimento, que irão influir de maneira significativa e constitutiva no primeiro, de modo que isso leva ao entendimento de que não são excludentes. Pelo contrário, dependem de si próprios. Daí a afirmar que nos jornais, as páginas viram locais de luta por espacialização pelo MST porque é ali que ele traz a público sua intenção, que é a conquista da terra. Assim como é o acampamento também. O espaço jornalístico é uma extensão do acampamento neste sentido. Ao mesmo tempo tenta se territorializar mais ainda na busca pela opinião pública que poderá lhe garantir abrigo diante da sociedade. E antes de retomar as variações de aproximação com o público pela imprensa, vale ressaltar que o MST sabe que a territorialização da imprensa não acontece sem disputas, ou seja, sem que haja territórios a conquistar e principalmente que haja riscos de perder o que já foi conquistado.

Ao ter voz nos veículos jornalísticos, o movimento aproveita para transmitir a luta pela justiça e pela vida e o ideário camponês de posse da terra para existência, onde coexistem outros de seus pares em busca da sustentabilidade, produção agroecológica e manutenção de aspectos culturais. O agronegócio, aqui caracterizado por modelos expansionistas com base na monocultura, trabalho assalariado e que visa a produção de mercadorias para a venda (FERNANDES, 2008), age neste campo ao demonstrar sua marca desenvolvimentista e também busca seus espaços jornalísticos e uma aproximação do público ao mesmo tempo em que oferece um modo diferente de encarar o mundo. Notícias e

---

<sup>30</sup> Sandra Ball-Rokeach e Melvin DeFleur definem que público enxerga nos meios a sua principal fonte de informação para manter um nível satisfatório de relacionamento.

reportagens especiais na grande imprensa, e reproduzidas à exaustão na pequena por conta das agências noticiosas, muitas vezes dão conta da expansão, quase sempre positiva, de fronteiras agrícolas com fins de produção, garantindo assim recursos e uma vida “independente” a prestadores de serviço ou terceirizados. É a marca do desenvolvimento a serviço do homem, que no mundo globalizado não pode ficar estático, mas quer ser também livre e para isso se submete à construção desenfreada de riquezas. Tal modo de agir leva a um pensar exclusivamente capitalista e em consonância com os valores imateriais da contemporaneidade. Gorz (2005, p. 25) ao caracterizar o termo “imaterial” aponta essas aproximações. “Ao menos essa é a visão neoliberal do futuro do trabalho: abolição do regime salarial, auto-emprego generalizado, subsunção de toda pessoa, de toda vida pelo capital, com o qual cada um se identificará.” Neste sentido, é importante reconhecer que o agronegócio também disputa os mesmos territórios jornalísticos, mas com a vantagem de estar bem mais próximo com aquilo que deseja e satisfaz o homem moderno. Formadores de opinião que coabitam as páginas da imprensa também se esforçam em ressaltar tal situação e acabam por mobilizar seus seguidores. Esta relação entre movimentos socioterritoriais e agronegócio poderá ser ampliada futuramente a partir de novos estudos, inclusive quantitativos e comparativos, que permitam perceber a alternância ou a primazia de ocupação da imprensa por este ou aquele ator.

Por hora, como dito no início deste capítulo, o olhar sobre presença midiática do MST revela momentos diferentes. Ao mesmo tempo em que teve o trunfo da territorialização, como diz Raffestin (1993), no espaço jornalístico, o próprio movimento foi desterritorializado naquilo que mais era importante, a imaterialidade da opinião pública.

Alguns episódios envolvendo o MST contribuíram para uma maior aproximação com a opinião pública no sentido favorável. Os confrontos de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, e a grande marcha organizada, entre fevereiro e abril de 1997, em protesto ao massacre de Carajás até Brasília (DF) fixaram o MST em âmbitos nacional e internacional na agenda da opinião pública. A caminhada inclusive, “colocou na agenda nacional a questão da Reforma Agrária, que em função do modelo de desenvolvimento econômico adotado, e denunciado pelos movimentos organizados, até então não era tratada de forma adequada” (SOUZA, 2005, p.84). E era simples esta aproximação com a mídia, uma vez que ou a situação era de extrema coação como nos massacres e confrontos contra a força pública organizada ou era praticamente impossível não se fazer notar ao ocupar espaços públicos importantes como é a capital

federal. É digno de nota também que a aproximação da população se deu inclusive quando o movimento saiu do plano jornalístico para o entretenimento quando da exibição da novela “O Rei do Gado”, pela Rede Globo (1996-1997).

Até mesmo no campo da fotografia humanista, o MST ganhou espaço. A invasão da Fazenda Giacometti, em 1996, no Paraná, considerada até hoje pelo movimento como a mais bem-sucedida<sup>31</sup>, foi acompanhada de perto pelo já renomado fotógrafo Sebastião Salgado. Um ano mais tarde, o drama dos sem-terra em Carajás também seria alvo de suas câmeras e todo este material traduzido depois no livro “Terra”, já citado anteriormente, que alcançando destaque nacional e internacional levou a todos a imagem do conflito que se arrastava no meio rural brasileiro. Ganhava o MST com tais cenas porque como aponta Sousa (2004), a intenção de fotógrafos humanistas sempre foi apresentar “[...] um enquadramento contextualizador no processo de produção de sentidos, como é notório nos fotógrafos de “compromisso social”, que tinham intenção denunciante e reformadora [...]”.

São exemplos, no entanto, que aparecem com mais evidência até pouco mais da primeira metade da história do movimento que completou 25 anos em 2009. Logo, a mesma imagem seria arranhada em diversos momentos, alguns de forma deliberada pela imprensa, que ora agia de forma intencional, ora apenas sustentava a linha de pensamento vigente no momento (SOUZA, 2005, p.62).

“[...] a face mais visível do MST nos jornais foi a do conflito. Uma vez definida e estruturada enquanto representação negativa, o seu poder de fogo e de negociação foi anulado. O conflito evidenciado nas ocupações de terra levou à construção e sedimentação de um discurso que isolou o Movimento de sua principal reivindicação: a luta pela reforma agrária e por uma distribuição mais justa de renda no país.

É referência o exemplo do próprio líder do MST, João Pedro Stédile, caracterizado como o demônio em fotografia na capa da revista *Veja*, em junho de 1998<sup>32</sup>. O fato é que os meios, alimentados vezes mais pela própria atitude do MST, agora mais politizado, se afastam deste a partir da redemocratização e dão enfoque geral ao confronto contra um governo constituído. Nassif (2003, p.125) define bem a cisão:

---

<sup>31</sup> A estes respeito ver: FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>32</sup> Edição de 03 de junho de 1998, número 1549, com a seguinte manchete de capa: “A esquerda com raiva”.

O episódio do Eldorado dos Carajás, do massacre dos sem-terra, foi o momento maior de um processo de tolerância com o MST, a partir da romantização do movimento por uma telenovela da Rede Globo. [...] A partir da redemocratização do país, o jogo passou a ser outro. Há leis, imperfeitas, mas em funcionamento. O desafio, agora, consiste em questionar as imperfeitas e procurar aperfeiçoá-las dentro do sistema democrático e do respeito às regras do jogo. Não se pode confundir princípios democráticos com desordem.

A própria intenção do MST em se espetacularizar tentando garantir visibilidade contribuiu para esta condição. Prova disso são as centenas de ocupações de prédios públicos e áreas particulares realizadas nos anos 1990 e 2000 e anunciadas com antecedência à imprensa, garantindo plena cobertura jornalística. Duas ações, no início dos anos 2000, são exemplares desta problemática. Em 2001, a fazenda do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em Minas Gerais, foi invadida pelos sem-terra. A mídia destacou o ato, mas mostrou o lado incoerente dos invasores que ameaçaram a polícia com foices e cobras, enquanto reclamaram do uso de cães pela tropa de choque. Em 2002, ano eleitoral quando disputavam a presidência os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e José Serra (PSDB), jornais e emissoras apontaram a invasão da fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG), da família do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), como uma afronta. A fotografia publicada em diversos jornais que mostra os membros do movimento sentados na sala de TV da sede, consumindo alimentos e bebidas, ficou famosa e contribuiu em muito para a queda de popularidade dos sem-terra.

Em épocas mais recentes, especialmente após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a presidência da República em 2002, esta imagem manteve-se em baixa. Souza (2005) defende que o modo discursivo da imprensa buscava alertar para o “perigo vermelho”. O MST manteve sua posição de busca de visibilidade por meio de ações, mas em consequência do ambiente hostil, as cenas de depredação de órgãos públicos e privados como laboratórios de pesquisa e empresas de mineração e produção de álcool e o uso de instrumentos de trabalho como a foice apontados em posição de ataque foram o estopim para a geração de um sentido que não era o esperado. “Assim, a representação do MST se encontra vinculada à formação de quadrilha, à bandidagem, bem como o comunismo.” (SOUZA, 2005, p.151)

Câmara (2003) joga uma razão neste pensamento.

Por outro lado, os movimentos sociais desejam e rejeitam a presença da grande imprensa nas suas manifestações, pois por um lado esta se constitui num poderoso meio de ressonância das suas reivindicações e até mesmo de suas plataformas de luta, por outro lado, a notícia a ser veiculada tanto poderá ser fundamental para angariar novas simpatias, como para se construir o contrário: a aversão da população.

As afirmações apontadas por Bertol (2003), Souza (2005), Abreu (2002), Nassif (2003) e Câmara (2003) apontam para uma mudança brusca de percepção do MST perante a opinião pública, mas explicam isso apenas a partir das conjunturas políticas e sociais ou de classes analisando discursos contidos nas páginas dos jornais. Importa aqui neste trabalho, avançar nesta questão analisando o quanto a fotografia jornalística contribuiu para a construção e a desconstrução da imagem do MST junto à opinião pública porque se entende que a queda de popularidade do MST teve mais do que causas políticas ou sociais. Foi também cultural a partir do momento em que o MST se imagicizou ou foi imagicizado de forma excessiva por conta de suas próprias ações dentro de uma sociedade sedenta por cenas. O estudo das imagens fotojornalísticas publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, nos anos de 1995 e 2002, época em que estava na presidência da República o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), por exemplo, também atesta esta situação. Como amostra, seis fotografias selecionadas<sup>33</sup> sobre ações do MST numa das áreas de maior conflito agrário do país, o Pontal do Paranapanema, anos de 1995 (primeiro ano do governo FHC) e 2002 (último ano do segundo mandato do mesmo governo) e demonstram que em 1995, o movimento ainda vivia o seu auge. O público e a própria imprensa o tratavam com certo romantismo, identificando-se com a luta pela sua causa. Já em 2002, a imagem do MST apresentava aspectos diferentes, onde a luta pela terra deixou de ser o principal foco e assumiram este lugar cenas mais voltadas à reação dos poderes constituídos na busca pela manutenção da ordem pública e que descaracterizavam os integrantes como trabalhadores em busca de terra.

---

<sup>33</sup> Material selecionado do acervo Dataluta Jornal, do projeto Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente. Sobre o acervo Dataluta Jornal, o projeto Dataluta e o método de seleção das imagens ver a introdução desta dissertação.

#### 4.1 O MST FOTOGRÁFICO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

A primeira fotografia selecionada é do dia 12 de outubro de 1995, em matéria intitulada “Sem-terra desistem de resistir ao despejo”, escrita por Paulo Ferraz, enviado especial ao Pontal do Paranapanema. O assunto é a desocupação das áreas da usina Taquaruçu e da fazenda São Domingos, ambas no Pontal do Paranapanema, em Sandovalina. A desocupação foi definida após sete horas de negociação. Os sem-terra só cederam após o compromisso do então secretário de Justiça, Belisário dos Santos Junior, transmitido por telefone, de promover uma reunião com o movimento nos próximos dez dias que seguiriam. Na reunião, participaria também, entre outras autoridades, o governador Mario Covas.



**Figura 05** – Negociação de MST e Polícia Militar

Fotografia: Adriana Zehbrauskas/Folha Imagem

Fonte: Folha de S. Paulo - 12/10/1995

A imagem se encontra na dobra superior do jornal, local privilegiado da edição. A matéria se localiza no primeiro caderno, página 10 em preto e branco. Trata-se de uma fotografia de Adriana Zehbrauskas, da Folha Imagem. Nela há sete homens em primeiro plano, sendo quatro sem-terra e três policiais. Atrás dos sem-terra existem outros integrantes do movimento, mas não é possível contabilizá-los. O posicionamento da fotógrafa mostra que ela pretendia privilegiar o MST na imagem, pois mal é possível identificar o rosto dos policiais, enquanto os sem-terra são vistos de frente. Machado (1984, p.77) dedica atenção especial ao recorte intencional do fotógrafo e vê nisto justamente o ato deliberado de

intervenção. Nem sempre maniqueísta, mas às vezes para que se despersonalize um ou outro elemento. Ainda neste campo é interessante notar que ao se posicionar, a fotógrafa transfere ao espectador a possibilidade de participar da cena, visto que estão todos em círculo. “A cena que se abre para ele, aparentemente “real” e objetiva, é uma paisagem que se oferece ao *seu* olhar privilegiado, que lhe é dada a ver com exclusividade [...]” (MACHADO, 1984, p.100, grifo do autor)

O plano de tomada é o americano usado com a finalidade de valorizar a ação do sujeito. Todos os integrantes do MST se encontram de braços cruzados, em aparente segurança sobre a posição deles no local. No momento da fotografia, os sem-terra apenas ouvem o que os policiais falam. Isso é possível de se notar, pois um deles gesticula em direção aos sem-terra. A conversa, na fotografia, demonstra aparente tranquilidade, inclusive porque de todos os integrantes enquadrados na imagem, apenas um presta atenção no que o policial fala, enquanto todos os outros direcionam seu olhar à fotógrafa, talvez preocupados com o registro do fato pela imprensa, ou seja, a midiatização de sua imagem. A territorialização nas páginas de um jornal se faz na origem das ações cometidas. É preciso buscar visibilidade e ao mesmo tempo seguir a luta porque depois de uma ocupação sempre vem a negociação e trata-se de uma etapa seguida de perto pela imprensa.

Em primeiro plano, à esquerda, em um dos pontos áureos da fotografia segundo a regra dos terços, um pouco desfocado, há um policial fardado (só a farda é capaz de identificar que é um policial, pois apenas um pedaço do corpo dele está enquadrado na imagem). Ele se encontra com uma arma e se apóia nela enquanto há a conversa, como sinal de precaução. Em contrapartida à “coação” policial, os sem-terra demonstram total segurança na atitude tomada por eles. Essa disposição linear de leitura dos personagens também é importante em outro sentido. Na cena, os policiais estão à esquerda do campo visual e os sem-terra à direita. Como exposto na introdução deste trabalho, para Guimarães (2007), tal disposição é relevante quando se analisa a imagem a partir de sua recepção nos hemisférios do cérebro e na relação entre escrita-imagem. Desta forma, é possível aferir que os policiais são observados de forma mais pragmática, a partir de conceitos já formados enquanto os membros do MST recebem atenção mais livre, portanto mais maleável e sujeita a despertar emoções e sensibilidades. O reforço que se faz também junto à opinião pública se explica nesta imagem pelo “enfrentamento” seguro. Não há qualquer tipo aparente de medo por parte dos sem-terra, que estão ali porque entendem ser este um direito adquirido. São camponeses e para que seu ideal se concretize, as negociações com os responsáveis pela ordem pública transcorrem

normalmente, sem sobressaltos. A imagem, tomada em contra-mergulho, valoriza ainda mais o objeto fotografado, no caso, os integrantes do movimento. “A posição da câmera petrificada na angulação constitui, em toda construção perspectiva, um poderoso mecanismo gerador de sentido e tanto mais perturbador porque ele opera, na maioria das vezes, sem que os espectadores se dêem conta do seu papel e da sua eficácia” (MACHADO, 1984, p.103).

A segunda fotografia analisada é do dia 08 de novembro de 1995. A matéria, intitulada “Assentados vendem suas glebas no Pontal”, foi escrita pelo correspondente José Maschio, da Agência Folha, e publicada na dobra superior do jornal, local privilegiado da edição. Também localizada no primeiro caderno, em página par, desta vez na página 12, também em preto e branco. O fotógrafo que registrou a cena é Evelson de Freitas, da Folha Imagem.



**Figura 06** – Criança toma banho de torneira em acampamento sem-terra  
Fotografia: Evelson de Freitas/Folha Imagem  
Fonte: Folha de S. Paulo - 08/11/1995

A fotografia foi apresentada na vertical, o que dá uma sensação de movimento, ação. O plano utilizado é o médio, utilizado para interagir o sujeito com ambiente. O ângulo é um leve contra-mergulho, utilizado para valorizar o elemento fotografado. Na imagem há uma criança que toma banho de balde e torneira. Junto com ela há

uma mulher adulta com boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos símbolos que ajudam a fixar a sua identidade, que pode ser sua mãe, cuidando da criança. Ambas demonstram muita felicidade por estarem no local. Não houve seletividade de foco e o primeiro plano não se sobressaiu. O uso da teleobjetiva também tira a sensação de profundidade e coloca tudo em um plano só, ou como diz Machado (1984, p.138) “[...] elas comprimem todo o espaço nesse único plano [...]” e deixam claro o objeto. A água traz mais plasticidade à fotografia e colabora na sensação de movimento assim como a luz incide diretamente nos dois personagens e, embora surjam sombras, a dicotomia claro-escuro nem é notada para fins de outras interpretações que não aquela e o espaço é unificado.

Ao fundo há barracos montados, o que passa a impressão de ser um acampamento sem-terra. Apesar de ser um espaço de conflitualidade, luta e resistência, as pessoas envolvidas nesta imagem (criança e mulher) demonstram total alegria de estarem no local. A vida cotidiana corria normalmente enquanto os líderes do movimento lutavam por uma causa.

Kossoy alerta, porém, que muitas vezes esta luta se encontra descontextualizada em uma imagem:

[...] fatos que denunciam toda uma situação dramática de sofrimento, miséria, dor e crueldade podem ser captados de forma harmoniosa, de acordo com o ângulo de tomada, descontextualizados de seu entorno, ‘amenizados’ em seus detalhes e, finalmente, esvaziados nas manchetes, legendas e textos que os acompanham (KOSSOY, 2007, p.105).

A reportagem mostra que 64 beneficiados do Assentamento do projeto 15 de novembro, no Pontal do Paranapanema, já venderam sua permissão de uso de lotes para terceiros. É possível reforçar, conhecendo o contexto, que embora se trate de uma matéria de denúncia, a fotografia utilizada não é usada contra o movimento. Desta maneira, fixa a cena de conforto e tranquilidade, bem como a sensação de que o local, embora seja um acampamento sem terra está organizado como espaço de convivência e assim ele se caracteriza segundo as lógicas do próprio movimento. A imagem assim transmitida reforça a luta do MST porque o acampamento é um espaço de socialização política e mais do que isso representa a forma de resistência na conquista da terra. Ter a fotografia de um acampamento publicada, ainda mais nestas condições constitui um avanço junto à opinião pública porque significa a visibilidade de uma ação maior que é a posse de uma área em questionamento legal e que visa a fixação da família camponesa e procura pela justiça. Não é uma imagem que traz

à tona o pensamento de que todos que lutam são maltrapilhos ou sujos e nem possuem uma identidade social. Pelo contrário, a cena força uma lógica quase infantil de aparente calma a partir de uma reivindicação justa.

A terceira e última foto selecionada do ano de 1995, no dia 18 de novembro, também está localizada na dobra superior da página. No primeiro caderno, a matéria está na página 10, em preto e branco, é intitulada “MST promete cumprir acordo com Covas” e foi escrita pelo enviado especial ao Pontal, George Alonso. A foto foi recortada para caber na diagramação da página, mas aparenta ser uma imagem vertical, o que traz a sensação de movimento. O fotógrafo responsável pelo registro foi Antônio Gaudério, da Folha Imagem. A matéria tem como foco o reaparecimento de Rainha após 17 dias, depois que foi decretada sua prisão pela justiça de Pirapozinho por formação de bando ou quadrilha. Neste decreto, além de Rainha, estavam envolvidos sua mulher Diolinda e outros dois líderes, Márcio Barreto e Laércio Barbosa. Diolinda e Márcio foram presos e levados ao complexo do Carandiru em São Paulo onde ficaram até o dia 16 de novembro quando a própria justiça de Pirapozinho revogou os decretos de prisão. José Rainha Junior, que estava desaparecido, voltou para dizer que iria cumprir acordo que havia feito com o então governador de São Paulo, Mario Covas, de não realizar invasões em fazendas até 31 de dezembro daquele ano.



**Figura 07** – José Rainha abraça sua esposa, Diolinda, e seu filho  
Fotografia: Antônio Gaudério/Folha Imagem  
Fonte: Folha de S. Paulo - 18/11/1995

Na imagem estão em destaque, o líder do MST na época, José Rainha Junior, abraçado à sua mulher, Diolinda Alves e ao seu filho, João Paulo, que carrega um caminhão de brinquedo. Acima deles, à esquerda, há uma bandeira do MST em movimento, bem enquadrada na imagem. Atrás há outra bandeira, também do movimento, algumas pessoas e o que mais parece um barraco de acampamento ao fundo.

A foto foi tomada em ângulo linear ou normal, que fica de frente para o tema, na mesma altura dos olhos. O plano escolhido pelo fotógrafo foi o médio, que interage o sujeito com o ambiente. Na imagem, um abraço caloroso da família, de aparente reencontro, uma cena que só restava ao fotógrafo agir assim, enquadrar aquele momento por conta de seu próprio imaginário da família que é forçosamente separada e se reencontra. É o fotógrafo se desligando da obrigatoriedade funcional e deixando que o aparelho operasse ao comando das teclas. (FLUSSER, 2008) Diolinda com os olhos fechados demonstra uma expressão de alívio ao encontrar o marido. Enquanto ele, ao abraçá-la junto do filho, com um sorriso no rosto transmite tranquilidade, como se os acalmasse e dissesse que estava tudo bem. A cena é familiar, terna e apresenta-se aos olhos de espectador de forma comovente. Essa composição, aliás, provoca o efeito que uma boa disposição de elementos deve ter, chegando ao ponto até de ser maniqueísta, incomodamente certa. “O papel da “boa composição” é justamente reforçar essa transferência de subjetividade, através da disposição dos motivos que favoreça a ocorrência da projeção perspectiva.” (MACHADO, 1984, p.120) Não deixa de ser também, uma aproximação com a própria mística do MST, ou as convicções que motivam cada um dos integrantes do movimento. Traz de volta as experiências passadas em acampamentos, caminhadas e conflitos. Ao espectador, a fotografia traduz este envolvimento e a certeza de que seus personagens estão a salvo.

As duas bandeiras do movimento ao fundo também são determinantes na geração de sentido empregada pela imagem, porque ela é um dos símbolos da resistência. Ao surgir na fotografia, ela marca mais um território do MST porque faz o espectador lembrar de outras resistências, das lutas em outras circunstâncias. A bandeira aparece na marcha, na ocupação, no plantio, nas negociações e demarca a identidade do grupo. Como é determinante também a presença do filho João Paulo, identificado de forma maleável pelo sentido da leitura esquerda-direita (GUIMARÃES, 2007). Ele traduz a inocência pueril, ao lado de um brinquedo tradicional, e a aproximação com a opinião pública, ao mesmo tempo em que revela a continuidade do movimento por outros anos. As pessoas em volta do principal ato da cena, que aparentam ser do MST, dado o contexto da imagem, demonstram que o movimento

está também unido em luta por seus ideais. Algumas, inclusive, tem as mãos em posição de aplauso, pela chegada de seu líder.

Esta imagem, por ter um cunho tão positivo, traz diversas outras considerações, em especial pelo contexto histórico da época. Segundo Fernandes (1999, p.189), o Pontal do Paranapanema constitui uma das áreas com maior conflito de terras do país por conta das suspeitas de área devolutas ou griladas. Por conta disso, o período entre 1994 e 1995 representou uma das épocas em que se desenvolveu o maior número de ocupações de terras.

A inexistência de um projeto de reforma agrária para as terras públicas do estado de São Paulo e, também, a falta de uma política para acelerar o processo de discriminação das terras em questão emperrava qualquer possibilidade de solução para os conflitos fundiários no Pontal. Neste contexto, somente com as ocupações é que o MST conseguia fazer realizar o direito constitucional, ou seja, o direito à terra, ao trabalho, à cidadania.

O ano de 1995 em especial também apresentou marcos importantes como a maior ocupação realizada até então quando mil e oitocentas famílias entraram nas fazendas Haroldina, Arco-Íris, Canãa e King Meat, em Mirante do Paranapanema. Por conta desta e de outras ações, o MST conseguiu que a venda de terras na região caísse vertiginosamente e os fazendeiros tentavam de forma desenfreada conseguir proteção junto à justiça a partir de liminares de reintegração de posse. O estado de choque entre MST, fazendeiros e estado era freqüente, transformando o espaço em área de tensão permanente. (FERNANDES, 1999)

A situação fez com que a opinião pública também voltasse sua atenção para o que acontecia no Pontal, até porque, por conta da noticiabilidade da área, a imprensa tratou logo de explorar o assunto.

Diversos jornalistas acompanhavam as ocupações, desde a mobilização de milhares de trabalhadores à derrubada da cerca, à queima das pastagens e à preparação da terra para plantio. Todas as ações eram exibidas em uma ação cinematográfica. O MST havia alugado, na rádio Universal do município de Teodoro Sampaio, uma hora todos os domingos para divulgação da luta pela terra no Pontal. (FERNANDES, 1999, p.194)

A tática empregada pelo MST neste período colaborou com a necessidade dos meios. Fernandes (1999) explica que no Pontal o principal tipo de ocupação mais usada nesta época era massiva, ou seja, a ação concomitante com maior número de famílias no intuito de assentar o máximo possível de membros. Outro fator importante levou os meios

jornalísticos para o campo no Pontal. Fernandes (1999) explica que os fazendeiros, diante da inoperância do estado em resolver a questão, começaram a apelar ao Judiciário com pedidos de prisão das lideranças do movimento. A cada novo pedido aceito, os decretos iam sendo cumpridos e o MST via-se em uma desarticulação perigosa. Como resposta, a cada nova prisão, o movimento levava a questão para as cidades a partir de vigílias, marchas e ocupações de prédios públicos. Todas essas ações, devidamente acompanhadas pela imprensa.

O trabalho da imprensa no Pontal, em especial dos veículos de circulação nacional, se dava principalmente com o envio de correspondentes, que não conheciam a região ou estavam envolvidos diretamente no conflito. A presença destes jornalistas garantia um número maior de reportagens, muitas delas favoráveis aos sem-terra, proporcionavam a visibilidade da luta empregada e ao mesmo tempo garantia a eles a territorialização necessária no sentido de levar ao público a sua intenção.

A quarta foto selecionada é a primeira do segundo período analisado: 2002. Neste momento, o país estava no último ano do segundo mandato na presidência da República de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Após oito anos, a imagem do MST, com a ajuda do próprio governo, em crise extrema com o movimento, já não apresentava o mesmo romantismo junto ao público de quando o presidente assumiu. Nesta época, cessam em quase sua totalidade as imagens que poderiam aproximar o movimento da opinião pública. A postura da mídia, na captura de imagens e a escolha destas para a edição também se invertem.



**Figura 08** – Bloqueio à MST na rodovia Assis Chateaubriand  
 Fotografia: João Wainer/Folha Imagem  
 Fonte: Folha de S. Paulo - 30/01/2002

A fotografia foi captada no dia 30 de janeiro de 2002 e inserida na dobra inferior do jornal, local menos privilegiado da edição. Ainda assim, foi destinada uma página ímpar no primeiro caderno do jornal (A-5), colorida, o que já provoca nova recepção, conforme prevê Guimarães (2003; 2006), se as cores incorporarem códigos constituídos. A fotografia, de João Wainer, da Folha Imagem, foi cortada para caber na diagramação da página, mas aparenta ter sido tomada na vertical. O título da matéria que a acompanha é “Prefeito fecha estrada e barra MST”. O texto é assinado apenas como sendo da Agência Folha, em Presidente Prudente.

A cena se dá na curva de uma rodovia. Em primeiro plano aparecem três máquinas de terraplenagem da Prudenco (Companhia de Desenvolvimento Urbano de Presidente Prudente), que bloqueiam a rodovia. Em um dos tratores há a faixa: “O povo no poder”. Há pessoas que transitam a pé entre eles e um motorista na máquina do meio. Do outro lado da rodovia, após um espaço vazio que deve ter cerca de 100 metros, no fim da curva e no alto do quadro, um outro bloqueio. Lá se encontram alguns carros, ônibus e muitas pessoas com objetos vermelhos nas mãos, que aparentam ser bandeiras.

A foto foi tomada no dia em que o prefeito de Presidente Prudente na época, Agripino de Oliveira Lima Filho (PTB), bloqueou a rodovia para impedir que uma marcha de protesto do MST entrasse na cidade. O plano de tomada da imagem é o geral, utilizado para mostrar além dos personagens, onde a cena ocorre. O ângulo escolhido foi o linear ou normal, frontal ao tema escolhido. De acordo com a reportagem da Folha de S. Paulo, a rodovia Assis Chateaubriand foi bloqueada por Agripino, divisa entre Prudente e Pirapozinho, para impedir a entrada de integrantes do movimento em seu município.

O fotógrafo fez a foto do lado contrário ao MST, valorizando, em primeiro plano, os tratores da prefeitura e a faixa usada por ela. Este é o primeiro momento nesta análise em que se observa uma desvalorização do MST na fotografia, ao mesmo tempo em que valoriza seu objeto de confronto, no caso, o governo de Presidente Prudente. O MST mal pode ser identificado, apenas se imagina pelo contexto que ele esteja do outro lado e por conta dos elementos vermelhos. Se a foto estivesse em uma página preto e branco, o leitor só o identificaria após a leitura do texto e dos elementos de edição (título e legenda). O movimento é barrado, não chega aos olhos do espectador e nem consegue impor ao menos seus objetos identitários coloridos como a bandeira. Neste caso, a cor-informação “vermelha” que poderia destacar o movimento, de acordo com a classificação proposta por Guimarães (2003) para aplicação das cores na mídia, fica num primeiro momento armazenada na periferia do sistema para em seguida desaparecer. Vira um código perdido. A angulação de tomada também permite uma clara escolha ideológica e é recorrente na história em diversos momentos. Para Machado (1984, p.103-104), “Não é difícil perceber a natureza ideológica do ângulo de tomada quando a posição que a câmera ocupa em relação ao objeto pressupõe uma relação de classe e de poder. [...] como na guerra só podemos fotografar o inimigo do ponto de vista de nossas próprias trincheiras.”

Pela perspectiva que se cria na imagem, apoiada pela própria estrada, chega-se ao movimento depois das máquinas, numa nítida impressão de maioria dos implementos. A marcha, tantas vezes usada para simbolizar a peregrinação na luta pela terra não se faz naquele momento de derrota. É barrada por força da própria perspectiva. A faixa nos tratores: “O povo no poder”, também subentende de que o MST não faz parte do povo e que o povo está contra ele. Além disso, a força demonstrada do lado do prefeito é mais evidente, já que ele trabalha o bloqueio com máquinas e não com pessoas.

A quinta fotografia analisada foi publicada na Folha de S. Paulo do dia 6 de setembro de 2002. A página escolhida para a matéria é a quarta do primeiro caderno (A-4). A

imagem está localizada na dobra superior do jornal em uma página par, colorida. A fotógrafa que a tomou foi Georgiane Costa, funcionária na época do jornal Oeste Notícias. O título da notícia que a acompanha, escrita por José Maschio, da Agência Folha em Teodoro Sampaio, é “Foragido desde maio, José Rainha é preso no Pontal”.



**Figura 09** – Prisão de José Rainha Junior  
Fotografia: Georgiane Costa/Oeste Notícias  
Fonte: Folha de S. Paulo - 06/09/2002

Na fotografia, o líder o MST no Pontal do Paranapanema está algemado enquanto é retirado do porta-malas de uma caminhonete da Polícia Militar. Um homem, que deve ser um policial o leva pelas mãos, enquanto outro atrás, que só é possível ver um braço e uma mão, abre o porta-malas do veículo.

A imagem foi tomada em plano médio, que interage o sujeito com o ambiente, no caso policial. O ângulo escolhido pela fotógrafa foi o linear ou normal, que encara o sujeito fotografado de frente. Não há seletividade de foco e todos os elementos se encontram próximo ao fotógrafo. Duas aferições são importantes neste ponto. Primeiro a posição fotojornalística da imagem, que se revela pela grande abertura angular, a rapidez da cena, tomada de assalto quando da abertura das portas da viatura, a falta de um foco específico, tudo coloca o espectador em atenção permanente para o objeto, e em especial, para o personagem central, José Rainha. Há também, neste caso, o que Machado (1984, p. 108-109) chama de “lugar panóptico”, onde além da visão privilegiada, há a simulação de “[...] uma posição externa ao evento, como a de um turista visitando a realidade alheia.” A palavra

“alheia” é significativa aqui porque justamente apresenta a cisão que agora o espectador tem de um dos principais líderes do movimento.

Ainda tendo em vista o momento como era visto o MST, pode-se compreender a escolha da edição do jornal em deixar a fotografia na dobra superior do jornal. A prisão de uma liderança importante na região do Pontal fica em clara evidência, em local privilegiado da página. Na fotografia, bem diferente daquelas usadas em 1995, José Rainha desvia o olhar da câmera fotográfica, embora o fotógrafo tenha feito o direcionamento da máquina em frente a ele. Quebra-se nesse momento a capacidade de transferência do sujeito e ao mesmo tempo a identificação. A matéria diz que o líder estava foragido desde maio daquele ano, o que totalizava quatro meses, uma demonstração clara da queda do movimento neste período. Rainha, ainda de acordo com a reportagem, era acusado de formação de quadrilha ao promover invasões na região. No momento da prisão, o líder ainda tentou fugir, machucou a perna direita e teve escoriações nas costas.

A fotografia revela também uma quebra de personalidade. José Rainha Júnior sempre foi uma das figuras mais populares nas páginas dos jornais e em especial na Folha de S. Paulo por conta de sua ativa participação na questão agrária do Pontal do Paranapanema. O líder agora virou bandido, deixa de posar em frente a uma piscina ou a frente de centenas de trabalhadores rurais para sair de um carro da polícia em direção à cadeia.

A última fotografia selecionada para análise é do dia 9 de setembro de 2002. A matéria se localiza na dobra superior do jornal, em página par do primeiro caderno (A-6), colorida. A fotografia que registrou o fato foi também Georgiane Costa, do jornal Oeste Notícias.



**Figura 10** – MST monta acampamento no Pontal

Fotografia: Georgiane Costa/Oeste Notícias

Fonte: Folha de S. Paulo - 09/09/2002

Na imagem, seis integrantes do MST aparentemente montam um acampamento. Um deles, localizado em primeiro plano, agachado, organiza o que será a cozinha do local. Logo atrás, outro sem-terra cava um buraco, provavelmente para fincar um pedaço de pau e fixar o barraco. Outro integrante mexe com as lonas dos barracos. Há ainda um outro ao fundo deitado em um colchão no meio do acampamento. Só é possível identificar que se trata do MST em função do homem em primeiro plano, que está com o boné do movimento, mesmo assim, ele está de lado e a identificação não é imediata.

O ângulo de tomada da fotografia é o linear normal, usado para encarar o sujeito de frente. Embora, se notar a inclinação do chão, pode-se concluir de que se trata de um leve mergulho, que é usado para diminuir a importância do objeto fotografado. O plano escolhido pela fotógrafa foi o médio, que interage sujeito e ambiente.

Contextualizada à matéria, é possível notar que a fotografia reforça a imagem negativa do movimento. Isso porque, a matéria trata da prisão de um fazendeiro que teria atirado nos sem-terra, após a “invasão” de sua fazenda dois dias antes pelo movimento. Ao invés do jornal trabalhar com fotografias que remetessem ao ato, como locais atingidos pelas balas ou a imagem do próprio fazendeiro preso, foi dada preferência à cena de um grupo

armando o acampamento. Ou seja, a imagem contradiz a informação da matéria e leva o público a ter outra perspectiva do movimento.

Esta análise, mesmo que a partir de amostras e em cima de um veículo, permite entender que o MST de fato se territorializou e foi desterritorializado na imprensa. Aliás, esta percepção acompanha o *corpus* total de onde este material analisado foi retirado. Nos anos de 1995 e 2002, juntos, a Folha de S. Paulo publicou 530 reportagens que diziam respeito ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como recorte o Pontal do Paranapanema, foram 122 matérias, sendo 71 em 1995 e 51 em 2002. Imagens fotojornalísticas foram encontradas em 41 delas (27 em 1995 e 14 em 2002). A queda acentuada do MST como personagem indica sua falta de representatividade no jornal a partir do ano de 2002.

Só que a compreensão desta questão a partir da fotografia é importante porque, além de comprovar a já referida variação de significados que o movimento teve em sua trajetória, atesta para uma compreensão do fato que vai além de questões políticas e sociais. Diante da profusão de informações, o consumidor de material jornalístico se informa sobre os acontecimentos, mas ao observar cenas também se projeta e não encontra referência posterior para se espelhar. Apoiando-se em Baudrillard (1991), Debord (1997), Flusser (2002, 2008) e Silva (2007), além das mudanças ocorridas no fotojornalismo apontadas anteriormente, suas implicações técnicas e embaraços ideológicos deliberados ou não, surgem considerações importantes a este respeito que dão conta de entender porque o MST agora é apenas um simulacro de violência e não mais um referencial de busca por uma sociedade mais justa.

## 5 O MST NA SOCIEDADE DO HIPERESPETÁCULO

Quando do início deste trabalho uma necessidade se fazia premente: entender a fotografia como uma forma de ver o mundo e as relações sociais do homem e de que maneira a própria fotografia impressa nos jornais contribuía para estas realidades. Como ponto específico, explicar a situação do MST na mídia impressa tomando com base a análise feita a partir das fotografias publicadas no jornal Folha de S. Paulo nos anos de 1995 e 2002, tendo como espaço físico o Pontal do Paranapanema e como variáveis o conflito ou formas de resistência do movimento.

O MST se territorializou por força de sua essência e este fato ocorreu não só na terra, mas também na busca por espaços midiáticos. No entanto, sua aparência num mundo domesticado por imagens se modificou sensivelmente, originada por causas políticas e conflitos de ordem econômica e ideológicos, mas sobretudo, por força da própria sociedade mediatizada e das imagens fotojornalísticas que mais retratavam o senso comum do que informavam. Basta lembrar a análise da última fotografia feita no capítulo anterior onde a matéria que a acompanha refere-se à prisão de um fazendeiro acusado de atirar contra o sem-terra e a imagem mostrava um acampamento do MST em sua face menos congruente com o que de fato é um acampamento a partir das considerações feitas no capítulo 2.

Uma primeira consideração é então definida neste trabalho. Ao se tornar visível na mídia, em especial na imprensa quando da publicação de cenas envolvendo invasões e ocupações não só de forma intencional, objetivando aproveitar-se do poder que a visão deu ao homem na sociedade mediada por imagens, mas também por força de sua noticiabilidade para se territorializar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) adentrou para as tramas do espetáculo midiático que bem representa o final do século XX e começo do século XXI. Tem-se ao final, portanto, um movimento desterritorializado por conta da exposição superficial de suas imagens na sociedade do hiperespetáculo. Assim foi em 2002 e ainda é possível ser visto atualmente a partir do simples acompanhamento rotineiro do material jornalístico publicado.

No hiperespetáculo o espectador contempla a si mesmo no outro e permite até mesmo imaginar-se no personagem, descartando a alteridade outrora característica da sociedade do espetáculo. Desta forma, a celebridade é referência e a marginalidade repulsiva. E o que aconteceu com o MST neste momento de perda de popularidade foi justamente isso.

Não exatamente e só por causas políticas, interesses dos meios de comunicação ou luta de classes, mas sim porque a “razão” midiática deste período estudado se inverteu e apoiado em imagens fotojornalísticas cada vez mais calcadas no imaginário, uma vez que a própria fotografia permite isso, a imagem do movimento se desfez.

O que se apresenta neste capítulo, portanto, é uma construção de pensamento que, partindo da premissa de que em 1995 o MST estava territorializado no espaço midiático, tanto material quanto imaterialmente e que em 2002 esta situação se inverteu, aloca este mesmo objeto de estudo primeiramente na sociedade do espetáculo de Debord (1997), bem como em outros estágios como a hiperrealidade apontada por Baudrillard (1991) e o próprio hiperespetáculo delimitado por Silva (2007). Interessa lançar aqui um olhar para a contradição e efetuar esta discussão no campo da cultura midiática, levando em conta que o próprio fotojornalismo empregado no período citado contribuiu sobremaneira para a realidade observada.

## 5.1 CULTURA DO LAZER E SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

A relação íntima do olhar com o poder é marcante desde a antigüidade. Na sociedade moderna, do fictício *Big Brother* de George Orwell<sup>34</sup>, passando pelo *Panótico* de Bentham<sup>35</sup>, as *webcams* e câmeras em geral até o *Big Brother* da Endemol<sup>36</sup> diversos dispositivos foram criados para que esta posição hegemônica da visão se fizesse presente entre os homens. Interessante notar que o paradoxo de conseguir e ser observado constitui-se no mais alto grau de abstração da espécie humana (FLUSSER, 2008). Ao mesmo tempo em que recorre ao olhar para se posicionar e manter a atenção ao seu redor é vigiado insistente e independentemente de sua vontade. Trata-se da cultura da vigilância, que por vezes suprime a do espetáculo como pressupõe Arlindo Machado, ainda em 1991, em ensaio intitulado “A

---

<sup>34</sup> George Orwell publicou em 1949 o livro “1984”, onde relata a ascensão e manutenção ditatorial de um governo amparado na onipresença obtida pelas Teletelas do Grande Irmão ou Big Brother

<sup>35</sup> O jurista e filósofo inglês Jeremy Bentham concebeu um sistema de controle e vigilância denominado Panótico de Bentham, constituído de uma torre de observação que permite vigiar prisioneiros e estes também terem a certeza de que são vigiados.

<sup>36</sup> Formato de *reality show* criado pela empresa holandesa Endemol, onde os participantes são vigiados 24 horas por câmeras escondidas.

Cultura da Vigilância”, publicado no livro “Rede Imaginária”. Dizem Belting e Kamper (*apud* BAITELLO, 2005, p.91) “sem nosso olhar (sem nossa consciência) as imagens seriam outra coisa ou absolutamente nada”.

No entanto, estar sob os olhos dos outros não quer dizer um incômodo, como Machado (1991, p.99) aponta. No mundo atual, fazer-se visto ou estar no foco das câmeras de vídeos ou fotográficas tem seu valor porque confere ao assunto reportado um estatuto de realidade e de presença na sociedade, assim como fez deliberadamente o MST desde sua formação. Seja em circuitos internos, nos monitores à mostra nas lojas de departamentos, onde o indivíduo se vê em meio à programação, ou até mesmo de forma deliberada, sentindo prazer absoluto por ser transmitido ao mundo em atos sexuais explícitos, o homem passa, por conta da imagem, da condição de “[...] observador a observado, ou de espectador a espetáculo, dada a reversibilidade das tecnologias de registro de exibição” (MACHADO, 1991, p.99). A máxima publicitária “quem não é visto, não é lembrado” assume a proporção gigantesca de ideal a ser alcançado, mas também de instrumento relativamente simples de mera exposição corporal ou atos mais complexos de transmissão de idéias, pensamentos e ideologias.

E neste processo, homens e mulheres, empresas, entidades e movimentos se esmeram na preocupação de estar visível, ao alcance do mundo, e esforços são empregados para que seja mantida a visibilidade midiática. Mas neste momento um ponto importante a considerar. O olhar do outro nos posiciona e nos dá estatuto de verdade no mundo. Sair impune disso é praticamente impossível e neste sentido, a necessidade e a deliberação de estar sob a vista da mídia, e conseqüentemente da opinião pública, são determinantes para uma crise de visibilidade da imagem apresentada.

Diz Morin (1999) que a massa na sociedade moderna ao abrir as portas para o espetáculo, proporcionado neste caso principalmente pela televisão, faz disso o seu cotidiano e elege o olhar como principal instrumento para aproximar-se dos seus ídolos. Um procedimento que resulta em reflexos importantes porque o próprio autor (1999, p.72) adverte que “os sucos que penetram através das membranas televisuais purgam e irrigam simultaneamente a personalidade e a própria vida do homem moderno.” Este show midiático garantiu a atenção da sociedade durante muito tempo e levou-a à cultura do lazer, cuja causa mais expressiva é a espetacularização. O homem se identifica com seus ídolos e se projeta nos semi-deuses criados pelos meios. “Tudo se desenrola diante de seus olhos, mas ele não pode tocar, aderir corporalmente àquilo que contempla. Em compensação, o olho do espectador

está em toda parte, no camarim de Brigitte Bardot, como no foguete espacial de Titov” (MORIN, 1999, p.70). Os limites do dentro e fora se perdem e nada mais concreto do que afirmar que o mundo foi para dentro das casas e o espetáculo é agora a própria realidade.

Debord (1997, p.14) trata este fenômeno como um modo de vida, onde o espectador é pautado pelo espetáculo e tenta nele uma aproximação cada vez maior, mais compacta e verossímil. Tanto que em sua tese diz que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.” Nesta concepção, o mundo midiático é apropriado e absorvido pela vida do cidadão comum, que já não mais se contenta em observar, mas também quer estar dentro. Exemplo claro disso é a profusão de *blogs*, páginas pessoais em geral e sites de relacionamento onde as pessoas criam e vivem suas fantasias. Uma abstração, onde o resultado que ocorre neste exato momento é claramente a imagetização do homem. Flusser (2008, p.15) levanta o prognóstico que “O desafio lançado ao futuro produtor de imagens é o de fixar sua mundivisão, e o de torná-lo publicamente acessível, a fim de que possa servir de mapa.” Neste mesmo quadro, o homem passa a viver por representações ou pela fase mais instigante da imagem: os simulacros como atesta Baudrillard (1991, p.8). “A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real”. Num mundo mediado por imagens como o atual, tais considerações apontam para um estado de angústia em que o homem tenta ser o que não é, ter o que não tem, mas se contenta com isso porque acredita no simulacro e na simulação.

Quando o real já não é o que era, a nostalgia assume todo sentido. Sobrevalorização dos mitos de origem, dos signos de realidade. Sobrevalorização de verdade, de objectividade e de autenticidade de segundo plano. Escalada do verdadeiro, do vivido, ressurreição do figurativo onde objecto e a substância desapareceram (BAUDRILLARD, 1991, p.14).

Klein (2006, p.105), ao classificar tal pensamento como “inquietante”, complementa que ele “[...] nos ajuda a compreender a crise dos referenciais de um mundo que não se deixa ver além das mídias.” No campo jornalístico ainda há a crença de que as imagens técnicas são a mais fiel reprodução do real. Mas ainda assim, o espetáculo se dá pela aplicação inflacionada de cenas do mundo exterior e pela aproximação dos espectadores com os personagens recorrentes do noticiário. Em tempo, jornais e revistas hoje trabalham e demonstram claramente que seu conteúdo imagético pode ser facilmente entendido sem o texto, atestando a concepção de Flusser (2007, p.146) de que “as imagens pós-históricas

representam textos” e não mais o contrário, como ocorreu na pré-história e na própria gênese da escrita, criada porque o homem já não mais conseguia se libertar da adoração das imagens criadas por ele. Para Klein (2006, p.155), a escrita ainda não sucumbiu totalmente, mas “O recuo do texto diante das fotografias, infografias e desenhos nos apresenta um jornalismo cada vez mais parecido com a televisão”. A evolução das diagramações, abrindo espaços cada vez maiores para fotografias, a própria elevação do fotojornalismo ao grau de editoria, e mais recentemente a disseminação de infográficos no jornalismo online, onde as imagens digitalizadas são a matéria-prima principal, atestam isto.

O revestimento de autenticidade da fotografia nos meios jornalísticos impressos, porém, leva ao problema chave deste estudo. Belting (2008) traz para este contexto de discussão a fé, que fazia a realidade visível a partir das imagens, inclusive a partir da promessa da fotografia ser de fato algo autêntico. No entanto, o autor revela o seio do problema.

A fé na imagem autêntica trai-se também pelo fato de se deixar abalar tão facilmente. Daí vemos nas imagens apenas ilusões e nos afastamos dela. Seja que as imagens nos decepcionaram em geral, seja que nos sintamos decepcionados por determinadas imagens. [...] As imagens são usadas como janelas para a realidade. Porém, como o nosso conceito de realidade muda constantemente, muda também a nossa expectativa diante das imagens. É provável que o fato de nós quereremos ter fé nas imagens esteja relacionado com essa expectativa, mas as imagens têm que justificá-la (BELTING, 2008).

Estas evidências e formulações teóricas apontam para uma conseqüência no que se refere à presença do MST na mídia, e em especial intermediado e visto a partir de fotógrafos e das fotografias jornalísticas, que possui apoio no que Kamper (1997) e Silva (2007) consideram ser o fim do espetáculo e a crise do olhar.

## **5.2 O MST E A CRISE DA VISIBILIDADE**

Como exposto, a visão no mundo midiático apresentou-se soberana diante dos outros sentidos. A seqüência de imagens e cenas que saltam aos olhos diariamente não deixa muitas dúvidas disso. Klein (2006, p.108), de forma clara, define a conseqüência disso. “O que percebemos, inversamente à tentativa de domesticação das imagens, é um

adestramento da visão, que já não consegue se projetar sobre o mundo sem a interferência das mídias visuais.”

E de fato, uma vez que o homem tenha aprendido a enxergar e a interpretar o mundo com esta ferramenta, não é absurdo supor que ela possa estar desgastada ou pelo menos, confusa (KAMPER, 1997, p.132).

Os olhos não acompanham; seja pela abundância de imagens, seja pela acelerada aparição e desaparecimento das coisas. A imaginação na Idade Média ainda pura paixão (Passion), na modernidade, inversamente, a atividade principal de um sujeito cujos olhos iluminam, naufraga por isso no padecimento (Leiden). [...] Quase tudo passa por ela, mas ela não mais se detém ou não retém mais nada.

Ao sujeito que tenta se inserir no mundo via imagens, a consequência também é brusca. “[...] A ilusão é inevitável, uma vez que o decisivo é hoje o invisível”, aprofunda Kamper (1997, p.133) renunciando a crise atual da visibilidade. Pela exigência de se expor, o homem agora é transparente, quase invisível e não detentor de poder sobre sua própria imagem. “Na entrada do século XXI, perdemos as referências que orientavam nossa visão, porque as máquinas que fazem imagens não nos permitem mais enxergar o mundo. O que era para ser a redenção de nossos olhos significou na verdade, sua crise”. É como define bem o momento, Klein (2006, p.135), ressaltando que o descanso dos olhos só ocorreria agora se o homem fugir de suas “cavernas midiáticas”. Mas isto é tarefa difícil perto da imersão midiática em que se encontra o sujeito. Em *Imagem-Máquina*, André Parente (1993, p.30), revela que “[...] desde o momento que a imagem passou a se reproduzir, ela passou reproduzir o sujeito: a imagem na era da sua reprodutibilidade técnica é a imagem da automização do sujeito”.

A estas considerações, está relacionado o fim ou a continuação exacerbada do espetáculo apontado por Silva (2007, p.1). Não há mais o que ver e sim a necessidade de se fazer espetáculo.

Estamos agora no hiper-espetáculo. O espetáculo era a contemplação. Cada indivíduo abdicava do seu papel de protagonista para tornar-se espectador. [...] No espetáculo, o contemplador aceitava viver por procuração. Delegava aos “superiores” a vivência de emoções e de sentimentos que se julgava incapaz de atingir.

No tocante à questão agrária e presença do MST na mídia e conforme mostram as análises feitas nas fotografias da Folha de S. Paulo no capítulo anterior, quando de sua aparição, representação pela imprensa como um movimento democrático e justo e o

realce de seus membros mais midiáticos como José Rainha Junior e sua mulher Diolinda Alves e tantos outros, as aproximações com a opinião pública tinham cunho positivo. Todos eram vistos como exemplos de uma atitude sadia e esperava-se que concretizassem seus ideais. Com o passar do tempo, porém, e a avalanche de imagens negativas como a de invasões e depredações, membros não-identificados com camisas na cabeça, foices em mãos, esta referência se perdeu. Mais ainda, porque o próprio espectador adentrou ao mundo do hiperespetáculo, onde Silva (2007, p.1) diz que “[...] a contemplação continua, mas é uma contemplação de si mesmo num outro, em princípio, plenamente alcançável, semelhante ou igual ao contemplador. [...] São tantos mais adorados quanto menos se diferenciam realmente dos fãs”

Na mesma linha, esta nova sociedade não deixa espaço para a alteridade. O “outro” não é mais aquele e sim o espectador que se vê num processo auto-reflexivo. “A identificação deve ser total e irreversível. Cada um deve poder se imaginar no lugar da estrela ou do objeto de sua admiração e aspirar à condição de famoso. Não há mais alteridade verdadeira. O outro é o “eu” que deu certo graças às circunstâncias.” (SILVA, 2007, p.2)

Daí não serem bem-vindas, talvez até ao contrário do que possa pensar a direção do próprio movimento, as crescentes imagens envolvendo depredações e destruição de prédios públicos ou privados. Não por menos também, prisões e rendições dos principais coordenadores entre a segunda metade dos anos de 1990 e começo dos anos 2000 como atestaram as imagens selecionadas nesta pesquisa colaboraram para o distanciamento do público. Uma relação que tende a ser cada vez mais desgastada. “O hiper-espetacular não é um conjunto de imagens espetaculares, mas uma relação social entre telespectadores mediada por imagens banalizadas e repetidas à exaustão” (SILVA, 2007, p.3).

À esta repetição, porém, uma consideração. Ela é válida também no hiperespetáculo justamente porque ele não é uma história com fim específico. É sem fim como diz Silva (2007, p.5). “Logo vem a próxima”. A questão a se levantar é o que ela representa em termos substanciais. A fotografia jornalística da invasão de uma fazenda teve significados no fim da década de 1980 e em boa parte dos anos de 1990. A novidade levava à informação primeira, que era acolhida e entendida. Sua massificação, reprodução em série e a conseqüente cobertura dos meios jornalísticos a destituíram de essência. Tornou-se primeiramente um show para o espetáculo de Debord e caminhou a passos largos para ser apenas uma remissão a si mesmo, a mesma coisa deformada ou apenas remodelada, onde as

consequências aos sentidos do ser humano tendem a ser as piores possíveis quando ele tenta buscar referências ou simplesmente entender o que se passa.

Com base no que Sousa (2004) classifica como ação cultural sobre o fotojornalismo, há claras evidências de que o fotojornalismo se rendeu também a estas convicções e que serve muitas vezes como condutor destes conceitos como foi exposto no capítulo 3. As recriações imaginárias nas imagens feitas em nada colaboraram para que a própria realidade em todo seu contexto fosse de fato apresentada.

Não sumiu a foto da imprensa, mas sumiu o conceito de informar por imagem. Temos uma imprensa baseada no personalismo, na foto posada, deixamos de ter a ação. Embora a tecnologia nos permita fazer coisas impensáveis, é a nossa cabeça que não pensa. A fotografia que vai na capa do jornal não é mais informativa ou importante; é a mais “bonita” [...] (PERSICHETTI, 2006, p.185).

O homem encara a imagem que lhe surge a frente e decorre daí uma relação superficial, que não está preocupada em tentar entender o que se passou no contexto ou na produção da cena. “A nova superficialidade se interessa pelo input e output das caixas pretas, se interessa pela intenção dos imaginadores ao apertarem as teclas e por minha própria experiência ao receber as imagens.” (FLUSSER, 2008, p.43) No mundo digital, os novos aparelhos, “*Caixas pretas* que brincam de pensar” (FLUSSER, 2002, p.28), ainda desobrigam o imaginador das regras técnicas. “O aparelho faz tudo isso automaticamente. Tudo que o imaginador precisa fazer é imaginar as imagens e obrigar o aparelho a produzi-las.” (FLUSSER, 2008, p.43) Desta forma, a história não é mais contada e sim recontada sem avaliação se seus personagens se modificaram ou não. A análise feita anteriormente sobre o MST mostra este caminho obscuro que ele trilhou, onde pouco se informa e muito se encena porque é assim que o mundo quer ver a si próprio.

Informar traduz apenas a fachada da midiocracia. A maioria das novidades veiculadas está no grau zero da informação. A mídia vende o que cliente deseja e cada vez mais se afasta de preocupações formadoras. Em princípio, a pluralidade dos meios corrigiria esse efeito perverso. Entretanto, a coincidência entre os imaginários dos empresários e dos jornalistas faz com que a diversidade se converta, aos poucos, em mero discurso sobre o inexistente. (SILVA, 2000, p.40)

Em sua tese de doutoramento, Sousa (1998) diz que o fotojornalismo é uma função complexa e apresenta pelo menos quatro bons exemplos disso. O último diz respeito à indefinição em saber o que motiva fotojornalistas a agirem de determinadas maneiras, passando muitas vezes acima de sua própria convicção. No entendimento deste trabalho, uma

resposta a isso, além da subjugação ao veículo onde trabalha, é que ele próprio também está imerso no mundo hiperreal, tecnificado ao extremo, e nada mais se vê além do que aquilo que se imagina ser. Nem precisa como diz Flusser (2008, p.43). Estes manipuladores da máquina “Foram emancipados de toda profundidade pelos aparelhos, e portanto libertados para a superficialidade.” Até porque no mundo pós-industrial, os próprios aparelhos é que têm a missão de revelar o mundo e estão programados assim de maneira prévia. “As superfícies simbólicas que produz estão, de alguma forma, inscritas previamente (“programadas”, “pré-escritas”) por aqueles que o produziram.” (FLUSSER, 2002, p.23) E assim, ao cumprir uma atividade ritualizada, ao se transformar de *homo faber* para *homo ludens* (FLUSSER, 2002, p. 24), participa ativamente e de forma liberada e programando seus receptores de um jogo de construção social da realidade onde, por exemplo, nos dois anos analisados foram apresentados dois momentos distintos de representação do MST.

Dizer que este fato é puramente intencional é arriscar-se em uma generalização perigosa. Mas mesmo quando o fotojornalista usa de sua habilidade para produzir uma imagem técnica próximo da perfeição, que leva ao imaginário do que venha a ser o real, ele também se sujeita a condições que lhe são impostas, pela necessidade inclusive de produzir uma fotografia que contenha o máximo de valor-notícia e tenha assim condições de encampar a página de um jornal. O que vale mais no mundo hiperreal: a criança tomando banho no assentamento ou o militante de capuz?

Pior seria afirmar ainda que essas imagens compõem a engrenagem de uma imprensa em crise onde a reprodução delas, apoiadas no senso comum, acabou por corroborar com esta desmoralização sem medida do MST. Senso comum porque também era esta a condição da imprensa a partir dos anos 1990, sendo diferenciado apenas em alguns momentos, mas sempre contendo pensamentos únicos, como atesta Arbex Júnior (2001, p.265), apoiados na vontade de quem controla o dinheiro e as informações. No que Silva (2000, p.41) completa ao colocar em paralelo do senso comum a circularidade. “A circularidade é também o fato de que as pautas derivam dos outros meios e, principalmente, dos meios mais fortes. A televisão pauta o jornal que pauta o rádio e assim por diante.” E diante dessas afirmações é fácil decorrer que a velocidade, o senso comum e a repetição destituem do espectador qualquer tipo de pensamento, por mais que ele tenha a oportunidade de fazê-lo. Baitello (2005, p.95-96) retoma o pensamento de Kamper da “perda da função janela” das imagens.

A desmedida proliferação das imagens, sobretudo comprovadamente das imagens exógenas, fruto das imensas facilidades de reprodutibilidade técnica, trouxe muito mais do que a democratização da informação prometida pelo prognóstico benjaminiano; ela trouxe o surgimento de uma instância crescente de imagens que se insinuam para serem vistas enquanto decresce em igual proporção a capacidade humana de enxergá-las.

Ao se imagicizar o MST optou pela sua valorização na sociedade. Uma vez posto que a visão tem valor significativo no mundo contemporâneo, estar sob a mira dos fotojornalistas seria pressuposto para a criação de uma imagem consistente. Também a lógica de que pelas fotografias resultantes, inseridas nos meios de comunicação jornalística, esta se revestiria de credibilidade e seus ideais fossem disseminados contribuiu para uma tentativa de aproximação e demarcação de territórios na imprensa.

Para ser visível, portanto, o movimento optou deliberadamente pela sua adesão desmedida à sociedade do espetáculo. Tanto por agir dentro dele, como para se aproveitar desta condição junto aos espectadores e expondo-se às deliberações da própria imprensa, que nem sempre o apresentou de maneira favorável ou com ênfase, como bem apontou Souza (2005) ou Câmara (2003), à questão da luta pela terra.

A grande imprensa preserva o culto ao indivíduo sobretudo quando este ocupa cargos públicos de grande relevância ou pertence aos quadros da burguesia nacional. Os indivíduos dos grupos subalternos só ocupam espaço em jornais em situações excepcionais como é o caso do atual presidente. Portanto para aos movimentos sociais a espetacularização da ação associada à novidade dos eventos são pré-condição para alcançar a ambígua divulgação pela grande imprensa (CÂMARA, 2003).

No entanto, o que se afirma é que esta mesma exposição provocou um repúdio da sociedade, que não se enxerga mais ou não deseja mais ser comparada com tal figuração. Mais do que isso, imerso no mundo hiperespetacular, tanto produtor quanto espectador deixam de pensar no conteúdo e vêm apenas a roupa, recriam a cena fotografada a partir de seu entendimento como pressupõe o ato fotográfico. Talvez se esteja de fato num “intervalo” como supõe Silva (2007), mas ele deve ser considerado e analisado a fim de reconhecer seus resultados.

O que se pretendia no início deste trabalho chega a um ponto de consenso: a apreensão desta realidade só se dá pelo entendimento da complexidade de relações que se instaura entre homens, meios e imagens, tendo como personagem principal um movimento social que luta pela manutenção de uma personalidade condizente com seus ideais. O seu desgaste foi ocasionado por ele próprio e reverberado por um maniqueísmo irracional

amparado na busca por imagens cada vez mais apoteóticas.

Outras conclusões puderam ser obtidas sobre a presença midiática do MST que se revelou tão contraditória nos anos de 1995 e 2002 a partir de questões políticas ou sociais, mas aqui é lançado um olhar primeiro sobre o processo que o levou a ocupar as páginas dos jornais impressos a partir das imagens fotojornalísticas, que é a sua necessidade de ser visto e se territorializar e em seguida, observou-se que uma vez já territorializado foi destituído desta condição por conta de sua própria deliberação e de suas ações e por força dos próprios agentes que o mantinham em visibilidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de 2009, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) publicou uma pesquisa<sup>37</sup> de opinião pública que, entre diversos outros resultados, demonstrou que mais de 90% da população brasileira sabia quem era o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um número que atesta não só o conhecimento geral da população a respeito do movimento, mas especialmente sua presença como um ator importante no cenário político, social e econômico brasileiro. Os objetivos do MST também ficam claros para a população entrevistada. Segundo o relatório final, 42% entendem que são os principais: reforma agrária e luta pela distribuição da terra (IBOPE, 2009). Outros números, porém, revelaram que a relação do movimento com a população está de fato desgastada. Para 67%, o MST anda em dissonância com seu discurso de luta pela terra, ou seja, perdeu o foco, e 68% consideram erradas as “invasões de terra” (IBOPE, 2009). Não à toa, 60% das pessoas ouvidas entendem que ele atrapalha o processo de reforma agrária no país. E mais, a ligação com o crime de forma indireta é explicitada no estudo a partir do momento em que para os pesquisados, as três principais formas de atuação do MST são as invasões de terra (78%), passeatas (25%) e conflitos com a polícia (25%). Apesar da pesquisa conter perguntas com termos equivocados que podem gerar respostas dirigidas, como trocar a palavra “ocupação” por “invasão”, o fato é que os números atestam uma rejeição importante em relação ao MST. Não que seja novidade já que outros questionários, feitos em anos recentes apontaram para este mesmo resultado em valores bem próximos.

As impressões que a opinião pública possui a respeito do MST são também reflexos de uma consciência própria, mas sobretudo, daquilo que está à sua disposição nos meios de comunicação jornalísticos. Os números citados ajudam, entre possibilidades de considerações, a cimentar justamente a ideia que se formou nesta dissertação. Extremamente exposto, o MST vê-se num momento de desterritorialização junto à opinião pública. Não convém aqui reforçar as causas deste refluxo territorial visto que as conclusões obtidas no capítulo anterior, ao levar em conta a necessidade do movimento em se territorializar em todos os campos, inclusive o midiático, a sociedade hiperespetacular e o atual estatuto do

---

<sup>37</sup> Pesquisa realizada entre os dias 12 e 16 de novembro de 2009, a pedido da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), com uma amostra de 2002 brasileiros de 16 anos ou mais. O relatório completo encontra-se no site [www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br).

fotojornalismo, são definitivas diante dos objetivos propostos inicialmente. Chegou-se a um novo olhar sobre uma velha questão já tanto debatida no meio científico que trata da criminalização do MST, mas agora à luz das teorias e dos estudos da cultura midiática e da fotografia e do fotojornalismo, alinhando estas linhas à geografia agrária. Espera-se que este mesmo olhar não só se torne desafiador de novos debates, mas que também contribua de forma significativa ao rol de estudos que procuram entender os reflexos e as influências das imagens, em especial a fotográfica, na sociedade e, num segundo momento, que ele interfira e lance reflexões aos próprios produtores de informação visual.

Mexer com um elemento secular como a fotografia exige que se desdobre em primeiramente entender seu estatuto e sua condição de revelar emoções e criar opiniões. No mundo das imagens, tudo é possível. Estes fragmentos, como aponta Klein (2006), abrigam “exaltação místicas, adoração, devoção, repúdio, prazer estético, distração, diversão e tantas outras reações humanas complementares e contraditórias.” Reflexos e a confirmação de que a fotografia tem em sua gênese a (re) criação do imaginário a partir de seu referente, tanto do fotógrafo quanto do espectador. Isso por si é motivo para cuidados intensos tanto de quem se mostra quanto de quem se posiciona para captar a cena, ainda mais em um mundo que pensa muito pouco e seleciona menos ainda aquilo que vê. É ultrapassada a idéia de que a fotografia é o espelho de real, como deve ser vencida também a barreira de que o fotógrafo não é um sujeito que atua a partir de suas convicções históricas, pessoais, mas sim afetado por elementos extrínsecos como os próprios interesses da empresa onde atua e também significativamente pelo contexto cultural midiático, que se revela tão hegemônico a ponto de ditar de forma muito sutil, mas extremamente poderosa, as regras ideológicas de um sistema que não admite contestações e faz de tudo para se manter em uma posição privilegiada. A este profissional cabe o desafio, aliás, de reverter esta condição a partir do entendimento do que de fato é e o que representa o ato fotográfico e principalmente os reflexos que surgem quando este é ampliado às páginas de um jornal. O momento da produção é delicado, concorda-se, visto que a natureza deste ofício que exige rapidez, concentração e seleção imediata de uma cena é extremamente problemática. Mas isso não desobriga ao fotojornalista a capacidade de pensar e refletir sobre o objeto. Aliás, indo além desta formulação e já aplicando um aprendizado que permitiu o avanço desta dissertação ao compreender de fato a natureza do MST e da fotografia, é preciso notar que antes de se propor a mostrar o mundo e os homens, é necessário entendê-los em toda sua complexidade.

A diferença de quem trata a notícia para o pesquisador, por exemplo, está em como a realidade será apresentada ao espectador. Quando no trabalho científico o pensamento é organizado para explicar a realidade eu tenho uma construção teórica, conceitual ou reflexiva. Se ele foi amparado no senso comum, a transmissão da mensagem sofre inúmeros ruídos e o risco da falsa informação se funde no risco da inexatidão e da falta de contextualização e conhecimento dos objetos e das pessoas. Esta dissertação mostra de forma clara em uma de suas faces que o senso comum vem sendo tratado como senso de verdade. Formadores de opinião atuam no campo do conhecimento comum e por força de sua credibilidade, construída ao longo de anos ou por conta simplesmente do local onde trabalham, são aceitos como verdade. Suas afirmações e convicções ultrapassam os limites locais, reverberam em toda sociedade e assim vão sendo criados verdadeiros “mitos e verdades” tão afastadas da realidade que ao menor esforço são derrubadas ou rearranjadas no sentido de favorecer esta ou aquela conjuntura.

Mais capacitados historicamente e conscientes de sua função social, fotojornalistas e jornalistas terão muito mais autoridade e liberdade de ação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Nova forma de luta pela terra**: acampar. Revista Reforma Agrária. Campinas, v. 15, 1985.

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa brasileira (1970-2000)**. Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica**. In: MARAFON, Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da Fotorreportagem no Brasil**: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARENDT, Hannah. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BAITELLO, Norval. **A era da incofagia**. São Paulo: Hacker, 2005.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. **A mensagem fotográfica**: A retórica da imagem. In: *O óbvio e o obtuso*. Ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'água, 1991

BELTING, Hans. **A imagem autêntica**. In: *Portal Cisc (Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura)*. Disponível em:  
<<http://www.cisc.org.br/html/modules/mydownloads/biblioteca/belting/imagemautentica.pdf>>  
. Acesso em: 30 Nov. 2008.

BERGER, C. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BERTOL, Rachel. **Como os sem-terra se inventaram pela mídia**: a novidade social nos anos 1990. *In: Estudos Históricas*, Mídia, n. 31. São Paulo, 2003/1.

BONI, Paulo César. **Linguagem Fotográfica**: objetividade e subjetividade na composição da mensagem fotográfica. *Formas e Linguagens*. Ed. Ijuí (RS). Ano 2, n.5, p.165-187, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **O discurso fotográfico**: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: ECA/USP, 2000.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CÂMARA, A. S. (2003). **Imprensa e movimento sem-terra**: interpretação, revelação e ocultação dos fatos. *In: Consciência*, n. 43. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/framereport>>. Acesso em: 04 Dez. 2008.

CAMARGO, Isaac Antonio. **Reflexões sobre o Pensamento fotográfico**: pequena introdução às imagens e à fotografia. Londrina: ed. EDUEL, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CNBB. **A Igreja e Problemas da Terra**. Disponível em: <[http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop\\_publish/files/files\\_489c954101da4.pdf](http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c954101da4.pdf)>. Acesso em: 27 Set. 2009.

COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Campinas, PUC: [s. n.], 2005.

COMPARATO, Bruno K. **A ação política do MST**. São Paulo Perspec. Vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001.

CPT. **Base de Dados**. Disponível em  
<<http://www.cptnac.com.br/pub/publicacoes/16599e9c7a3ed2f93fc273530f4bf949.pdf>>.  
Acesso em: 30 Set. 2009.

CULLEN, Jonathan D. **Sobre a desconstrução**: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, Jacques. **A escritura das diferenças**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

DOSSIÊ. **Sem-Terra do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: MST, 1991.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: São Paulo: Atlas, 2009.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1994.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 1991.

FABRIS, Annateresa. **Fotografia**: usos e funções no século XIX. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998

FERNANDES, Bernardo M. **M.S.T.:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização e São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Movimento socioterritorial e “globalização”**: algumas reflexões a partir do caso do MST. Lutas Sociais, São Paulo, v. 12, 2003.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais.** Observatório Social de América Latina. V. 16, p. 273 – 284. Buenos Aires: Clacso, 2005.

\_\_\_\_\_. In: MORAFON, Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

\_\_\_\_\_. **Entrando nos Territórios do Território.** In: Campesinato e Territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil, Antônio Márcio Buanain (Editor). Editora da Unicamp, 2008

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo Rural e Geografia.** Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia.** Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mundo codificado.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

\_\_\_\_\_. **O universo das imagens técnicas.** São Paulo: Annablume, 2008.

FREUND, Gisele. **Fotografia e sociedade.** Lisboa: Vega, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina.** In: CADERNO CRH, Salvador, v.21, n.54, p.439-455, Set./Dez. 2008.

GORZ, André. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os Jornais e os Operários**, 1916. In:  
<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em 23 de jan. 2010.

GRAZIANO, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GUIMARÃES, Luciano. **As cores na mídia**: a organização da cor-informação no jornalismo. São Paulo: Annablume, 2003.

\_\_\_\_\_. **A cor como Informação**. A construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_. **O jornalismo visual e o eixo “direita-esquerda” como estratégia de imagem**.

2007 In:

[http://www2.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/LGuimaraes\\_T005.pdf](http://www2.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/LGuimaraes_T005.pdf). Acesso em 25 de jan. de 2010.

\_\_\_\_\_. **O repertório dinâmico das cores na mídia**. 2006 In:

<http://www.unicap.br/gtpsmid/pdf06/luciano-guimaraes.pdf>. Acesso em 13 de jan. 2010.

HAESBERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

IBOPE, 2009. In:

[http://www.ibope.com.br/inteligencia/downloads/2009/09\\_12\\_23\\_mst\\_ibope\\_inteligencia.pdf](http://www.ibope.com.br/inteligencia/downloads/2009/09_12_23_mst_ibope_inteligencia.pdf)  
Acesso em 25 de jan. de 2010

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996.

KAMPER, Dietmar. **Os padecimentos dos olhos**. In: CASTRO, G.; CARVALHO, E.A. e ALMEIDA, M.C. (orgs.) **Ensaio de complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997, p.131-137.

KLEIN, Alberto. **Imagem como campo de tensão**: usos e estratégias de imagens midiáticas pós-11 de setembro. Intexto, Porto Alegre, v.1, n.18, p.1-13, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Imagens de culto e imagens da mídia.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

KONDER, L. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSSOY, Boris. **Hercules Florence: 1833: a descoberta isolada da fotografia no Brasil.** São Paulo: Duas cidades, 1980

\_\_\_\_\_. **Fotografia e História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 3 ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KUBRUSLY, Cláudio A. **O que é fotografia.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI; Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3<sup>a</sup>.ed. rev. e ampl. – São Paulo: Athas, 1991.

LEFEBVRE, H. **The production of the space.** Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

LEITE, J.F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** Presidente Prudente, 1981. Tese (Livre Docência em Geografia), Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista.

MACHADO, A. **A Ilusão Especular: Introdução à Fotografia.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política.** Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Imagem e da Fotografia.** São Paulo: Contexto, 2009.

MCLHUAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2004.

MELO, José Marques de. **Comunicação, Opinião e Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1971.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e Classes Subalternas**. São Paulo: Cortez, 1980.

MISMETTI, Débora. **Para comer com os olhos**. Folha de S. Paulo. 21 nov. 2009. Vitrine, p.6.

MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia na América Latina**. 2009. In: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=5127](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=5127). Acesso em 12 de jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **A Comunicação na Batalha das Idéias**. 2009, p.78. In: Política Democrática. Revista de Política e Cultura. [www.politicademocratica.com.br](http://www.politicademocratica.com.br). Disponível em <http://www.politicademocratica.com.br/pdf/PD24.pdf#page=78>. Acesso em 23 de jan. 2010.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no sec. XX (neurose)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Cartilha Como Organizar A Massa**. Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em: 27 Ago. 2009.

NASSIF, Luís. **O Jornalismo dos Anos 90**. São Paulo. Futura, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PARENTE, André (org). **Imagem Máquina**: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. Rio de Janeiro, Contexto, 2005.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para edição jornalística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PERSICHETTI, Simonetta. **A encruzilhada do fotojornalismo**. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v.2, n.2, p.179-190, 2006.

\_\_\_\_\_. **Antologias das Linguagens Fotográficas**. Disponível em: <<http://tramafotografica.wordpress.com/2009/07/16/antologia-das-linguagens-fotograficas-e-suas-inovacoes-significas/>>. Acesso: 04 Out. 2009.

PRADO JR. Caio. **Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil**. In: *A questão agrária brasileira*. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 88-90.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RELATÓRIO, 2007. In: [HTTP://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_pontal07.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal07.pdf). Acesso em 17/08/2009.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, Milton. **Testamento Intelectual**. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, Record, São Paulo, 2000.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária: Sobre o dispositivo fotográfico**. Trad. Eleonora Bottmann. Campinas: Papirus, 1996.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995

SERVA, Leão. **Jornalismo e Desinformação**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SHANIN, T. **Lições Camponesas**. In: org. PAULINO, E.T. FABRINI, J.E. Campesinato e Territórios em Disputa, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra**. Tempo Soc. [online]. 2005, vol.17, n.1. Acesso em 29 Out. 2008.

SILVA, José Gomes. **A reforma agrária na virada do milênio**. Maceió: EDUFAL, 1997.

SILVA, Juremir M. **A miséria do jornalismo brasileiro: As (in)certezas da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Depois do espetáculo: reflexões sobre a tese 4 de Guy Debord**. 2007. (Texto apresentado no GT Comunicação e Cultura na XVI COMPÓS, Curitiba).

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOTILLI, Rogério. **MST: A Nação além da cerca. A fotografia na construção da imagem e da expressão política e social dos sem-terra**. 1999. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo Performativo: O Serviço de Fotonotícia da Agência Lusa de Informação (Tese de Doutorado)**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (Edição em CD-ROM), 1998.

\_\_\_\_\_. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental.** Chapecó: Grifos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Fotojornalismo:** Introdução á história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004

\_\_\_\_\_. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media.** 2. Ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente. **Discurso e Imagem:** perspectivas de análise do não-verbal. Ciberlegenda n° 1 – Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Niterói, UFF, 1998.

SOUZA, Maria R.. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no Pontal do Paranapanema:** MST e imprensa. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

STEDILE, J.P. **MST: 25 anos de Teimosia.** Caros Amigos. São Paulo. Jan. 2009.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente:** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org). **Revoluções Camponesas na América Latina.** São Paulo: Unicamp - Ícone, 1985.

THOMAZ JR. A. **Os Rearranjos do Capital e do Trabalho no Campo no Século XXI:** Uma tentativa de compreensão dos casos espanhol, galego e brasileiro. 1998.  
[http://www4.fct.unesp.br/thomaz/CEGeT-08/Texto-Q%20da%20Terra-Livro%20%20\\_2\\_.pdf](http://www4.fct.unesp.br/thomaz/CEGeT-08/Texto-Q%20da%20Terra-Livro%20%20_2_.pdf)

\_\_\_\_\_. **Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

VILLA, Marcos Antonio. **Canudos:** o povo da terra. São Paulo: Editora Ática, 1995.

ZANCHETTA, Juvenal. **Experiência de leitura do fotojornalismo.** 2002. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2002/experienciadeleitura.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2009.